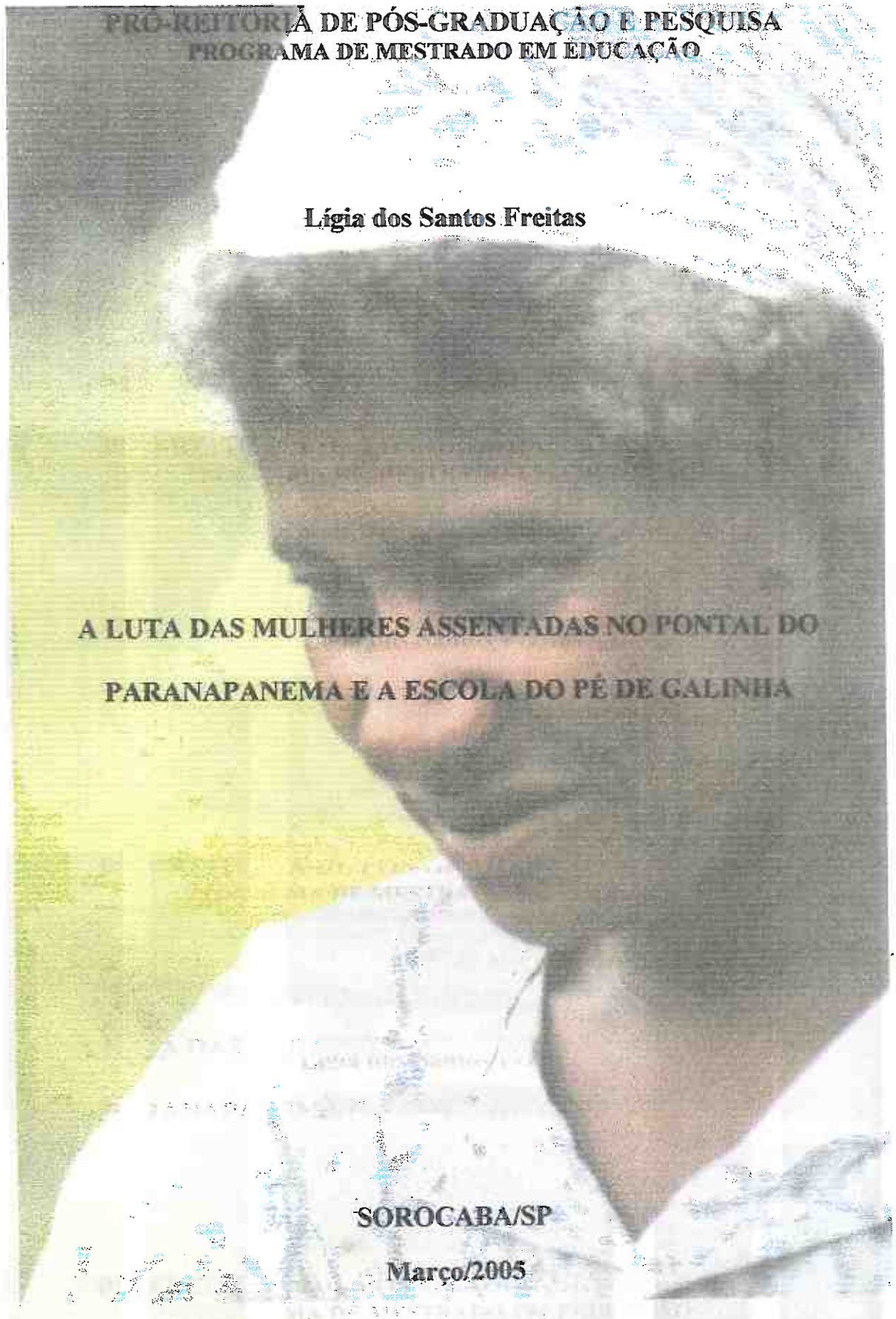
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Lígia dos Santos Freitas



A LUTA DAS MULHERES ASSENTADAS NO PONTAL DO PARANAPANEMA E A ESCOLA DO PÉ DE GALINHA

SOROCABA/SP
Março/2005

Lígia dos Santos Freitas

A LUTA DAS MULHERES ASSENTADAS NO PONTAL DO PARANAPANEMA E A ESCOLA DO PÉ DE GALINHA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Luís Sanfelice

SOROCABA/SP

Março/2005

Lígia dos Santos Freitas

A LUTA DAS MULHERES ASSENTADAS NO PONTAL DO PARANAPANEMA E A ESCOLA DO PÉ DE GALINHA

Dissertação aprovada como requisito parcial pra obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, pela Banca Examinadora formada pelos seguintes Professores:

Ass._____
1°Exam.:
Instituição

Ass._____
1°Exam.:
Instituição

Sorocaba, março/2005.

Agradecimentos

Às mulheres de todos os assentamentos, razão primeira deste trabalho, pela lição de simplicidade de solidariedade e de coragem.

À fantástica Nazaré, a segunda razão deste trabalho, pela lição de força, de luta, de exemplo de determinação e que me fez repensar minha condição de mulher dentro da sociedade.

Ao meu professor e orientador Prof. Dr. José Luís Sanfelice pela competência e exemplo de respeito ao mundo.

Aos professores Hélio e Jorge, pelas sugestões apontadas na banca de qualificação e aos integrantes da banca de defesa.

Aos funcionários do ITESP de São Paulo, Presidente Prudente, Sorocaba, especialmente, ao Magu que tudo fez para que eu pudesse ter acesso ao material do ITESP.

À minha amiga Maria Regina que sempre repartiu comigo por longo tempo as angústias e alegrias deste estudo.

A todos os meus familiares, especialmente, meus pais e meus irmãos maravilhosos que torcem por mim a cada conquista.

A meu amigo Edson e meu sobrinho Lucas pela demonstração de amizade, companheirismo.

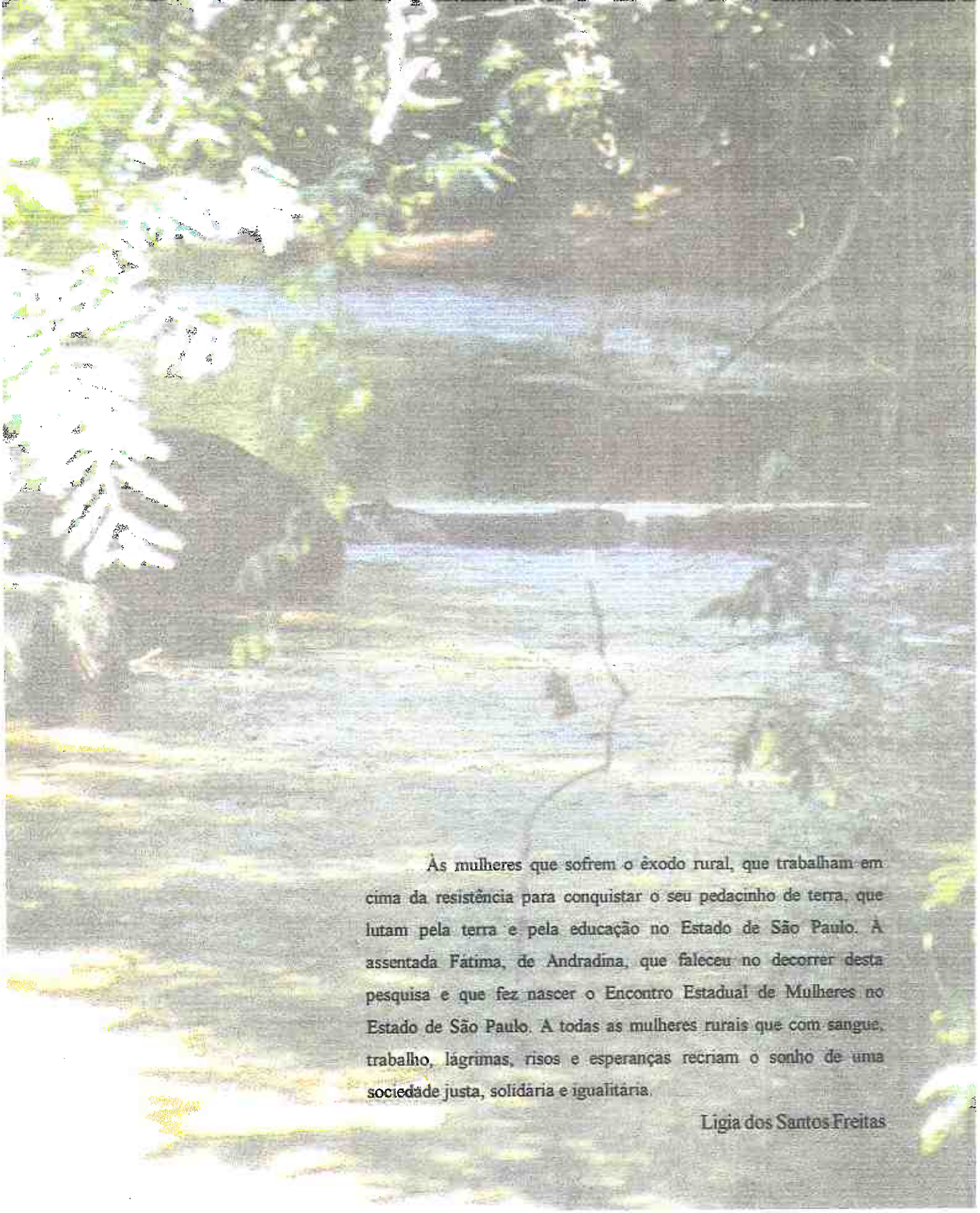
À minha cunhada Márcia e às amigas Elaine, Maria Cecília e Angeles pela demonstração de companheirismo, de encorajamento e de contribuição para realização deste trabalho.

À Teresinha pelo carinho com que me recebeu em sua casa para me ajudar a correção do Português no Exame de Qualificação, Maria Paula e Regina Boaventura na correção final deste trabalho.

Ao Hamilton, o nosso grande **Pedro Tierra**, pela colaboração com material de pesquisa fornecido de Brasília.

À minha filha Raquel pelo carinho, desde criança solidária com a luta dos trabalhadores sem terra e ao Luiz que sempre vem acompanhando nessa e noutras jornadas e a quem devo a existência de nossa filha.

Àquelas pessoas que mesmo anônimas são responsáveis por detalhes deste estudo...tão importantes!



Às mulheres que sofrem o êxodo rural, que trabalham em cima da resistência para conquistar o seu pedacinho de terra, que lutam pela terra e pela educação no Estado de São Paulo. À assentada Fátima, de Andradina, que faleceu no decorrer desta pesquisa e que fez nascer o Encontro Estadual de Mulheres no Estado de São Paulo. A todas as mulheres rurais que com sangue, trabalho, lágrimas, risos e esperanças recriam o sonho de uma sociedade justa, solidária e igualitária.

Ligia dos Santos Freitas

RESUMO

O presente estudo situa-se entre os que investigam a participação política da mulher no campesinato brasileiro e a luta pela educação, objetivando verificar quais são as estratégias de luta da mulher dentro dos assentamentos do Estado de São Paulo.

A pesquisa propõe-se a contribuir com aportes que possibilitem uma melhor compreensão dos valores que permeiam os princípios políticos das mulheres e suas ações estratégicas na luta pela educação e pela permanência de seus filhos (as) no campo. A pesquisa abordará a compreensão desta questão por parte de um grupo de mulheres que participaram desse processo de conquista da terra e da luta pela construção e melhoria da Escola Fazenda São Bento, em Mirante do Paranapanema Os dados empíricos foram obtidos através de documentos, fotos da Escola e do IV Encontro Estadual de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo, resumos dos Encontros Estaduais, relatos das assentadas e de alguns funcionários do Instituto de Terras do Estado de São Paulo em visitas, análise de documentos e relatos. Pudemos concluir que a preocupação com as crianças, jovens e adultos permeia o Movimento de Mulheres sendo a Educação a forma de viabilizar as áreas de assentamentos conquistadas com a permanência de seus filhos no campo.

Estes relatos e documentos retratam a luta da mulher para a construção de uma sociedade mais justa, solidária, igualitária, a conquista da dignidade e da auto-estima dos trabalhadores rurais.

Palavras-chave
mulheres/ reforma agrária/educação/assentamentos

ABSTRACT

The present study it is placed among those who investigate the political participation of woman in the Brazilian rural area and fight for education, with the aim to verify which are the strategies of women endeavor the inside the settlements in São Paulo State.

The purpose of this research is to contribute to the approaches that make it possible a better understanding of the values that imply political principles of the women and strategic actions in the fight for schooling and permanence of their children in the field. The research will approach the understanding of this question and is related to the a group of women who have participated in the process of land conquering and their struggle for the construction and improvement of Farm School São Bento, in Mirante of Paranapanema. The empirical data have been gotten through documents, School´s photos and from the IV State Setted Women´s Meeting and Quilombolas of São Paulo State, summaries of the State Meetings, reports of setted women and some employees of the Land Institute of the e of São Paulo State, through document visit analysis and reports, we could conclude that the concern about their children, youth and the adults involve the Women´s Movement and Education as way to make viable the conquered areas of settlements and the stay of their children in the field.

These reports and documents portray the women´s struggle for the construction of a more reliable and fairer society, as well the conquest of the dignity and self-esteem of agricultural workers.

Key-words
Women / agrarian reform/education / settlements

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa dos municípios que compõem o Pontal do Paranapanema. 23

Figura 2. Localização da região do Pontal do Paranapanema com assentamentos assinalados. 29

Figura 3. Escola Fazenda São Bento. 49

Figura 4. Antiga quadra de esportes da Escola do Pé de Galinha. 55

Figura 5. Prédio com as primeiras quatro salas de aulas e filhos dos assentados. 60

Figura 6. Quadra de Esportes da Escola Fazenda São Bento. 66

Figura 7. Ligia, Adélia e um técnico do ITESP 72

Figura 8. Adélia na abertura do IV Encontro Estadual de Mulheres do Estado de São Paulo. 73

Figura 9. Discurso de Adélia Schmitiz na composição da Mesa no IV Encontro Estadual de Mulheres do Estado de São Paulo..... 74

Figura 10. Pedido de punição aos assassinos de Eldorado dos Carajás. 77

Figura 11. Crianças no IV Encontro Estadual de Mulheres Assentadas e Quilombolas. 78

Figura 12. No microfone, Vera Botta, vereadora de Araraquara. 79

Figura 13. Mini-granja do assentamento Timboré. 80

Figura 14. Mulheres expondo produtos fabricados em diversos assentamentos. 80

Figura 15. Mulheres expondo produtos fabricados em diversos assentamentos. 81

Figura 16. Assentadas de vários assentamentos do Estado no IV Encontro. 82

Figura 17. Presença de uma mulher quilombola no IV Encontro. 83

Figura 18. Assentadas de vários locais do Estado fazendo denúncias e/ou pedidos no IV Encontro..... 84

Figura 19. Assentadas de vários locais do Estado fazendo denúncias e/ou pedidos no IV Encontro. 84

Figura 20. Adélia reunida com um dos grupos antes das votações finais..... 88

Figura 21. Votação das mulheres antes do encerramento do IV Encontro Estadual. 89

Figura 22. Localização da Escola Fazenda Estadual Fazenda São Bento no assentamento Haroldina. 93

Figura 23. Composição da mesa na abertura do I Fórum de Educação na Escola Estadual Fazenda São Bento..... 95

Figura 24. O Prefeito do Mirante do Paranapanema e os integrantes da mesa no I Fórum de Educação..... 96

Figura 25. Apresentação de teatro dos alunos da Escola do Pé de Galinha..... 98

Figura 26. Diretora da Escola Estadual Fazenda São Bento lendo o resultado do SARESP 2002. 99

Figura 27. Grupos reunidos para discussão antes do encerramento do I Fórum de Educação. 100

Figura 28. Diretora da Escola Estadual Fazenda São Bento e vereadora Nazaré no encerramento do I Fórum de Educação. 101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Área utilizada por grupos industriais. 26

Tabela 2. Área utilizada por outros grupos financeiros..... 26

Tabela 3. Áreas de terras devolutas e a discriminar na região do Pontal do Paranapanema. 35

Tabela 4. Estimativas de saldo líquido migratório rural-urbano e probabilidades de migração no Brasil: 1980—1995. 75

Tabela 5. Estimativas de saldo líquido migratório por regiões e sua distribuição proporcional: 1980—1995. 76

LISTA DE ABREVIATURAS

ANCA - Associação Nacional de Cooperação Agrícola

ANMRT – Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais

APM – Associação de Pais e Mestres

ATRA – Associação Técnica de Reforma Agrária

BANERJ - Banco do Estado do Rio de Janeiro.

CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano

CEB – Comunidades Eclesiais de Base

CODASP - Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do País

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores Rurais

CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

CPT - Comissão Pastoral da Terra.

CUT – Central Única de Trabalhadores

DRF – Departamento de Regularização Fundiária

EDUCAFRO - Educação e Cidadania de Afrodescendentes.

EMATER –RS - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

FETAESP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo.

FHC - Fernando Henrique Cardoso.

FUNDEP - Fundação do Desenvolvimento da Educação e Pesquisa da Região Celeiro.

GEAF – Grupo Executivo de Ação Fundiária

IAF – Instituto de Assuntos Fundiários

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP - Instituto Nacional dos Estudos Pedagógicos

ITERRA - Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária.

ITESP Instituto de Terras do Estado de São Paulo

ITR - Imposto Territorial Rural

MASTER - Movimentos dos Agricultores Sem Terra

MASTRO - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná

MIRAD - Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento Agrário.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OMAQUESP – Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PGE – Procuradoria Geral do Estado

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária.

PROCERA - Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária

PSDB - Partido Socialista Democrático Brasileiro

PFL – Partido da Frente Liberal

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PRTB - Partido da Renovação Trabalhista Brasileira

SARESP – Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo

UDR – União Democrática Ruralista.

ULTAB – União dos.Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil.

UnB – Universidade de Brasília

UNESP – Universidade Estadual de São Paulo

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura

UGRHI - Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Pontal do Paranapanema

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

1 A HISTÓRIA DO PONTAL DO PARANAPANEMA 22
1.1 O MST no Pontal do Paranapanema 38

2 AS LUTAS DAS MULHERES PELA ESCOLA 46
2.1 A luta das mulheres pela educação e os Encontros Estaduais 46

3 A ESCOLA ESTADUAL FAZENDA SÃO BENTO: ESCOLA DO PÉ DE GALINHA .. 93

4 CONCLUSÃO 105

REFERÊNCIAS 109

ANEXO A: Decreto nº 42.839, de 4 de fevereiro de 1998. 120

ANEXO B: Equipes de Estudo 122

ANEXO C: Levantamento das crianças que estudam nos Assentamentos Canaã e Santana ... 124

ANEXO D: Ficha cadastral do aluno 136

ANEXO E: Fórum Regional de Educação 154

ANEXO F: Convite de participação do Fórum de Educação em Mirante do Paranapanema .. 157

ANEXO G: Abaixo-assinado das famílias assentadas reivindicando melhorias e ampliação do prédio escolar da Escola Estadual de Primeiro Grau Fazenda São Bento 158

ANEXO H: Assunto ampliação do prédio escolar da Escola Estadual de Primeiro Grau Fazenda São Bento 159

ANEXO I: Resumo do I Encontro Estadual de Mulheres Assentadas do Estado de São Paulo 162

ANEXO J: Pauta da reunião do dia 17.11.98..... 164

ANEXO L: Protocolo nº 69566/3102/98 Ap74374/3102/98 ª74373/3102/98..... 166

ANEXO M: Ref.: Protocolo nº 74374..... 167

ANEXO N: Avaliação temática do II Encontro Estadual de Mulheres Assentadas no Estado de São Paulo..... 168

ANEXO O: Roteiro de questões para discussão 171

ANEXO P: Resoluções do 3° Encontro Estadual de Mulheres Assentadas e Remanescentes de Quilombos..... 172

ANEXO Q: Tabulação de dados do 3° Encontro de Mulheres Assentadas do Estado de São Paulo..... 175

ANEXO R: Comissão provisória democraticamente eleita no 3° Encontro de Mulheres Assentadas do Estado de São Paulo..... 177

ANEXO S: Fac-símile..... 178

ANEXO T: Resultado do SARESP da Escola Fazenda São Bento (2002)..... 179

INTRODUÇÃO

CARTA DA TERRA

Um dia, a vida surgiu na terra. A terra tinha como a vida um cordão umbilical. A vida é a terra. A terra era grande e a vida pequena. Inicial. A vida foi crescendo e a terra ficando menor, não pequena. Cercada, a terra virou sorte de alguns e a desgraça de tantos. Na história foi tema de revoltas, revoluções, transformações. A terra e a cerca.

Muitas reformas se fizeram para dividir a terra, para torná-la de muitos e, quem sabe, até todas as pessoas. Mas isso não aconteceu em todos os lugares. A democracia esbarrou na cerca e se feriu nos seus arames farpados. O mundo está evidentemente atrasado. Onde se fez a reforma, o progresso chegou. Mas a verdade é que até agora a cerca venceu, o que nasceu para todas as pessoas, em poucas, em poucas mãos ainda está.

No Brasil a terra, também cercada, está no centro da história. Os pedaços que foram democratizados custaram muito sangue, dor e sofrimento. Virou poder de Portugal, dos coronéis, dos grandes grupos, virou privilégio, poder político, base da exclusão, força de apartheid. Nas cidades, virou mansões, favelas. Virou absurdo sem limites, tabu. Mas é tanta, é tão grande, tão produtiva, que a cerca treme, os limites se rompem, a história muda e ao longo do tempo, o momento chega para pensar diferente: a terra é bem planetário, não pode ser privilégio de ninguém, é bem social e não privado, é patrimônio da humanidade, e não arma de egoísmo particular de ninguém. É para produzir, gerar alimentos, empregos, viver. É bem de todos para todos. Esse é o único destino possível para a terra.

Hebert de Sousa - Betinho

O objetivo desta dissertação é o de compreender como se organiza a vida das mulheres assentadas do Movimento dos Sem Terra e como se processam suas estratégias de mobilização na luta por uma melhor educação.

A escolha por esta investigação inclui a tentativa de compreender, historicamente, as difíceis situações a que as mulheres são submetidas por conta das discriminações sociais.

Nesse sentido, a dissertação traçará um percurso que delineará a submissão das mulheres na vida profissional, familiar e as suas muitas formas de luta travadas contra a opressão dentro e fora de suas comunidades.

Na tentativa de compreender o papel da mulher nos movimentos sociais, especialmente no MST, várias foram as indagações surgidas:

- Qual é o papel da mulher nos movimentos sociais?

- Quais as resistências que ela sofre em virtude de ser mulher? (marido, comunidade, sociedade...).

- Como a Educação deve contribuir para a formação de sua capacidade de atuação, de pensar de forma criativa, inovadora, com liberdade?

- Quais as suas principais preocupações na luta pela educação de seus filhos para que permaneçam no campo?

- Como o MST incentiva a participação da mulher nos movimentos sociais?

Em busca de respostas, escolhemos o movimento das mulheres dentro da região do Pontal do Paranapanema que é composto por 26 municípios; tomamos, como focos, o município do Mirante do Paranapanema que possui, oficialmente, 32 assentamentos Estaduais, atendidos pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo e dois outros, Paulo Freire e Antonio Conselheiro, atendidos pelo INCRA.

A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica que incluiu fontes de instituições oficiais e não oficiais, além de fitas de vídeo e depoimentos, registros fotográficos e visitas a órgãos estaduais e à Escola Estadual Fazenda São Bento.

Em termos metodológicos optamos pelo desenvolvimento de um processo de reflexão que combina os elementos teóricos com as informações obtidas sobre o desenrolar do processo de elucidação da realidade estudada, na compreensão das informações obtidas no processo de investigação.

A utilização de depoimentos orais, baseados na experiência pessoal de cada ator, sobre o processo histórico em questão, não impediu que, no processo de entrevista, fossem levantadas, por nós, questões e temas considerados pertinentes; na verdade, nossas conversas tornaram-se mais abrangentes, já que os relatos, considerados pelos entrevistados como os mais relevantes, apresentaram-se ricos em conteúdo informativo numa

combinação que Demartini (1992), seguindo a definição de Bertaux (1985), chamou de *"histórias de vidas sumárias"*, isto é, depoimentos baseados na história pessoal do entrevistado, mas que se concentram principalmente em torno do tema em estudo.

Bogdan (1994), sobre a análise de dados, diz tratar-se de um processo de busca e de organização sistemático de transcrições de entrevistas, (no caso de nossa pesquisa, os depoimentos), de notas de campo e de outros materiais que foram sendo acumulados, com o objetivo de aumentar a compreensão do pesquisador sobre os materiais e de permitir-lhe apresentar aos outros aquilo que encontrou.

As observações nos Encontros Estaduais de Mulheres Assentadas constituíram um instrumento válido e fidedigno de investigação científica por ter como objetivo a verificação da postura das mulheres assentadas e quilombolas frente às práticas de luta que desenvolvem dentro e fora de suas comunidades.

Os depoimentos baseados na luta da mulher assentada foram realizados em horários diversos seguindo sempre suas disponibilidades. Foram registrados, em outros momentos, episódios de reuniões, conversas informais, porém significativas para melhor compreender o contexto e enriquecer a seleção dos acordos para análise. A observação direta permitiu-nos uma análise das relações de poder estabelecidas entre o Estado e o MST e de como se organizam os grupos de mulheres com interesses comuns.

Dessa forma, observamos as múltiplas visões que são construídas pelas mulheres dos assentamentos de todas as cidades do Estado de São Paulo (atendidas pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), órgão responsável pela execução da política fundiária do Estado, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania) sobre a questão agrária e a luta pela terra.

O desenvolvimento do trabalho processou-se por etapas, cuja explicitação pode auxiliar na compreensão da dinâmica empreendida.

O primeiro momento, em abril de 2001, no prédio do ITESP, em São Paulo, constituiu-se de uma aproximação em relação ao objeto a ser pesquisado, por meio de contatos e entrevistas com três funcionários do ITESP (duas funcionárias e um funcionário) que nos atenderam para dar informações detalhadas a respeito dos Encontros Estaduais de Mulheres Assentadas.

A finalidade era a de descobrir como se originaram os Encontros Estaduais de Mulheres Assentadas do Estado de São Paulo. A pergunta feita aos entrevistados foi: *Como se originaram os Encontros Estaduais de Mulheres Assentadas no Estado de São Paulo?* Os três funcionários acompanharam e participaram de todo o processo de organização dos Encontros Estaduais, portanto obtivemos informações detalhadas a respeito.

Também procedemos à análise documental junto ao ITESP e assistimos à fita de vídeo com registros dos Encontros e com a fala das assentadas de várias regiões do Estado; além disso, vimos fotografias dos Encontros Estaduais de Mulheres e obtivemos informações do MST.

O segundo momento, desenvolvido em outubro de 2001, constituiu-se da nossa participação do IV Encontro Estadual de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo, na cidade de Araraquara, no prédio de uma escola estadual local. Utilizamos como instrumentos de pesquisa a observação direta do IV Encontro, as gravações dos depoimentos e reivindicações das mulheres assentadas e quilombolas, a fala dos palestrantes que compuseram a mesa durante os três dias de realização do IV Encontro

Estadual e registros em fotografias. A metodologia de observação aconteceu com a nossa permanência no IV Encontro Estadual, sem interferência da pesquisadora.

O terceiro momento, desenvolvido no início ano de 2002, constituiu-se da nossa visita ao ITESP de Sorocaba com a intenção de obter mais informações e fontes documentais sobre os Encontro Estaduais de Mulheres, bem como conseguir os relatórios dos I, II, e III Encontros Estaduais, que já haviam acontecido quando iniciamos esta pesquisa, com a intenção de compreendermos melhor os avanços da organização das mulheres.

O quarto momento refere-se à reflexão, a partir do confronto do conjunto das informações obtidas, tanto em relação à luta pela terra vivenciada pelas mulheres dos assentamentos, quanto à luta pela educação nas suas comunidades. Dos diversos temas debatidos nos Encontros de Mulheres e, ao percorrer esse caminho, identificamos que na luta de mulheres a Escola Estadual Fazenda São Bento, a Escola do Pé de Galinha, era uma das mais mobilizadoras na luta das mulheres dos assentamentos. Por conta desta constatação, passamos a privilegiar, na luta das mulheres, a questão da Educação no MST, na região do Pontal e, depois, no município de Mirante de Paranapanema.

Sendo assim, num quinto momento, em janeiro de 2004, visitamos a Escola Fazenda São Bento para compreendermos a luta das mulheres assentadas pela melhoria da educação de seus filhos, na cidade do Mirante do Paranapanema.

Tendo concluído a pesquisa, este trabalho ficou com a seguinte estrutura:

No capítulo I, apresentamos, inicialmente, um breve histórico da região do Pontal do Paranapanema e algumas importantes implicações sociais ali presentes: as ocupações dos assentamentos, a posse de terras de ordem política, áreas de conflito; a seguir,

apresentamos como se processa, de forma geral, a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na região do Pontal.

No capítulo II, buscamos compreender as experiências de vida e luta das mulheres dos assentamentos como sujeitos portadores/fazedores de cultura, os pontos nevrálgicos das relações de poder, embates políticos e, como, nesse espaço de luta, os grupos se organizam e se reconhecem. Priorizamos os cinco Encontros Estaduais de Mulheres do Estado de São Paulo para demonstrar a forma de organização das assentadas e suas estratégias de resistência a fim de dar continuidade à luta pela terra e pela educação nas escolas dos assentamentos e acampamentos. A luta pela terra e pela educação revela a grande preocupação das mães em manterem seus filhos no campo, evitando, assim, o êxodo rural.

Nos Encontros Estaduais, os depoimentos colhidos neste capítulo atestam as significativas transformações produzidas no cotidiano da mulher assentada e revelam mudança de postura nas novas relações de seu cotidiano.

Destacamos, ainda, nesse capítulo, os resultados de sua luta, das pressões que elas desenvolvem nas relações de poder com suas lideranças nos diversos níveis da vida social, desde a família, a comunidade, as organizações populares e na representação político-institucional.

Ainda neste capítulo não tivemos a pretensão de se fazer um estudo teórico aprofundado sobre o funcionamento de classes multisseriadas, mas sim o de justificarmos por meio de relatos, pesquisa de campo, fontes primárias (documentos, relatórios dos encontros estaduais, fotos) as limitações e as deficiências deste tipo de classe para um número excessivamente grande de alunos e as formas pelas quais as mulheres assentadas forjaram para lutar contra isto. A nossa intenção, nesta questão, também foi a de justificarmos o primeiro motivo que levou as mulheres dos assentamentos do Mirante de

Paranapanema a perceberem a inviabilidade das acomodações e condições escolares em que seus filhos se viam obrigados a ficar em função da escola multisseriada - um prédio feito de madeira sem espaço para seus filhos estudarem.

As visitas feitas ao ITESP em São Paulo, os depoimentos gravados com funcionários do ITESP, o levantamento dos relatórios e documentos dos encontros estaduais surgiu da necessidade de compreendermos a origem dos Encontros Estaduais das Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo.

Neste estudo, a nossa participação no IV Encontro Estadual do Estado de São Paulo, realizado em Araraquara (na condição de observadora) durante os dias 26, 27 e 28 de outubro de 2001 foi importante porque só dessa forma pudemos incorporar e compreender experiências de quem as viveu/vive.

O mesmo pretendemos ao fazermos um levantamento do histórico do MST no Estado de São Paulo e no Brasil, uma vez que as crianças da Escola Fazenda São Bento são filhos/as de mulheres oriundas da luta pela reforma agrária.

No capítulo III, descrevemos nossa participação no Fórum de Educação e apontamos os avanços conquistados nas lutas das mulheres pela Escola Fazenda São Bento, também chamada de "Pé de Galinha".

Na conclusão, apontamos, ainda, exemplos das práticas realizadas pelas conquistas apresentadas na luta das mulheres assentadas que vêm ao encontro das Normas Gerais do MST, na grande luta pela Reforma Agrária, que é também a da conquista de suas identidades, na preservação de suas heranças étnicas, de seus aprendizados, de suas práticas conservadoras.

A partir desse auto-reconhecimento, como produtores de riquezas e de conhecimentos, perceberam a necessidade de uma formação acadêmica que lhes desse um

arsenal teórico que lhes permitisse o registro de suas conquistas e de suas inserções no mundo.

A constituição de uma escola básica do campo vai, dessa forma, se configurando em um aprendizado em que os trabalhadores reconhecem a importância da luta para a sua formação, nem sempre transferível para as práticas escolares dos filhos.

O agricultor familiar orgulha-se do que produz, mas divide-se ao pensar no futuro dos filhos; quer, para eles, um futuro melhor, quer mantê-los no campo e para isso é preciso ter uma escola em condições ideais de funcionamento.

Alguns autores retratam com muito realismo a relação entre a luta pela terra e a luta pela escola. Para eles, a escola não é uma prioridade inicial na luta dos trabalhadores sem-terra; ela é uma exigência que se impõe pela realidade das crianças em idade escolar que acompanham os pais durante as ocupações e nas perguntas dessas crianças e desses pais sobre seu futuro. (CALDART, 2000; CAMINI, 1998; LUCAS, 1999; CRUZ, 1996).

A luta da mulher assentada no Pé de Galinha é o exemplo mais claro de que não há outra forma de se conseguir uma escola em condições de atender aos estudantes nos assentamentos que não seja por intermédio das diversas formas de "pressão" que elas exercem contra as autoridades do Estado.

São mulheres que acreditam na força do movimento, no enfrentamento, na força da mobilização.

1 A HISTÓRIA DO PONTAL DE PARANAPANEMA

> *O futuro que eu desejo para os meus filhos, eu acho que é o mesmo que o camponês deseja para os deles. Acho que acima de tudo ter felicidade é o que todos desejam ter. Viver no mundo sem violência, é viver com tranqüilidade, dentro dos assentamentos, é viver com harmonia, é acima de tudo pensar na felicidade que virá, só que essa felicidade, é o tal negócio, a gente tem que ajudar a construir, ela não vem assim de qualquer jeito.*[1] *(Diolinda-Assentamento Bela Vista).*

Neste capítulo, resgatamos alguns detalhes da trajetória histórica do MST no Pontal do Paranapanema, região localizada no extremo oeste do Estado de São Paulo, região sudeste do Brasil e que consideramos importante por dois motivos: primeiro, por ser a região mais expressiva da atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra[2], concentrando-se, ali, os mais graves conflitos entre posseiros, grileiros e Estado e segundo para pesquisarmos o porquê de a região ser considerada uma das três áreas mais carentes do Estado.[3]

Segundo o IBGE (2000), a população total do Pontal (figura 1), é de 534.326 habitantes. Do total de habitantes, 458.366 (85,78%) estão na área urbana e 75.960

---

[1] Trecho extraído da fita de vídeo apresentada no IV Encontro Estadual das Mulheres Assentadas do Estado de São Paulo: **As Mulheres da Reforma Agrária**, Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva, Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania".

[2] Do conjunto de teses e dissertações produzidas sobre atuação do MST em vários locais do Brasil e do MST na região do Pontal do Paranapanema destacamos as seguintes: ALMEIDA, R.A. **A conquista da terra pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Pontal do Paranapanema:** as ocupações das fazendas São Bento e Santa Clara. 1993. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia)-Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de São Paulo, SP, 1993; BEZERRA NETO, Luiz. **Sem-Terra aprende e ensina:** um estudo sobre as práticas educativas e formativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra-MST – 1979. 1998. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998; BEZERRA NETO, Luiz. **Avanços e retrocessos na educação rural do Brasil.** 2003. Tese (Doutorado)–Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003; CAMINI, Isabela. **O cotidiano pedagógico de professores e professoras em uma escola de assentamento do MST**: limites e desafios. 1999. 170 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

[3] Entre os autores com os quais dialogamos no presente estudo para aprofundar as análises sobre o Movimento Sem Terra, destacamos os seguintes: MARTINS (1986, 1995, 1997, 1998, 1999); FERNANDES (1999); STÉDILE E FERNANDES (1999); MEDEIROS (1999); BONIN (1987); CARVALHO (1989); DIAS (1962); GOHN (1997).

(14,22%) na zona rural; 265.251 habitantes (49,64%) são homens e 269.075 (50,36%) são mulheres. A população total dos municípios corresponde a 1,445% da população do Estado de São Paulo que, segundo, o IBGE é de 36.966.527 habitantes.

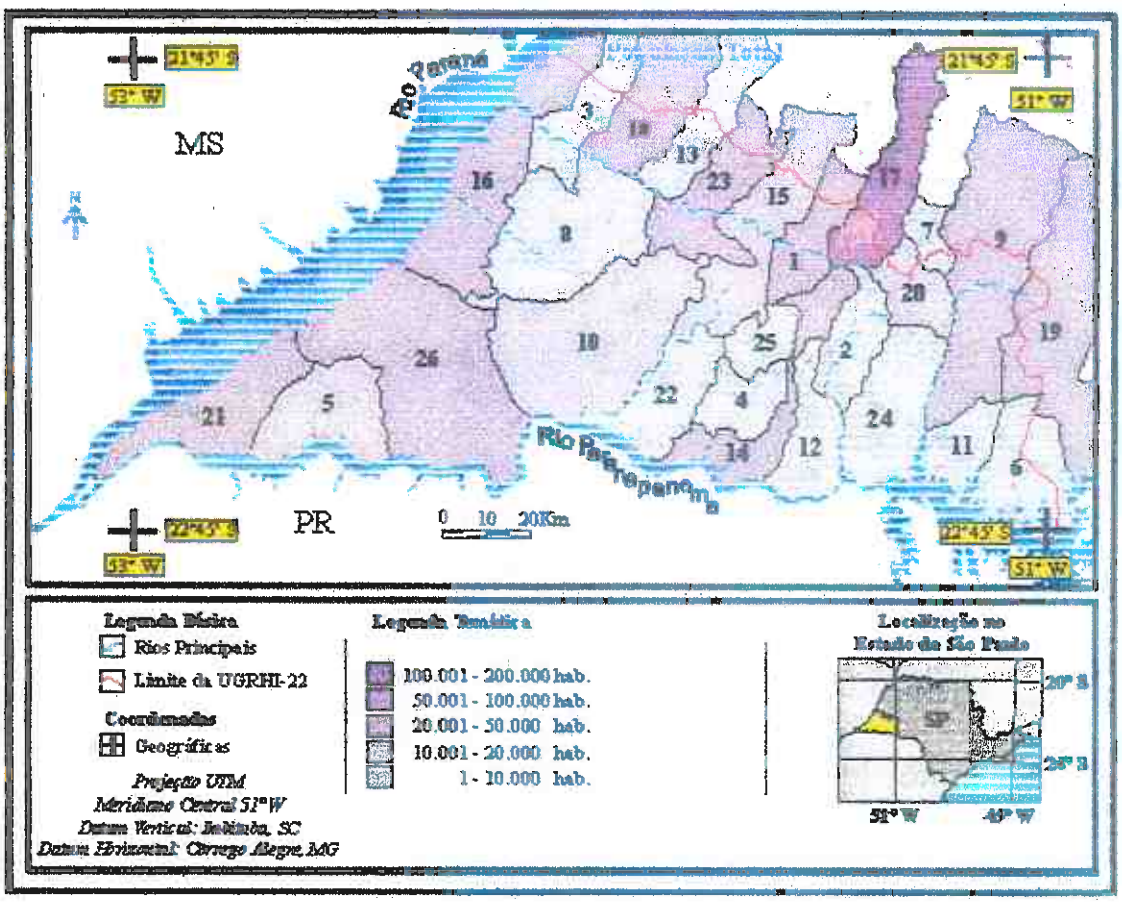


Figura 1. Mapa dos municípios que compõem o Pontal do Paranapanema.
Disponível em: <http://www.funcate.org.br/geo/projetos/itesp/html/regiao_projeto_piloto.htm>
Acesso em: outubro/2004

Os dados indicam que, com respeito à população total, na relação dos municípios mais populosos da área da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Pontal do Paranapanema (UGRHI), Presidente Prudente lidera com 189.104 hab. (35,29% da população), seguido por Presidente Epitácio com 39.274 e Presidente Venceslau com 37.376. Os municípios com menores números de habitantes são Nantes com 2.270, Estrela do Norte com 2.627 e Sandovalina com 3.091. Doze municípios apresentam populações no

intervalo de 1 a 10.000 habitantes, 4 municípios de 10.001 a 20.000 hab., 9 municípios de 20.001 a 50.000 hab. e apenas Presidente Prudente com mais de 100.001 habitantes.

Quanto à população urbana, Presidente Prudente continua liderando com 185.150 habitantes, seguido por Presidente Epitácio com 36.331 e Presidente Venceslau com 34.566. Os municípios com menores números de habitantes na área urbana são Nantes (1.660 hab.), Sandovalina (1751 hab.) e Caiuá (1.769 hab.). Quinze municípios apresentam valores de população urbana de 1 a 10.000 habitantes, 5 municípios de 10.001 a 20.000 hab., 5 municípios de 20.001 a 50.000 hab. e apenas Presidente Prudente com mais que 100.001 hab.

Na relação dos municípios com maior população rural da UGRHI-22, Rosana lidera com 18.029 hab., seguido por Mirante do Paranapanema com 6.377 e Presidente Bernardes com 4.488. Os municípios com menores números de habitantes na área rural são Tarabaí (559 hab.), Nantes (610 hab.) e Estrela do Norte (840 hab.).

Apenas Rosana apresenta valores de população rural no intervalo de 1 a 10.000 habitantes e os demais têm de 10.001 a 20.000 habitantes na zona rural. O município de Rosana, que lidera, deve grande parte de sua população à Primavera (zona rural), associada à construção das Usinas Hidrelétricas, enquanto que Mirante do Paranapanema tem valores altos para a população rural em função dos assentamentos implantados pelo Governo paulista.

Os primeiros habitantes a vivenciar a luta nas terras do Pontal do Paranapanema foram osíndios das tribos Kaigangs e Caiuás que adotaram a região como campo de caça. Muitos, depois de expropriados, migraram para o Mato Grosso do Sul; os que resistiram, foram exterminados (LEITE, 1998).

A grilagem das terras do Pontal faz parte da história do imaginário da população local, visto que os habitantes da região chamam-na de "complexo grilento". (FERNANDES, 2000, p.68). Essa região originou-se de um grilo de mais de 1.100.000 hectares, desde o final do século XIX e uma das experiências de luta mais antigas é a dos posseiros da Reserva Florestal Lagoa São Paulo, município de Presidente Epitácio. Essas terras foram griladas por um famoso grileiro da região, no início da década de sessenta e, nos inúmeros conflitos que ocorreram nessa Reserva Florestal, vários posseiros, inclusive o grileiro, foram mortos. Com o início das obras da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, a CESP reassentou 450 famílias de pequenos posseiros em uma área vizinha onde ocorreu o conflito e que seria inundada com a formação do reservatório da usina.

Também na década de sessenta, aconteceu um violento confronto entre parceiros, arrendatários e o latifundiário grileiro da fazenda Rebojo, no município de Estrela do Norte, que só terminou após a desapropriação da fazenda, em 24 de março de 1964, pelo então presidente João Goulart, através do decreto número 53.830.

Segundo informações do MST, no dia 15 de novembro de 1983, um desses movimentos de luta pela terra resultou numa grande ocupação de aproximadamente 350 famílias nas fazendas Tucano e Rosanela, de propriedade da construtora Camargo Corrêa e da empresa Vicar S/A Comercial e Agropastoril.

As tabelas 1 e 2 apontam uma seleção de grupos industriais e financeiros que possuem grandes extensões de terra no Brasil. São grupos econômicos não agrícolas, que detém 21,2% dos 13 milhões de hectares. É importante acrescentar que parte da área referente à Construtora Camargo Correa, apontada na tabela abaixo, está contida na região do Pontal do Paranapanema:

Tabela 1. Área utilizada por grupos industriais.

Grupos industriais	Área total (há)	Área utilizada (ha)
Manasa/Cief	4.160.658	51.222
Antunes/Caemi	2.240.485	391.536
Votorantim	497.566	188.758
Klabin	522.984	321.526
Ometto	438.715	183.525
Camargo Correa	202.144	54.910
Andrade Gutierrez	167.564	38.854
Monteiro Aranha	190.202	4.274
Dedini	179.869	18.016
Mahas	119.972	37.061
Fisher	125.690	74.768
Aracruz	102.814	70.756
Unicon	405.000	800
Belgo Mineira	288.333	202.185
ENI	492.174	67.397
Calcestruzzi	367.885	40.277
Manessmann	138.431	92.249
Total	**10.991.211**	**1.991.396**

Fonte: BENJAMIN, César. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998. p. 198.

Tabela 2. Área utilizada por grupos financeiros.

Grupos industriais	Área total (ha)	Área utilizada (ha)
Bradesco	893.224	335.689
Bamerindus	254.410	85.917
BNC	143.865	76.674
Itamarati	131.689	53.547
Safra	107.775	23.691
Itaú	106.595	61.393
Econômico	100.663	18.245
Multiplic	96.540	45.068
Nacional	73.927	34.153
Bozzano Simonsen	114.043	52.086
Credireal	83.808	2.142
Total	**2.106.539**	**788.605**

Fonte: BENJAMIN, César. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998. p. 198.

A luta resultou no despejo dos trabalhadores das Fazendas uma semana após a ocupação, depois de um complexo processo jurídico e político que envolveu as instâncias jurídicas de Teodoro Sampaio e São Paulo.

O juiz de Teodoro Sampaio julgou a documentação apresentada pela Imobiliária e Colonizadora Camargo Correa insuficiente, como prova de propriedade da fazenda Tucano, e decidiu ouvir os ocupantes da fazenda Rosanela, antes de se pronunciar, caracterizando, assim, uma vitória parcial dos ocupantes; no entanto, a instância jurídica de São Paulo atendeu ao pedido de ação de despejo dos latifundiários[4].

Em março de 1984, o governador Franco Montoro assinou os primeiros decretos de desapropriação de uma área de 15.110 hectares para assentar as 466 famílias acampadas na SP 613. Esses decretos acirraram os ânimos dos grileiros do Pontal que declararam guerra ao governo estadual e ameaçaram invadir a reserva florestal do Morro do Diabo. Essas ocupações e as desapropriações, juntamente com outras lutas que cresciam por todo o país, acarretaram na reação dos latifundiários que criaram a União Democrática Ruralista (UDR)[5].

---

[4] A Construtora Camargo Correa, a CESP, o DER e os latifundiários enviaram 40 caminhões para reconduzir os acampados de volta aos seus municípios. Nessa madrugada choveu torrencialmente, o acampamento foi totalmente cercado pelos policiais que não permitiram a saída de nenhuma pessoa a não ser que fosse em cima de um caminhão e com os seus pertences. Dessa forma, as lideranças do acampamento não conseguiram mobilizar nenhum tipo de apoio. Por volta das dez horas, uma criança conseguiu furar o cerco policial e ir até a gleba XV de Novembro para avisar algumas lideranças do Movimento Sem Terra na gleba, sobre o despejo que estava ocorrendo. Disponível em: < http://www.mst.org.br/mstsp/ponthist.html> acesso em: julho de 2004.

[5] É importante lembrar que a região do Pontal do Paranapanema é o berço da UDR paulista e forte núcleo da UDR Nacional. A sede da UDR ficava no município de Presidente Venceslau. Nesse município, o fórum foi incendiado por um grupo de pessoas em protesto ao assassinato de um fazendeiro. No incêndio foram queimados documentos do perímetro da comarca de Presidente Venceslau. Os latifundiários ligados à UDR não têm medido esforços para contribuir com a luta contra a reforma agrária e muitas vezes tentam minar as lutas dos trabalhadores sem terra. A entidade foi extinta em 1994 e recriada em 1996 (FERNANDES, 1999, p 162).

Em função de tantas grilagens, ocupações, desapropriações, a região do Pontal do Paranapanema tem um dos menores índices de desenvolvimento do Estado de São Paulo, com baixa concentração demográfica e inexpressivo crescimento industrial e comercial. A principal atividade dá-se no setor agropecuário. (INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1998, p 61).

O Pontal do Paranapanema faz fronteira com os estados de Mato Grosso do Sul e Paraná. Atualmente existem 76 assentamentos de Reforma Agrária e cerca de 6.000 famílias assentadas na região do Pontal.(Figura 2). O local apresenta a maior extensão de terras devolutas[6] e a maior extensão de assentamentos do Estado.

[6] Demétrio Magnoli e Regina Araújo, em **A nova geografia**: estudos de geografia do Brasil afastam a idéia de que *terras devolutas* sejam *terras vagas*. Os autores afirmam, primeiramente, no glossário final do livro — "Terras devolutas: terras desocupadas" que o uso do termo não é correto, quando exemplificam o Pontal como um local quase todo ocupado e composto por terras devolutas. Dizem que o equívoco é antigo e talvez o melhor é entender o termo como uma perpetuação da idéia da sesmaria colonial. O segundo equívoco é considerar as terras devolutas *res communis* (bem de todos). Em especial, os movimentos sociais andaram sugerindo isto. Mas o fato é que — ao contrário — desde 1891, elas constituem bens públicos do assim chamado *domínio privado* do Poder Público, do patrimônio disponível dos Estados-membros. Portanto, é certo que se trata de bem público, mas bem público de uma espécie determinada: são bens dominiais, ou seja, aqueles que "constituem o patrimônio da União, dos Estados e ou dos Municípios, como objeto de direito pessoal ou real de cada uma dessas entidades" (Código Civil, art. 66, III). Isto significa que se submetem a regime jurídico de Direito Privado, parcialmente derrogado pelo Direito Público. Na verdade, o conceito de terras devolutas é legal e histórico. Sua definição está no artigo 3° da Lei de Terras de 1850. Sob o aspecto positivo, elas têm origem em sesmarias — que eram contratos enfitêuticos — caídas em comisso (daí terras **devolvidas**); sob o aspecto negativo, que equivocadamente (perante a lógica) a lei consagra, terras devolutas são as que "não se acharem no domínio do particular por qualquer título legítimo" (art. 3°, II da Lei 601 de 1850, grifei). Isto **à data da edição da Lei de Terras**. Portanto, como nesta época o Pontal era uma região totalmente inexplorada, e como, por outro lado, ficou proibido qualquer outro tipo de aquisição de terras devolutas "que não seja o de compra" (art. 1°) do Poder Público — o que não ocorreu no Pontal —, conclui-se daí que as terras da região encaixam-se perfeitamente na definição legal.

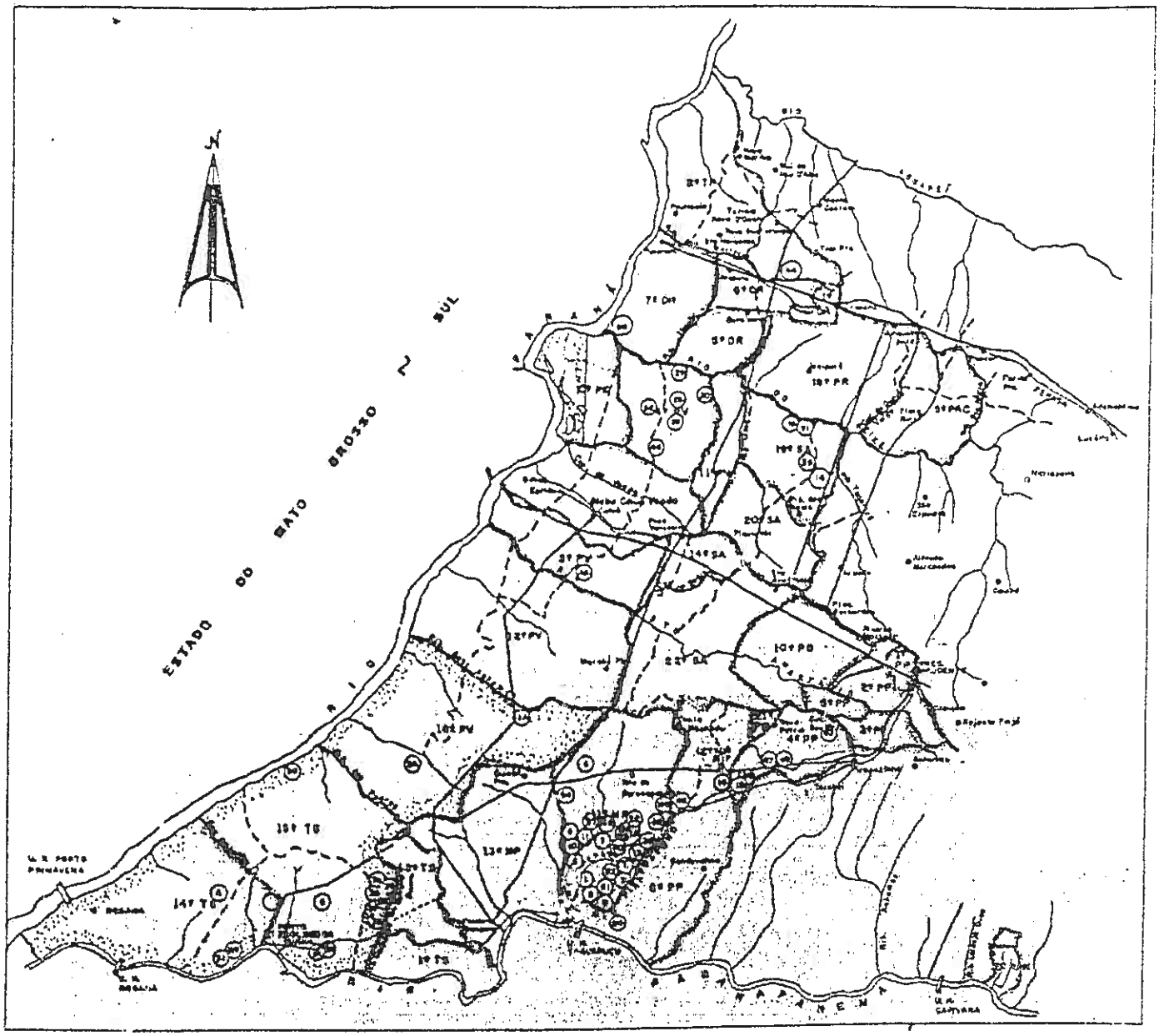


Figura 2. Localização da região do Pontal do Paranapanema com assentamentos assinalados. (Apud Cadernos ITESP n. 8 97/98, p 61)

A intensificação dos conflitos fundiários, não só do Pontal, mas em todos os locais do Estado onde se concentravam esses problemas, obrigou as autoridades a realizar um estudo da situação fundiária do território paulista e a fazer um levantamento minucioso do caso, organizado pelo Departamento de Regularização Fundiária (DRF) do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.

A origem do ITESP está vinculada ao Instituto de Assuntos Fundiários (IAF), de 1983 e ao Grupo Executivo de Ação Fundiária (GEAF), de 1984[7], criados pelo Governador Franco Montoro, idealizados por seu Secretário de Agricultura e Abastecimento, José Gomes da Silva. Já, naquela época, objetivava responder à crescente pressão social do campo que ressurgia com a redemocratização do país. Para tanto, implantou uma equipe técnica oriunda da Assessoria Técnica de Revisão Agrária – ATRA, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

Segundo Castilho (1994), logo no início do Governo Fleury, a criação do Instituto de Terras, em 1991, significou um avanço na estrutura organizacional do Estado, tendo em vista que antes só existia um serviço para tratar do setor agrário: a Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, entre 1986 e 1988.

O órgão que centralizava a questão da regularização fundiária em todo o Estado, de 1935 a 1984, era a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário (PPI).

Nestes quase 50 anos, esta unidade da Procuradoria Geral do Estado teve um papel fundamental na configuração fundiária do Estado e ainda permanece no imaginário popular: até hoje pessoas comparecem à Regional procurando a "PPI".

---

[7] Em março de 1984, o governo decretou as primeiras desapropriações e arrecadou uma área de 15.110 hectares, de algumas fazendas do Pontal do Paranapanema, para assentar 460 famílias. Depois de um século de grilagem, pela primeira vez, o Estado ensaiava a recuperação de terras devolutas, griladas por grandes latifundiários, governadores, prefeitos e grandes empresas.

Comparemos, por exemplo, na 10ª Região Administrativa, as diferenças dominiais entre a microrregião da Nova Alta Paulista, onde a PPI atuou fortemente, discriminando e legitimando e o Pontal do Paranapanema, onde, na década de 60, sua atuação foi sobrestada, o que deu origem ao conflito que há 15 anos ali se desenvolve.

Em 1984, a PPI foi descentralizada. Esse é um ano emblemático porque foi também em 1984 que o Estado (Governador Franco Montoro) desapropriou a Gleba XV de Novembro, em Teodoro Sampaio, até hoje o maior projeto de assentamento da região, com mais de 13 mil hectares.

O MST instalou-se na região do Pontal no início dos anos 90. A fazenda Santa Clara, no 11° Perímetro do Mirante do Paranapanema, foi reivindicada em 1992, durante o Governo Fleury. Foi a primeira vez que o Estado reivindicou terras devolutas no Pontal.

No dia 31 de dezembro daquele ano, foi homologado o acordo para pagamento das benfeitorias e as Procuradorias Regionais ganharam competência cumulativa, nas suas circunscrições, em relação a todas as Procuradorias Especializadas da Capital, dentre elas a do Patrimônio. O recebimento deste enorme acervo patrimonial e funcional, pelas unidades descentralizadas, foi desigual por vários fatores. Algumas Regionais tinham mais trato com a questão, até mesmo em razão de circunstâncias pessoais. Foi o caso da Regional de Presidente Prudente, então chefiada pelo Dr. Zelmo Denari, que ingressou na carreira exatamente na PPI do início dos anos 60. Não por acaso, ele foi um dos maiores defensores da descentralização da PPI, que aconteceu, aliás, muito tarde.

No entanto, hoje, a Procuradoria do Estado, postula judicialmente para promover a execução da política fundiária definida pelo ITESP que desde 1991 deixou de ser órgão de decisão da política de terras do Estado. A PGE — assim como as demais secretarias

setoriais — vincula-se à política estipulada pelo Instituto, tendo uma atuação apenas subsidiária neste campo funcional.

Por outro lado, contraditoriamente, o referido Decreto n. 33.706/91, que organiza o ITESP, determina que cabe a esta coordenadoria "atuar subsidiariamente à PGE" — art. 2º, V.

Na verdade, nem sempre a lei corresponde aos fatos Em 1986, o IAF foi incorporado à Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários. Logo depois, em 1987, esta se tornou a Secretaria de Assuntos Fundiários, passando o IAF a se denominar Departamento de Assunto Fundiário - DAF -, ao lado da criação do Departamento de Regularização Fundiária – DRF.

Essa secretaria foi extinta em 1988, retornando o DAF à Secretaria de Agricultura e Abastecimento e o DRF à Procuradoria Geral do Estado. Finalmente, a partir de 1991, o ITESP foi estruturado junto à Secretaria da Justiça e da defesa da Cidadania, mediante os Decretos 33.133/91, 33.706/91, 39.544/94 e 42.839/98, reunificando o DAF e o DRF, ampliando e aprimorando suas atribuições, e instrumentalizando o órgão com um Centro de Capacitação Técnico-Agrária, um Centro de Solução de Conflitos Fundiários, uma Assessoria de Apoio a Comunidades Quilombolas e uma Divisão de Administração. É o órgão responsável pela execução política agrária no Estado de São Paulo. Desenvolve, através de seu Departamento de Assentamento Fundiário, uma política que abrange desde a implantação, administração e assistência técnica de Projetos de Assentamentos (PA), até a criação de diversos programas de apoio aos agricultores, visando à diversificação da produção e ao fortalecimento da agricultura familiar.

Tal política norteia-se pelo método participativo das comunidades de trabalhadores assentados, buscando não só torná-los produtores autônomos, como também lhes reconhecer a condição de cidadãos-do-campo.

Em 20 de novembro de 2003, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) demarcou e titulou terras das comunidades remanescentes de quilombos. Esse decreto, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, transfere ao órgão responsável pela reforma agrária a competência para identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e titular as terras ocupadas pelos remanescentes de comunidades dos quilombos. A assinatura do decreto aconteceu em Serra da Barriga, município de União dos Palmares, Alagoas, durante as comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra.

O decreto resultou do Grupo de Trabalho Interministerial coordenado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a Casa Civil da Presidência da República. O GTI foi constituído em maio deste ano para formular propostas de políticas públicas que garantissem a regulamentação do artigo 68 da Constituição Federal (ANEXO A).

Como resultado, atribuiu-se ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, por meio do Incra, a responsabilidade pela implementação das ações de regularização fundiária das comunidades quilombolas.

O decreto prevê, ainda, possibilidades de desapropriações de áreas particulares para fins de reconhecimento desses territórios e a criação de instrumentos e políticas de etnodesenvolvimento para garantir a preservação das características culturais dos remanescentes de quilombos. Oficialmente, existem 743 comunidades quilombolas identificadas no Brasil. Essas comunidades ocupam cerca de 30 milhões de hectares, com

uma população estimada em 2 milhões de pessoas. Em 15 anos apenas 71 áreas foram tituladas.

O ITESP possui uma política de mediação dos conflitos fundiários, atuando para evitar a violência entre as partes envolvidas e buscar alternativas para a solução das demandas, bem como para dar assistência junto às comunidades remanescentes dos quilombos, sendo o órgão estadual responsável pelos estudos necessários para identificação e reconhecimento dessas comunidades, a demarcação e titulação de seus territórios, a assistência técnica e o apoio para o desenvolvimento socioeconômico, respeitando sua cultura e tradições.

Essa atenção é mais significativa nas áreas das comunidades remanescentes de quilombos e de outras populações tradicionais que, historicamente, se desenvolveram em áreas em que a preservação ambiental é fundamental para a sua sobrevivência (INSTITUTO..., 1998)

O levantamento mostrou a existência de 2.464.000 ha de terras não discriminadas, 941.000 ha de terras devolutas e 389.000 ha a serem estudados, em quatro regiões do Estado – as regiões do Pontal do Paranapanema, de Sorocaba, do vale do Paraíba e do vale do Ribeira[8]. São 15% da área total do Estado que podem ser incorporadas ao patrimônio do Estado. (FERNANDES, 1999, p159 a160).

Observe-se a tabela 3 para compreender como é extremamente complexa a situação fundiária do Pontal de Paranapanema:

---

[8] O Pontal do Paranapanema e o Vale do Ribeira são regiões economicamente depressivas, o que levou o constituinte estadual de 1989 a criar fundos especiais de investimentos para elas (art. 36 do ADCT Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). CASTILHO, José Roberto Fernandes. Fatores de insegurança dominial no Pontal do Paranapanema. **Boletim do Centro de Estudos**, São Paulo, v. 18, n. 5, p 67 a 68,

Tabela 3. Áreas de terras devolutas e a discriminar na região do Pontal do Paranapanema.

Comarca	Extensão dos perímetros (ha)	Particulares (ha)	Terras devolutas (ha)	Legitimadas (ha)	Reservadas (ha)	A discriminar (ha)
Mirante do Paranapanema	149.074,50	65.824,00	66.608,95	16.641,55	-	-
Presidente Prudente	104.074,50	4.840,00	55.857,50	-	-	44.019,00
Rancharia	5.930,00	-	5.930,00	-	-	-
Presidente Bernardes	26.168,30	-	-	1.968,30	-	24.200,00
Santo Anastácio	118.870,33	22.433,00	-	41.217,33	-	55.220,00
Presidente Venceslau	250.503,90	98.888,00	60.455,90	-	-	91.160,00
Presidente Epitácio	44.400,51	-	28.207,52	2.295,21	13.897,78	-
Dracena	111.326,05	-	70.136,05	-	-	41.190,00
Tupi Paulista	61.484,20	-	61.484,20	-	-	-
Pacaembu	42.351,00	-	42.351,00	-	-	-
Teodoro Sampaio	217.182,68	-	2.716,60	-	34.441,08	180.126,00
Gleba Caiuá-Veado	50.384	-	50.384,00	-	-	-
Total	1.182.491,97	108.585,00	444.130,72	62.122,39	48.338,86	519.315,00

Fonte: Situação das Terras no Estado de São Paulo, DRF – Departamento de Regularização Fundiária/ Instituto de Terras/ Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. São Paulo 1991. (Apud Fernandes, 1999, p 160). Disponível também: <http://www.dekuhl.adv.br/legislacao/constituicao/ADCT.asp> acesso em: setembro 2004.

Observando os dados obtidos na tabela 3 verificamos que o Pontal de Paranapanema possui 444.130,72 ha de terras devolutas e 519.315,00 ha que estão com processos de ações discriminatórias[9] a iniciar ou em andamento. A maior parte dessas terras está sob domínio de grandes grileiros-latifundiários.

9 O ITESP tem instaurado diversas ações discriminatórias na região, que se encontra nas seguintes condições: 1) em andamento, são perímetros em que as ações já foram ajuizadas e aguardam a decisão judicial definitiva, em diversas fases do processo; 2) as concluídas e aguardando conclusão ou a reavaliação do Plano de Legitimação de Posses. São perímetros que dependem de atuação do Executivo estadual e que se encontram paralisados. Alguns perímetros já tiveram parte de suas áreas legitimadas pelo estado e outros se encontram com processo de legitimação a iniciar. 3) processos de legitimação em andamento. Existem também os perímetros em que as ações discriminatórias não foram iniciadas, dependendo do ajuizamento

O total de extensão dos perímetros (ha) apresentados na tabela que compõem a região é de 1.182.491,97 ha e encontram-se em processo de desentranhamento.

Segundo o ITESP, as origens da atual estrutura fundiária do Pontal do Paranapanema estão assentadas em 'grilos'[10], ou seja, na apropriação indevida de enormes dimensões de terras a partir da falsificação de documentos. Monbeig (1984) descreve diversos registros que exemplificam o processo de grilagem na região do Pontal:

> Os falsários deram provas da imaginação e habilidades diabólicas: buscaram folhas de papel timbrado com as armas imperiais, imitaram escritas fora de uso, deslocaram velhos selos, amareleceram propositalmente seus documentos, arrancaram páginas dos registros dos tabeliões. Implantavam-se cafeeiros de vinte ou trinta anos nas clareiras das florestas. Transportavam-se partes destacadas de casas velhas, que eram guarnecidas com móveis antigos, para criar um ambiente adequado e simular uma antiga ocupação de solo. Era preciso também presumir-se contra os adversários, por muitas vezes dois ou três indivíduos moviam demandas em relação ao mesmo território, com algumas variantes na delimitação. Nesse caso, era indispensável cair nas boas graças do juiz de direito e dos agrimensores. E, por fim, era o assassinato uma solução levada em conta (MONBEIG, 1984, p 114-115).

Outro aspecto importante a ser lembrado é o processo de ocupação de terras após desmatamento agressivo da região e que gerou o predomínio de grandes fazendas. Vale acrescentar que, do ponto de vista jurídico-administrativo, a 10ª Região[11] está dividida em

---

da ação para apuração judicial da existência de terras devolutas. (Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania 1995b).

[10] A palavra *grilo* ou *terra grilada* tem sua origem na prática relatada pelos antigos agricultores, segundo o qual grandes fazendeiros falsificavam documentos de terras para delas se assenhorarem, deixando o documento falso em um recipiente com grilos vivos. Esses iam comendo as borda do papel até morrer, quando exalavam certa substância que amarelecia o documento, dando-lhe aspecto envelhecido.

[11] O ITESP, de Presidente Prudente, atua nos municípios que compõem a 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo e que se encontram inseridos, total e parcialmente, nos perímetros urbanos criados pela PGE nessa Região, os quais sejam: Álvares Machado, Anhumas, Caiuá, Dracena, Euclides da Cunha Paulista, Flora Rica, Irapuru, Junqueirópolis, Marabá Paulista, Mirante do Paranapanema, Ouro Verde, Pacaembu, Paulicéia, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santa Mercedes, Santo Anastácio, São João do Pau D'Alho, Tarabai, Teodoro Sampaio, Tupi Paulista. (Caderno Itesp nº8 97/98, p 57)

33 perímetros[12] e tem sido objeto de ações discriminatórias. Além de grandes extensões de áreas julgadas devolutas, diversos perímetros aguardavam início de ações (INSTITUTO...,1999,p.57).

Por essas razões, as experiências de mobilização e de luta pela terra resultaram na formação do MST no Estado de São Paulo com o apoio da Igreja, por intermédio das CEBs, CPT; dos partidos políticos PMDB e PT; dos sindicatos de Trabalhadores Rurais, da FETAESP e da CUT somadas a outras lutas e mobilizações em diversos locais do país.

O Pontal transformava-se na principal região do país onde se desenvolvia o maior número de ocupações de terra ou de famílias acampadas nas margens das rodovias e das linhas de trem. A reação dos grileiros, diante da intensificação das ocupações, levou o Estado a procurar uma solução para os conflitos da Fazenda Estrela D'Alva de 833 ha invadida em julho de 1994, fazenda encravada no meio da Fazenda São Bento.

As famílias acamparam nas margens do ramal ferroviário de Dourado e do acampamento e encaminhavam-se à fazenda para trabalhar a terra. Três dias depois da ocupação, a juíza de Mirante do Paranapanema determinou a reintegração de posse para a grileira Dionísia Arteiro Leal, atendendo ao seu pedido de liminar, mas a grileira não aceitou a reintegração da posse em virtude da existência da lavoura de feijão plantada pelos integrantes da MST.

A grileira peticionou a juíza para autorizar a destruição de 25 hectares de feijão, autorização essa que lhe foi concedida. Um dia depois da destruição de feijão, os trabalhadores entraram na fazenda, queimaram dois tratores e mataram vinte e cinco

[12] As comarcas possuem no mínimo um e no máximo seis perímetros. A extensão dos perímetros não coincide com a área do território do município e nem necessariamente se localiza em seu espaço.(Apud FERNANDES, 1999, p 160).

bovinos. A resposta da UDR foi imediata e ameaçou formar uma milícia rural para proteger as terras devolutas e que se encontravam sob o domínio de seus filiados.

No entanto, a grileira negociou com o Estado, entregando-lhe as terras para que fosse realizado o assentamento das famílias. (FERNANDES, 1999, p 188-189). Nessa ocasião, o governador Mário Covas nomeou o advogado Belisário Santos Júnior para a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, que trabalhou na Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, ligada à Arquidiocese de São Paulo.

1.1 O MST no Pontal do Paranapanema

A região do Pontal é considerada área do país onde se desenvolveu o maior número de ocupações de terra e onde há uma atuação mais expressiva do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (INSTITUTO...,1998) .

Segundo Fernandes, (1999,162), a região foi ocupada pelo MST em 14 de julho de 1990 quando 700 famílias originárias de vários municípios da região do Pontal e norte do Paraná ocuparam a fazenda Nova Pontal, no distrito de Rosana[1], município de Teodoro Sampaio[2]. Sobre a repressão sofrida pelos trabalhadores rurais que ocuparam essa fazenda o MST relata

> As famílias permaneceram na área ocupada por uma semana. Neste período ocorreram diversas negociações, onde os trabalhadores reivindicaram: a suspensão da ação liminar de reintegração de posse emitida pelo juiz da comarca de Presidente Venceslau, o seqüestro da área ocupada devido ao conflito social, a agilização do processo das Ações Discriminatórias das terras do Pontal, a garantia de não violência e o assentamento imediato das 700 famílias, mas a negociação

[13] Na época da ocupação Rosana era distrito de Teodoro Sampaio e veio a se emancipar em 1992.

[14] Em 1983, 350 famílias sem-terra ocuparam as fazendas Tucano e Rosanela, no município de Teodoro Sampaio, no tempo em que no Pontal não se tinha o apoio de instituições religiosas, como a CPT, por exemplo, ou de um ou outro parlamentar que procurassem mediar as negociações entre o Estado e os grileiros. (FERNANDES, 2000, p 68). Um bom exemplo da real violência vivida no campo

> não teve sucesso. A comissão e dois advogados, um da CUT e outro da CPT, se reuniram com o juiz da comarca de Presidente Venceslau para encontrar uma alternativa para a situação. O juiz foi irredutível e as famílias foram despejadas no dia 21 de julho por uma operação que envolveu 900 policiais das polícias militar e civil. A operação contou também com 30 cachorros, 105 cavalos, além da artilharia de elite e da participação de vários jagunços. Antes de começar o despejo, com o intuito de provocação, os policiais retiraram a bandeira do Movimento do Mastro que ficava no centro do acampamento, hastearam a bandeira nacional e entoaram os hinos da Polícia Militar e da Independência. Antes do despejo, os trabalhadores haviam decidido que iriam acampar nas margens da rodovia SP 613, nas proximidades da gleba XV de Novembro. Com o objetivo de desmobilizá-los, vários fazendeiros da região enviaram 15 caminhões e jagunços para acelerar o despejo e reconduzir as famílias para os municípios de onde vieram. Para isso, durante o despejo, os policiais obrigavam as famílias a subirem nos caminhões que tinham como destino os seus municípios. Aproximadamente 450 famílias conseguiram resistir à tentativa de desmobilização do grupo e acamparam nas margens da rodovia SP 613. A partir do dia 23 de julho, algumas das famílias "reconduzidas" voltaram para o acampamento. Este foi denominado de acampamento Novo Pontal. Passado quase um mês da ocupação, as famílias se "depararam com outro problema: a fome. Foi parado na estrada um caminhão de boi e leite. Exigiram o necessário para matar a fome. Em represália a polícia desencadeou nova repressão. Na Delegacia de Rosana, no dia 9/8/90, três trabalhadores rurais foram obrigados a despir-se e submetidos à violência e tortura" (MST, 1999, p 5)

Dentre os fatos que marcaram a luta pela terra e a história do MST no Pontal do Paranapanema, destacaremos os seguintes:

- no dia 15 de agosto de 1990, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) solicitou o despejo das famílias através do pedido da liminar de reintegração de posse das margens da rodovia ocupada pelas famílias acampadas. Para realizar esse despejo-surpresa, foram mobilizados 800 policiais que se reuniram no alojamento da Construtora Camargo Correa, em Rosana. Para chegarem até o alojamento, os ônibus que conduziram os policiais não passaram pela rodovia SP 613 e, sim, pelas estradas vicinais que cortam as grandes fazendas.
- na madrugada do dia 16 de agosto, dois oficiais de justiça notificaram os acampados. As lideranças do Movimento desconheciam o despejo e como não contavam com essa possibilidade, não existia nenhuma decisão sobre em qual local

eles poderiam se instalar. A construtora Camargo Correa, a CESP, o DER e os latifundiários enviaram 40 caminhões para reconduzir os acampados de volta aos seus municípios. Nessa madrugada, chovia torrencialmente, o acampamento foi totalmente cercado pelos policiais que não permitiram a saída de nenhuma pessoa a não ser que fosse em cima de um caminhão e com os seus pertences. Dessa forma, as lideranças do acampamento não conseguiram mobilizar nenhum tipo de apoio. Por volta das dez horas, uma criança conseguiu furar o cerco policial e ir até a gleba XV de Novembro para avisar algumas lideranças do MST na gleba, sobre o despejo que estava ocorrendo. Parte do grupo foi reconduzido para os seus municípios de origem. As lideranças conseguiram que 223 famílias fossem para uma área da gleba XV de Novembro. Com o segundo despejo, os latifundiários já haviam conseguido desmobilizar mais de 500 famílias.

- na segunda quinzena de setembro, os trabalhadores conseguiram com a Secretaria da Agricultura uma área onde as famílias pudessem acampar. No dia 20 de setembro, as 223 famílias transferiram-se para a área pertencente à Secretaria na mesma rodovia: a SP 613. Nesse momento da luta, acontece a articulação das forças políticas em apoio ao MST.
- No dia 30 de Setembro, a CUT/SP, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) de Presidente Prudente, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) - Regional de Presidente Prudente, o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Conselho Intersindical de Presidente Prudente formam o Comitê de Apoio à Luta pela Terra em Presidente Prudente.

- Em outubro de 1990, a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente celebraram um convênio para a realização do levantamento aerofotogramétrico do 11° perímetro de Mirante do Paranapanema para o cadastramento das terras devolutas. Este perímetro teve a sua Ação Discriminatória ajuizada, perante a Comarca de Santo Anastácio, em 1 de dezembro de 1938 e foi julgado como terras devolutas em 1947. O Estado só registrou essa decisão em 1958. [15]

- no dia 25 de março de 1991, o juiz de Mirante do Paranapanema concedeu a liminar de reintegração de posse a Antônio Sandoval Neto. Os advogados da CUT-SP e da CPT-SP tentaram impedir a concessão da liminar, alegando que o caso era de competência da Justiça Federal. O juiz negou o pedido dos advogados. Por outro lado, os trabalhadores acampados decidiram não desocupar a fazenda e iniciaram o tombamento da terra para o plantio de feijão. Uma comissão foi a São Paulo para negociar com a Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania para que se evitasse o uso da força policial. Dois dias após a concessão da liminar, a Procuradoria do Estado de São Paulo entrou na Justiça com uma ação de seqüestro do imóvel. O despejo das famílias foi suspenso até o julgamento da ação.

- no dia primeiro de abril, o Juiz de Mirante do Paranapanema indeferiu a ação impetrada pela Procuradoria alegando que o seqüestro é uma medida violenta, odiosa e de exceção.Segundo o juiz não existia atrito ou disputa corporal entre os

[17] Quase cinqüenta anos depois, é que o Estado começou a legitimar ou não os títulos de domínio. O perímetro possui uma área de 66.608,95 hectares que está registrada em nome da "Fazenda do Estado de São Paulo" (Transcrição número 12.851 de 20/06/1958).

co-réus (sem terra e fazendeiros) e a autora (Fazenda do Estado) para justificar a ação de desapropriação. O juiz solicitou ao comando da Polícia Militar de Presidente Prudente que cumprisse a sentença de manutenção de posse.

- no dia 9 de abril trezentos e cinqüenta policiais chegaram às seis da manhã na fazenda São Bento para efetivar o despejo das 247 famílias do acampamento João Batista da Silva. A desocupação foi negociada entre as lideranças do MST e o comandante da operação Militar. Durante a negociação os trabalhadores, com as enxadas, foices e facões, realizaram um ato simbólico de resistência[16]. Os trabalhadores enfileiraram-se e organizaram com os próprios corpos uma "parede" ficando de frente para o batalhão da Polícia Militar. Na negociação, os trabalhadores propuseram transferir o acampamento para uma área da estação Engenheiro Veras, do ramal ferroviário (desativado) de Dourado da FEPASA.

- no dia 13 de abril, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirante do Paranapanema, o Comitê de Apoio à Luta pela Terra - Presidente Prudente e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema realizaram um ato público de apoio à luta dos trabalhadores rurais Sem Terra no município de Mirante do Paranapanema.

- no mês de abril, o Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais da CUT, a ABRA, a CPT e o MST reuniram-se com o Coordenador do Instituto de Terras da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e propuseram o ajuizamento de emissão de posse em todas as áreas já declaradas judicialmente como devolutas, até

16 Conforme a interpretação descrita no Jornal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nº 60, fevereiro/março de 1997, p 20, o facão simboliza o instrumento de trabalho dos sem-terra. Com o facão, eles acreditam cortar as raízes da dominação, da miséria e da injustiça.

o final de 1991. Os trabalhadores continuaram negociando com o Estado e deram um prazo de 30 dias para que o governo apresentasse uma solução para as 247 famílias. Caso contrário reocupariam a fazenda São Bento. (ALMEIDA, 1993)

- no dia 15 de maio, os trabalhadores ocuparam a fazenda São Bento pela segunda vez e tombaram 5 hectares para plantar milho, mandioca, arroz e feijão. O grileiro entrou com novo pedido de reintegração de posse. As famílias foram citadas e deixaram a área. A partir desse momento, os trabalhadores começaram a utilizar a tática de permanecerem no acampamento na estação Engenheiro Veras e entravam na fazenda somente para trabalhar. Dessa forma criaram uma situação nova. Toda vez que os oficiais de justiça vinham citá-los, os trabalhadores estavam no acampamento, portanto, fora da fazenda.

- no dia 10 de junho acontece o primeiro conflito armado entre jagunços e os trabalhadores. Quando os trabalhadores entraram na fazenda para trabalhar, foram recebidos a tiros. No dia seguinte, os trabalhadores tentaram entrar com um trator e foram expulsos novamente pelos jagunços que ameaçaram matar as lideranças do acampamento.

- no dia 22 de junho, o Diário Oficial do Estado publicou o Decreto 33.404, de 21 de junho de 1991. Nesse decreto, o Governador do Estado de São Paulo, Luís Antônio Fleury Filho requisitou a área de 2.872 hectares da fazenda São Bento para abrigar as 247 famílias por um prazo de 180 dias. Fleury levou em consideração vários fatores: as famílias terem desocupado a fazenda atendendo à determinação do juiz de Mirante do Paranapanema; terem formado um acampamento em área próxima ao imóvel em questão e pelo fato de o estado de tensão nessa região ter aumentado, a

ponto de provocar manifestações dos mais diversos segmentos da sociedade que reivindicam a intervenção do Estado.[17] O advogado do grileiro entrou com uma liminar para suspender o decreto requisitório. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo julgou e suspendeu o Decreto 33.404. O Tribunal reservou uma área de 10 hectares da fazenda São Bento para que as famílias montassem o acampamento. Parte das famílias transferiu-se para a área de 10 hectares e outra continuou acampada na estação Engenheiro Veras. Durante a luta do grupo João Batista da Silva pela conquista da fazenda São Bento, o MST mobilizou um novo grupo[18] com 600 famílias de bóias-frias, arrendatários, parceiros e meeiros das cidades da região do Pontal e do norte do Paraná.

- no dia primeiro de setembro de 1991, essas famílias ocuparam uma parte da fazenda Santa Clara de 5.000 hectares, localizada na área do 11° perímetro de Mirante do Paranapanema. No desenvolver da luta, o suposto proprietário da fazenda Santa Clara entrou com pedido de liminar de reintegração de posse no Fórum de Mirante do Paranapanema.

- no dia 5 de setembro, o comandante da Polícia Militar encarregado de fazer o despejo e as lideranças do MST negociaram a saída das famílias da fazenda e transferiram o acampamento para a área da estação Noêmia do ramal desativado da FEPASA. Este acampamento foi denominado de Primeiro de Setembro.

- na primeira semana de outubro, 670 trabalhadores dos acampamentos João Batista da Silva e Primeiro de Setembro fazem uma caminhada de 135 quilômetros de

17 Decreto 33.404 de 21 de junho de 1991. D.O.E. 22/06/1991, p 2.

18 Enquanto os outros grupos demoraram entre seis meses e dois anos para a sua formação, este grupo foi mobilizado em menos de três meses.

Mirante do Paranapanema até Presidente Prudente. Os trabalhadores passaram pelos municípios de Santo Anastácio, Presidente Bernardes e Álvares Machado realizando atos públicos com a presença de vereadores, prefeitos, sindicalistas e deputados estaduais. Durante a caminhada os trabalhadores contaram com o apoio de diversas Comunidades Eclesiais de Base, dos municípios por onde passaram e do Comitê de Apoio à Luta pela Terra - Presidente Prudente.

- no dia 13 de outubro os trabalhadores rurais ocuparam o prédio da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e exigiram uma reunião com o Coordenador do ITESP na Divisão Regional de Ensino de Presidente Prudente de onde os trabalhadores retornaram para os acampamentos apenas com promessas.
- em novembro, as famílias do grupo Primeiro de Setembro ocupam a fazenda Santa Clara por duas vezes (nos dias 9 e 19) e com cinco tratores tombam 200 hectares para o plantio de arroz, milho e mandioca. São certificados da liminar de reintegração de posse e continuam trabalhando na área plantada.

Ao longo de todos esses embates, a luta pela terra cresceu no município do Mirante do Paranapanema, não se esgotou no Pontal, avançou no estado de São Paulo e se fortaleceu em vários locais do Brasil. Homens, mulheres e crianças resistiam à violência e a toda forma de opressão. Muitos se colocaram à frente dos espaços de resistência, na luta pela terra e por justiça social.

A partir desse contexto, nascia a luta das mulheres pela educação e construção da escola Estadual Fazenda São Bento, no município do Mirante do Paranapanema, no Pontal, a segunda região mais pobre do Estado de São Paulo.

2 AS LUTAS DAS MULHERES PELA ESCOLA

Neste capítulo apontaremos os passos mais significativos dos embates vivenciados por um grupo de trinta mulheres residentes nos assentamentos do município do Mirante do Paranapanema que resistiram às lutas da região do Pontal do Paranapanema. Concomitantemente, vamos conhecer as etapas da conquista, desse grupo de mulheres, pela construção da Escola Fazenda São Bento.

2.1 A luta das mulheres pela educação e os Encontros Estaduais

A reivindicação por uma escola no município do Mirante do Paranapanema teve seu início em outubro de 1990 quando as mulheres, ali assentadas, mobilizaram-se para a conquista de mais uma das características que perfazem o conceito de *cidadania* que, traduzido por elas, contém, em seu significado, o direito à terra, ao trabalho, à aposentadoria, à saúde, à preservação cultural e à educação.

Apesar das grandes dificuldades, da luta pela sobrevivência, dos desapontamentos com o descaso das autoridades e do autoritarismo dos latifundiários, a busca de uma educação formal para os filhos tornou-se uma meta para os pais, que vêem, na educação, a garantia de um futuro promissor para seus filhos.

Dessa forma, além de terem de enfrentar os problemas diários em que a falta de transporte, saúde, educação, estradas e mesmo de alimentos são comuns, os pais conseguiram que diversas escolas fossem se instalando nos acampamentos e em

2 AS LUTAS DAS MULHERES PELA ESCOLA

Neste capítulo apontaremos os passos mais significativos dos embates vivenciados por um grupo de trinta mulheres residentes nos assentamentos do município do Mirante do Paranapanema que resistiram às lutas da região do Pontal do Paranapanema. Concomitantemente, vamos conhecer as etapas da conquista, desse grupo de mulheres, pela construção da Escola Fazenda São Bento.

2.1 A luta das mulheres pela educação e os Encontros Estaduais

A reivindicação por uma escola no município do Mirante do Paranapanema teve seu início em outubro de 1990 quando as mulheres, ali assentadas, mobilizaram-se para a conquista de mais uma das características que perfazem o conceito de *cidadania* que, traduzido por elas, contém, em seu significado, o direito à terra, ao trabalho, à aposentadoria, à saúde, à preservação cultural e à educação.

Apesar das grandes dificuldades, da luta pela sobrevivência, dos desapontamentos com o descaso das autoridades e do autoritarismo dos latifundiários, a busca de uma educação formal para os filhos tornou-se uma meta para os pais, que vêem, na educação, a garantia de um futuro promissor para seus filhos.

Dessa forma, além de terem de enfrentar os problemas diários em que a falta de transporte, saúde, educação, estradas e mesmo de alimentos são comuns, os pais conseguiram que diversas escolas fossem se instalando nos acampamentos e em

assentamentos provisórios[19], tais como Haroldina, King Meat, Canaã, São Bento, Arco-Íris, Santa Apolônia, Estrela D'Alva, Santana, Santa Cruz e Alvorada. Inicialmente as escolas dessa região do Mirante tinham o nome de seus respectivos assentamentos: Santa Clara, Primeiro de Abril, Canaã etc.

As escolas, quase sempre de lona, funcionavam entre invasões e despejos, ocupações e reocupações, com crianças, jovens e trabalhadores enfrentando frio, fome, doenças e falta d'água.

É importante ressaltar que as escolas dos assentamentos e dos acampamentos são, predominantemente, escolas multisseriadas com dois professores: um professor para ministrar aulas na 1ª e 2ª séries e outro para 3ª e 4ª séries.

Nos assentamentos e acampamentos em Mirante do Paranapanema somente dois professores atendiam a todas as crianças das séries iniciais, incluindo as com síndrome de Down e as com deficiências auditivas.

---

[19] Na classificação dos assentamentos de acordo com a situação modular, estes estão assim definidos: definitivos, provisórios e emergenciais. As áreas definitivas são os lotes de dimensão adequada à manutenção e progresso econômico das famílias;.90,80% dos assentamentos paulistas são definitivos.Os provisórios são aqueles cujos lotes ainda não foram definidos em razão de circunstâncias legais. Essa situação é encontrada na região do Paranapanema, em assentamentos com área obtida por tutela antecipada, ou seja, um mecanismo previsto no artigo 273 do Código de Processo Civil. A tutela antecipada foi solicitada pelo Estado nos autos das ações reivindicatórias, propostas contra os ocupantes de imóveis ("os grileiros") localizados em perímetros julgados devolutos em última instância. Segundo o processualista Humberto Theodoro Júnior, a tutela antecipada "é a possibilidade de o juiz conceder ao autor, (ou ao réu, nas ações dúplices) um provimento liminar que, provisoriamente, lhe assegure o bem jurídico a que se refere a prestação de direito material reclamada como objeto da relação jurídica no litígio". Denominam-se áreas emergenciais os lotes com dimensão insuficiente para o desenvolvimento das famílias, devido ao número elevado de beneficiários em relação à área disponível no local. As áreas emergenciais são lotes de três alqueires para cada famílias a fim de esperarem até serem transferidas. (Caderno ITESP nº9 97/98, p 15)

Os alunos de 5ª a 8ª séries estudavam em outra escola, a chamada escola isolada, bem mais distante, do outro lado do município de Mirante, num bairro denominado Paraíso e que não era área de assentamento. Os moradores do local eram pequenos agricultores.

No início de 1992, após várias reivindicações de moradores dos assentamentos às autoridades (delegacia de Ensino local, por exemplo), a prefeitura de Mirante doou o material para a construção de uma escola de madeira no assentamento Haroldina: a Escola Fazenda São Bento.

Essa escola teve origem no Assentamento Santa Clara, hoje chamado de assentamento Che Guevara e, posteriormente, foi transferida para o seu local definitivo, o assentamento Haroldina.

A foto a seguir (Figura 3) é a da Escola Fazenda São Bento quando foi construída pelos assentados com madeira doada pela Prefeitura local e, a partir daí passou a ser administrada pela prefeitura de Mirante do Paranapanema.

Obtivemos a foto por meio da vereadora Maria Nazaré da Silva, uma das mulheres que lutaram pela educação dos filhos dos assentados e pela construção da escola.

Figura 3. Escola Fazenda São Bento.
Foto cedida pela vereadora Maria Nazaré da Silva.

Os professores que lecionavam na São Bento não moravam nesses assentamentos. A escola funcionava somente no período matutino com as crianças de 1ª a 4ª séries.

Ainda no ano de 1992, criou-se o acampamento União da Vitória, na beira da estrada de ferro com famílias procedentes de Andradina que começaram a plantar na Fazenda São Bento, mesmo sob ameaças por parte de grileiros.

Muito tempo se passou com as crianças do acampamento estudando em escolas de lona, enquanto aguardavam o momento em que suas famílias fossem assentadas. Nessa mesma época, o acampamento Primeiro de Abril também chegou à região. As famílias que ali se instalaram passaram a esperar a decisão da justiça para serem assentadas e, do mesmo

modo, tinham as crianças estudando em escola de lona, em classes multisseriadas, de 1ª a 4ª séries.

Em meados de 1993, foram criadas as escolas: São Bento I, no Mirante, na divisa dos assentamentos Estrela D'Alva e São Bento; escola São Bento II, na divisa dos assentamentos Santana e King Meat; escola São Bento III, na divisa dos assentamentos Santana e Fazenda Canaã; São Bento IV, na divisa dos assentamentos Haroldina e Santa Clara.

Muitas dessas escolas, durante todo o ano letivo de 93 e de 94, funcionavam em prédios de madeira e eram mantidas pela Prefeitura, mas quando não conseguiam acomodar as crianças, recorriam à lona.

No dia 1° de abril de 1995, mais mil e oitocentas famílias ocuparam várias fazendas no município de Mirante do Paranapanema superpovoando a região e tornando ainda mais crítica a situação escolar das crianças e dos jovens, já que o movimento de ocupações e reocupações mudou o andamento das escolas que ora suspendiam aulas ora inauguravam novas escolas (FERNANDES, 1999, p 190).

Até junho de 1995, várias escolas se instalaram nas fazendas: Haroldina, Arco-Íris, Canaã, King Meat, Santa Apolônia, Marco II, Alvorada, Mirante, Santa Cruz, Flor Roxa, Washington Luís, Santa Rosa, Santa Helena e Santa Carmem.

Somente em 1996, as famílias assentadas foram retiradas das áreas emergenciais[20] para áreas definitivas[21]e entre despejos e mudanças dos locais das novas ocupações, as crianças ficavam dias sem aulas.

---

[20] Denominam-se áreas emergenciais os lotes com dimensão insuficiente para o desenvolvimento das famílias, devido ao número elevado de beneficiários em relação à área disponível no local. As áreas emergenciais são

Enquanto o tempo passava o número de crianças crescia e as mulheres resolveram se organizar ainda mais para garantir a educação de seus filhos nos assentamentos. Realizaram reuniões na comunidade, equipes de estudo para discutir formas de ação, visando à melhoria da realidade e à resolução dos problemas de cada assentamento do Mirante do Paranapanema. (ANEXO B).

Elas reuniam-se com o propósito de definir as estratégias de luta para a melhoria da educação com uma proposta pedagógica que priorizasse o desenvolvimento de uma prática voltada para a realidade cultural e social favorável ao campo. Para isso, seus filhos precisavam sair das superlotadas salas de madeira e das improvisadas salas de aula feitas de lona. Com essas primeiras ações, as mulheres tiveram êxito: a Prefeitura doou madeira para abrigar os alunos dos assentamentos.

Em 1996, surgiram os entraves mais cruciais: o número de crianças dos assentamentos que estudavam na Escola Fazenda São Bento aumentava significativamente, à medida que novas famílias iam ocupando os lotes e mais crianças precisavam estudar. Além da limitação do espaço, apresentavam-se outros problemas já conhecidos na história de escolas multisseriadas:

- a dificuldade de atendimento individual aos alunos;
- as dificuldades de acesso ao material didático e às bibliotecas;
- o atendimento a quatro séries diferentes (uma tarefa aqui, outra ali),

lotes de três alqueires para cada famílias a fim de esperarem até serem transferidas. (Caderno ITESP nº9 97/98, p 15).

[21] Segundo ITESP, as áreas definitivas são os lotes de dimensão adequada à manutenção e progresso econômico das famílias;.90,80% dos assentamentos paulistas são definitivos. (Caderno ITESP nº9 97/98, p 15)

- a impossibilidade de atender simultaneamente todas as séries, implicando a falta de atividade para parte dos alunos;
- o processo de alfabetização às crianças de 1ª série apresentava-se ineficiente, em função da falta de tempo do professor para atender individualmente o aluno, como seria ideal;
- as crianças quase nunca saírem dos assentamentos em função da distância e falta de transporte para se chegar à cidade;
- o difícil trabalho de um professor que precisa planejar quatro séries ao mesmo tempo;
- o professor que não mora no assentamento, depende de ônibus, não tem tempo de conhecer melhor a comunidade;
- as crianças têm idades bastante diferentes (7 a 14 anos) - os grupos são muito heterogêneos;
- o professor acumula cargos: é, também, a merendeira, a faxineira, a diretora, o secretário. (FERRI, 1994, p.12-3)

O problema se agravava: o barulho era insuportável dentro e fora da sala. O professor via-se obrigado a controlar a irritação das crianças, diante da inadequação física do prédio escolar.

Não havia outra solução: os alunos voltavam a assistir às aulas em outros espaços, na sala feita de lona, a mesma sala improvisada dos acampamentos à beira de estrada ou dos acampamentos à beira das linhas de trem. Essa era a única alternativa para atender à demanda da região.

"Devolver" as crianças à lona para que não deixassem de estudar despertou nas mulheres dos assentamentos, mães desses alunos, a necessidade premente de lutar para construir um prédio em boas condições de atendimento aos alunos dos assentamentos.

Era preciso lutar para mudar as reais condições do prédio escolar, transporte, iluminação, dentre outros problemas que as comunidades enfrentavam e essa tarefa ficou para as mulheres, mães das crianças da Escola do Pé de Galinha, a Escola Estadual Fazenda São Bento.

A escola é conhecida igualmente como a Escola do Pé de Galinha. Esse apelido surgiu em função de um levantamento que vinha sendo feito pelos técnicos do ITESP que estudavam a geografia local para dar acomodação às famílias nos lotes dos assentamentos emergenciais na época dos conflitos pela posse de terras, a fim de solucionar a questão dos conflitos fundiários da região. Uma das funcionárias do ITESP percebeu que no mapeamento da região onde se localizaria a área de assentamento, o desenho daquele local apresentava um clarão na confluência das estradas, notando-se ali o formato de um *pé de galinha*. O apelido pegou e a região passou a ser conhecida como *Pé de Galinha.*

Dessa forma, um grupo de trinta mulheres da Escola do Pé de Galinha formou-se para dar início às reuniões, avaliar e dar solução ao problema da educação nos assentamentos: *Que tipo de escola queremos para nossos filhos?* A questão foi amplamente discutida nas reuniões de mulheres no interior dos assentamentos e acampamentos para definirem as linhas de ação.

O passo seguinte foi fazer um levantamento preciso do número de crianças que residiam nos assentamentos (ANEXO C). Visitaram todos os lotes, família por família, cada uma preencheu a ficha cadastral do aluno(a) (ANEXO D) com o nome da

coordenadora responsável de cada assentamento. Em seguida, iniciaram a organização do I Fórum Regional de Educação (ANEXO E).

Enviaram reivindicações de melhoria das escolas dos assentamentos do Mirante do Paranapanema à Delegacia de Ensino local e Secretaria da Educação. Não houve respostas das autoridades.

Em 1997, as reuniões das mães assentadas continuavam freqüentes. Decidiam sempre pela continuidade da luta e discutiam outras formas de ação pela melhoria da educação.

Decidiram organizar um Fórum de Educação, em 26.04.1997, no Rotary Club, em Mirante do Paranapanema, com o objetivo de analisar as condições de funcionamento das escolas da zona rural, em especial, das escolas dos assentamentos e acampamentos, bem como todos os problemas que envolviam a educação dos filhos dos assentados dos municípios de Mirante do Paranapanema, Sandovalina, Teodoro Sampaio e Presidente Bernardes, e como elaborar uma proposta de trabalho para o ano letivo de 1997 (ANEXO F) nessas regiões.

Esse Fórum de Educação objetivou fazer uma avaliação do trabalho da educação nos primeiros meses do ano de 1997, fazer um levantamento das dificuldades enfrentadas pelos municípios e elaborar uma proposta de trabalho pedagógico para 1997.

Durante o Fórum de Educação decidiu-se fazer um abaixo-assinado das famílias assentadas reivindicando melhorias e ampliação do prédio escolar da Escola Estadual de Primeiro Grau Fazenda São Bento, a Escola do Pé de Galinha. (ANEXO G)

Em 1998, aconteceu o I Encontro Regional de Educação dos Assentados do Pontal do Paranapanema, no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), em Presidente Prudente.

Nesse Encontro discutiu-se, entre outros assuntos, a situação física da escola (falta de forro, de carteiras, de pátio, de cozinha, de quadra de esportes etc.) (Figura 4)

Figura 4: Antiga quadra de esportes da Escola do Pé de Galinha.
Foto cedida pela vereadora Maria Nazaré da Silva.

A figura 4 ilustra a condição humilde da criança que usa a terra batida para plantar e brincar, além de comprovar a precariedade das acomodações escolares impostas aos estudantes dos assentamentos.

Ao longo do Encontro, as mulheres que representavam os vários assentamentos expuseram uma maquete do prédio escolar que desejavam para os alunos que cantavam a seguinte canção[22]:

[22] Na formação do MST, os sem-terra foram construindo uma cultura popular que traduz o sentido da luta nas formas das canções, poesias documentos e teatro. Nos intervalos dos trabalhos de grupo e à noite, os participantes apresentam suas músicas, suas prosas, em que relatam suas histórias. Apresentam exposições

Eu sou criança e sei falar

Tenho direito e vou cobrar

Saúde, educação e um lar para morar

Discutiram-se formas de ação para pressionar as autoridades a dar salas adequadas às crianças dos assentados e em uma dessas discussões a assentada, eleita vereadora em 2000, Maria Nazaré disse:

> Aí nós chegamos e falamos assim: Olha, vamos se organizar e vamos ver se o governo do Estado enxerga realmente que aqui existe criança. E que a própria Secretaria da Educação veja de bons olhos que as nossas crianças realmente precisam das salas de aula de alvenaria.[23]

Não havia, de fato, acomodação para as crianças estudarem. No ano de 1998, a escola passou a atender também a alunos com a formação de classe de 1ª série, alcançando um número de 437 alunos.

No momento da filmagem da Escola, ao mostrar às autoridades as reais condições do prédio em que seus filhos se viam obrigados a estudar, a vereadora Maria Nazaré desabafou:

> A gente tá aqui na escolinha de madeira e, hoje, aqui em São Paulo, já não existe mais escola de madeira, mas aqui, no nosso assentamento existe. Coitado dos nossos alunos! Geralmente, já não existe mais escola de madeira.

---

fotográficas das luta em todas as regiões do país com a intenção de recuperar a memória histórica do Movimento.

[23] Trecho extraído da fita de vídeo gravada e editada pelas mulheres assentadas e apresentada no IV Encontro Estadual das Mulheres Assentadas do Estado de São Paulo: **As Mulheres da Reforma Agrária**, Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo 'José Gomes da Silva', Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.

O grupo de mulheres assentadas tirou quatro cópias da fita gravada e anexou uma carta datada no dia 20 de março de 1998, assinada pela representante dos Coordenadores de Educação dos Assentamentos atendidos pela Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus Fazenda São Bento, Maria Nazaré da Silva (ANEXO H – Ampliação e Construção do Prédio) e enviou uma cópia da fita gravada juntamente com uma cópia da carta para a Secretaria da Educação, via Delegacia de Ensino local; outra, para o ITESP; outra ainda, para o Ministério Público; a última, ficou com as mulheres do assentamento, com a intenção de divulgar nos Encontros Estaduais de Mulheres e de mostrar o que poderiam conseguir através dessa fita e dessa forma de ação.[24]

Essa carta solicitava ampliação do prédio, apontando as suas deficiências e todas as melhorias necessárias. Vejamos o texto da carta:

> A nossa escola, que no ano passado atendeu 370 (trezentos e setenta alunos), com a mudança dos assentados para seus lotes definitivos, está atendendo neste ano cerca de 540 (quinhentos e quarenta alunos), inclusive alunos do Ensino Médio (1° Colegial); como o prédio escolar não tem estrutura adequada para suportar esta demanda, nossos filhos, para prosseguir seus estudos, vêm passando por situações inaceitáveis como: não ter lugar para se alimentar (a escola não possui pátio), utilizam banheiros imundos (os banheiros não suportam a demanda, pois são apenas 4 vasos sanitários, 2 por sexo, para os 540 alunos).

---

[24] As escolas que funcionam nos assentamentos são de dependência administrativa da prefeitura do município. O MST não tem responsabilidade financeira ou administrativa em relação às escolas, pois coerente com suas propostas, enfatiza que o Estado deve se responsabilizar pelo ensino público. No documento "Manifesto dos Educadores e das Educadoras da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro" de 1997, o MST reforça a questão: "Lutamos por justiça social! Na educação isto significa garantir escola pública, gratuita e de qualidade para todos, desde a educação infantil até a Universidade (...) Lutamos por escolas públicas em todos os acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária de todo o país e defendemos que a gestão pedagógica destas escolas tenha a participação da comunidade sem terra e de sua organização" (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Manifesto dos Educadores e das Educadoras da Reforma Agrária ao Povo. In: CALDART, Roseli. **Educação em Movimento**: formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997).

Para demonstrar bem a situação de calamidade que a escola apresenta, estamos enviando uma fita de vídeo em anexo. Acreditamos que a Senhora Secretária da Educação não tenha conhecimento desta situação de descalabro, motivos pelos quais estamos solicitando este favor, a fim de que estas informações possam chegar até a mesma.

Visando uma melhor orientação, estou resumindo abaixo o quadro de alunos da escola, as deficiências do prédio, as construções e as aquisições de equipamentos necessários para que a mesma se torne uma escola pública comum:

Manhã (ensino fundamental): 157 alunos

Tarde (ensino fundamental): 210 alunos

Noite (ensino fundamental e médio): 174 alunos

Professores:

9 professores de 1ª a 4ª séries

14 professores de 5ª a 8ª séries e 1° colegial

Deficiência do prédio escolar

Só possui 4 (quatro) salas de alvenaria (existem outras três de madeira, construídas emergencialmente e inadequadas, onde se atende o 1° colegial);

Falta pátio para a alimentação dos alunos;

A cozinha inadequada pela demanda (pequena)

Não possui depósito para a guarda da merenda;

Não possui almoxarifado;

Os banheiros dos alunos são inadequados (só 2 vasos por sexo);

O banheiro dos professores é inadequado (só existe um banheiro e sem chuveiro);

Falta sala de coordenação;

Sala dos professores inadequada (pequena);

Sala da Secretaria inadequada (pequena);

Faltam salas de laboratório, biblioteca e vídeo;

Falta de quadra de esportes.

Construções necessárias:

Ampliação das dependências existentes (com exceção das salas de aula);

Construção de pátio coberto, cantina, depósito para merenda, cozinha mais ampla, depósito para material de limpeza, sala de educação física, 4 salas de aula, sala para biblioteca, sala para laboratório, sala para vídeo, quadra de esportes, banheiros para os alunos com vestiário, banheiro para os professores (masculino e feminino).

Equipamentos necessários:

Kit tecnológico (antena e televisão);

> Kit para laboratório;
> Acervo para biblioteca;
> Microcomputadores.
>
> Estamos encaminhando ainda, croqui do prédio construído (escola atual em vermelho) e as ampliações solicitadas e necessárias. Encaminhamos também croqui da construção de uma nova escola (o que seria mais viável), para atendimento dos alunos do ciclo II do ensino médio, não necessitando neste caso de ampliação das dependências do prédio atual, pois passaria a atender somente os alunos de 1ª a 4ª séries.
> Conforme o exposto, estamos enviando todas as sugestões possíveis, para que se faça as melhorias necessárias com urgência, propiciando um atendimento normal aos nossos filhos (da forma como está os pais não aceitam mais).
> Estamos solicitando este favor ao Senhor, como último meio para que a Senhora Secretária da Educação nos atenda na forma legal; passados 30 (dias) trinta dias e caso não tenhamos uma resposta da Secretaria da Educação a esta solicitação, é intenção de todos os pais entregar a cópia deste documento à liderança do MST, para que se faça uma divulgação na imprensa (rádio e televisão) à nível nacional, da situação intolerável que os nossos filhos estão passando para poder estudar.[25]

Vinte dias depois, obtiveram a resposta do Governo do Estado, confirmando o compromisso de construir as quatro salas de aulas no Assentamento Haroldina.

As salas foram construídas no ano de 1997 (Figura 5) e as crianças assentadas passaram a estudar na Escola Estadual Fazenda São Bento, a Escola do Pé de Galinha.

[25] O original encontra-se depositado no arquivo da Escola Fazenda São Bento.

Figura 5: Prédio com as primeiras quatro salas de aulas e filhos dos assentados. Foto cedida pela vereadora Maria Nazaré da Silva.

No entanto, as quatro salas de aula não foram suficientes para atender à demanda da região e dar acomodação aos alunos dos assentamentos da região do Pé de Galinha. Em razão disso, as assentadas voltaram a discutir novas estratégias de ação para conseguir do Governo do Estado a construção de mais outras quatro salas de aula.

O grupo de mulheres se organizava para pedir a ampliação do prédio da Escola Fazenda São Bento. Nessa mesma época acontecia o I Encontro Estadual de Mulheres Assentadas do Estado de São Paulo[26] no município de Castilho-SP durante os dias 07 e 08

[26] O I Encontro Estadual de Mulheres Assentadas do Estado de São Paulo contou com a participação de trinta (30) técnicos do Instituto de Terras, cento e sessenta e quatro (164) assentadas, delegadas que representavam os Projetos de Assentamento: Sumaré, Ipanema, Porto Feliz, Monte Alegre, Bueno de Andrade, Araras 3, Bela Vista do Chibarro, Rio Paraná, Timboré, Primavera, São José, Reunidas, São Bento, Estrela Dalva, Santa Clara, Canaã, King Meat, Vale dos Sonhos, Santa Carmem, Santa Apolônia,

de março de 1998, organizado pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" – o ITESP.

Segundo o relatório do I Encontro (vide ANEXO I), dentre as principais abordagens levantadas nas discussões com os grupos de mulheres coordenadas pela assentada Fátima (de Andradina), ficou evidente a preocupação das mesmas em participar, de maneira efetiva, no destino e conquistas de seus respectivos assentamentos e de discutir o papel da mulher na organização da comunidade para a conquista da cidadania e do desenvolvimento da agricultura familiar.

As assentadas do Mirante foram ao microfone mostrar para outras mulheres dos assentamentos do Estado as estratégias de organização para conseguirem a melhoria da educação de seus filhos. Relataram os resultados do Fórum de Educação, realizado em 26.04.1997, no Rotary Club, em Mirante do Paranapanema, bem como o resultado do I Encontro Regional de Educação dos Assentados do Pontal do Paranapanema, no Senac, em Presidente Prudente. Denunciaram as precárias condições de funcionamento das escolas dos assentamentos que não davam acomodações aos alunos. As mulheres exibiram a maquete apresentada no I Encontro Regional, cantaram a música que seus filhos compuseram e que fora apresentada em Presidente Prudente.

Apesar das conquistas, as mulheres do Mirante expuseram outras dificuldades que vinham enfrentando para obter apoio aos seus projetos e idéias, seja na educação, na saúde assim como outros problemas comuns ao universo dos assentados.

Haroldina, Tupancireta, Palu, Água Limpa, Bom Pastor, Santo Antônio da Lagoa. Novo Horizonte, Yapinary, Areia Branca, Santa Maria, Maturi, Gleba XV de Novembro, Santa Rosa, Tucano e Porto Letícia. Várias autoridades prestigiaram o evento: Belisário dos Santos Júnior, Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania; Paulo Boaventura, diretor do Departamento Agrícola de Castilho e representante do Prefeito Municipal de Castilho; Edna Brito, Prefeita Municipal de Andradina e Emi Brandão, vereadora de Castilho.

Na continuidade do Encontro, tanto elas como outras mulheres dos assentamentos do Estado, discutiram a pouca participação feminina em reuniões nas áreas de assentamento, além da falta de apoio dos companheiros e maridos, uma vez que as preocupações dos homens estavam voltadas muito mais para o trabalho no campo.

Cumprindo-se o Programa do I Encontro Estadual, houve a palestra de Liana Lopes, representante da Confederação das Mulheres do Brasil.

Liana apresentou histórico sobre o Movimento Feminista no Brasil, que surgiu em 1920, com a luta pelo direito ao voto feminino, conquistado dez (10) anos depois. Após o período de ditadura militar, em 1981, ocorre o Congresso no qual se reconstrói a Federação Paulista de Mulheres e em junho de 1988, é fundada a Confederação das Mulheres do Brasil. Foram discutidos na pauta: Constituição, licença maternidade de 04 meses, Estatuto do Menor e do Adolescente, Conselhos municipais, estaduais, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Delegacias de Mulheres, Regulamentação da lei do aborto (em caso de estupro e risco de vida) e a Lei Marta Suplicy que garante a investidura feminina de 20% dos cargos eletivos (vereadores e deputados).

O objetivo do Encontro também foi o de discutir as questões de cidadania da comunidade com representantes das Secretarias Estaduais de Saúde[27], de Educação e de Assistência e Desenvolvimento Social, presentes para proferirem palestra sobre as atribuições dessas Secretarias, sua estrutura institucional e relação com a municipalidade. Também deram orientação jurídica nas questões trabalhistas, agressões físicas, opressão moral, maternidade, além de conversarem sobre a dupla jornada de trabalho e a não

[28] Nos assentamentos e acampamentos é comum encontrar "farmácias" improvisadas para atender e orientar os acampados e os assentados. Em alguns assentamentos, as mulheres produzem plantas medicinais e remédios caseiros, como é o caso dos assentamentos da região de Itapeva (SP). A partir dessas experiências foi constituído o Coletivo de Saúde e, em 1998, os sem-terra realizaram o Primeiro Encontro Nacional, formalizando o Setor de Saúde do MST, o mais recente setor de atividade do Movimento Sem Terra.

valorização do trabalho feminino. Algumas assentadas disseram que a falta de formação política dificultava as ações das mulheres, pois era importante conhecer os órgãos públicos e suas atribuições, para saber de quem cobrar o que lhes era de direito.

Participaram desse painel Lilian de Abreu Campana, da Secretaria da Saúde e Marinez Livramento de Almeida da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. Nessas apresentações as assentadas receberam informações sobre o trabalho das Secretarias e os programas que dizem respeito à vida das famílias e da comunidade assentada.

Houve também a intervenção da Secretária Municipal de Educação de Castilho, Maria Eliza Romaris, que apresentou as iniciativas da prefeitura quanto ao transporte dos estudantes.

O tema "Agricultura familiar, diversificação da produção e rendas alternativas de projetos com as mulheres" foi abordado pela Coordenadora do ITESP, Tânia Andrade e Belisário dos Santos Júnior.

A agricultura familiar foi apresentada como uma atividade em que a participação e integração de toda a família são fundamentais, ressaltando-se o papel da mulher como força de trabalho e de decisão sobre as perspectivas de exploração do lote.

Nesse Encontro também foi enfocada a importância da produção do lote de assentamento destinado ao alto consumo das famílias, como forma de diversificar e baratear a alimentação, e ainda de possibilitar que a renda obtida com a venda dos excedentes da produção possa ser usada para outras finalidades.

A diversificação da produção foi também apresentada como estratégia de criar várias fontes de renda que possam se complementar e diminuir os riscos de perdas ou queda de preços que eventualmente ocorrem na agropecuária.

As assentadas reuniram-se em 15 grupos para discutir os temas do Encontro: condição e direitos das mulheres, cidadania, educação, saúde, lazer, reivindicações e apresentar em Plenária, no dia seguinte, o resultado dessa etapa.

Na plenária, cada grupo fez a leitura de seu relatório, cujos principais pontos levantados e discutidos foram apresentados, em resumo, no encerramento.

Na finalização do I Encontro, a plenária votou pela criação da Coordenação Estadual das Mulheres Assentadas do Estado de São Paulo, que deveria ser formada por representantes das nove regionais, conforme a distribuição de todos os assentamentos no Estado.

Algumas representantes foram escolhidas durante o Encontro: Maria Nazaré da Silva Montemor (Projeto de Assentamento Santana) que já vinha lutando pela melhoria da educação em Mirante do Paranapanema, Dulce Aparecida de Lima (Projeto Vale dos Sonhos), Vanderléia Aparecida Macedo (Projeto Água Limpa) da Regional VIII; Maria Aparecida de Oliveira (Projeto Bela Vista) e Rosa Maria Boschetti (Projeto Monte Alegre II) da Regional III.

A plenária também decidiu que todas as delegadas se comprometeriam a repassar os resultados do I Encontro para as mulheres da comunidade de seu assentamento que não puderam participar do evento, incentivariam o trabalho e a organização das mulheres assentadas na formação de associações, grupos e no fortalecimento das organizações existentes.

Dentre as questões trabalhistas discutidas, a principal reivindicação foi a aposentadoria aos 50 anos para as trabalhadoras rurais.

É interessante observar nos documentos, que obtivemos durante a pesquisa de campo, como o grupo de mulheres se fortalece usando o valor da palavra. Tudo o que é

discutido no grupo de mulheres, as reivindicações escritas tornam-se documentos oficiais para elas e sugerem o compromisso com o objetivo proposto. Veja o trecho da Pauta de Reunião do dia 17.11.98 (confira ANEXO H):

> Se existirem problemas sobre saúde e educação, fazer uma reunião antes com o grupo para ver se vai ajudar ou vai complicar a situação, ter opiniões de todas juntas para que não haja pinguinhagem. Depois a que for se associar no papel tem que saber que isso é sério e não pode estar desistindo de qualquer maneira antes de estar no papel. Porque quando se faz no papel a responsabilidade é maior.

No mês de outubro, o grupo de mulheres pôs em prática o que tinha sido resolvido nas reuniões da comunidade. Foi feito um abaixo-assinado solicitando a melhoria do prédio escolar e encaminhado à Secretaria de Educação via Delegacia de Ensino de Mirante.

Através de documento (protocolo de nº74.374, datado de 07 de dezembro de 1998) pediram a construção de pátio para alimentação, almoxarifado, banheiros, quadra esportiva e demais dependências administrativas, além de equipamentos para a escola e transporte para os alunos. (ANEXO L)

O governador justificou através de oficio que a demora de atendimento às reivindicações solicitando a ampliação/construção do prédio da EEPSG Fazenda São Bento deveu-se a impedimentos de ordem operacional. (ANEXO M - ref.: protocolo de nº 74374).

Mais oito salas de aulas foram construídas no final de 1998 e começava a construção das outras dependências do prédio escolar.(figura 6)

Figura 6: Quadra de Esportes da Escola Fazenda São Bento.
Foto cedida pela vereadora Maria Nazaré da Silva.

O "barulho", feito em 1998 reivindicando a melhoria do prédio da Escola Fazenda São Bento, foi apresentado e amplamente discutido no II Encontro de Mulheres realizado nos dias 29 e 30 de maio de 1999.

A realização do II Encontro aconteceu em Primavera, município de Rosana, nos dias 29 e 30 de maio de 1999. As assentadas do Mirante do Paranapanema compareceram ao evento para mostrar as conquistas obtidas no ano de 1998 com a Escola Fazenda São Bento entre outros problemas do Pontal do Paranapanema.

O evento, que contou com a presença de mais de 200 mulheres, teve como objetivo discutir os direitos básicos da trabalhadora rural e os da mulher no âmbito familiar, o que incluía a violência doméstica.

Também foram discutidos temas básicos sobre o papel da mulher na organização da comunidade para a conquista da cidadania e no desenvolvimento da agricultura familiar, além de assuntos abordando o meio ambiente.

Nesse Encontro, o Grupo de Mulheres do Projeto de Assentamento Timboré encenou uma peça de teatro (ANEXO N) que apresentou a trajetória de trabalhadoras rurais sem-terra desde a ocupação da fazenda improdutiva até a organização das mulheres dentro do assentamento, ressaltando os limites que estão sendo vencidos à medida em que as mulheres se organizam nos assentamentos. Comentaram os ganhos do I Encontro e formaram uma comissão estadual.

As assentadas reuniram-se em grupos para discutir os temas do Encontro: família, comunidade, órgãos públicos municipais, estaduais e federal, qualidade de vida, relações humanas, a realidade de sua comunidade, sugestões e reivindicações para projetos de ação, as questões do lote em relação aos filhos adolescentes, empregos para os jovens do lote, terra para os filhos assentados, parcerias para a população assentada, práticas de mutirão, atendimento de assistência social nos lotes e elaboração de um símbolo para o próximo Encontro Estadual. (ANEXO O)

A seguir, apresentaram em Plenária, os resultados obtidos. Na plenária, cada grupo fez a leitura de seu relatório. No encerramento, os documentos aprovados na assembléia final foram lidos para serem encaminhados às autoridades.

Segundo o caderno de resumo do II Encontro Estadual de Mulheres Assentadas do Estado de São Paulo, as mulheres dos assentamentos do Mirante do Paranapanema entregaram à coordenação da mesa o documento a ser entregue para o governo do Estado, assinado pelas representantes daquela localidade, com seguinte reivindicação:

> Reivindicamos ao Governo do Estado de São Paulo, junto com o ITESP/DAF, para que voltem as máquinas da CODASP, pois as nossas estradas se encontram em estado de calamidade e precisam ser conservadas. E que o governo em parceria com as Prefeituras construam novas pontes; as que existem estão caindo, pondo em risco a vida de nossos filhos. Essas obras são essenciais porque eles viajam de ônibus e precisam freqüentar a escola sem correr riscos ou ter que faltar por isso.
> Até hoje, em todas as portas que batemos, dizem que não têm recursos. Que estas palavras aqui escritas batam na porta do governo, e esperamos ser atendidas. E que ele veja com bons olhos a nossa situação dentro do assentamento e compreenda esta necessidade urgente!! (ENCONTRO..., 1999, 50)

Vale acrescentar que outros assentamentos de outros municípios (Nova Pontal, Gleba XV de Novembro, Monte Alegre, Porto Letícia,...) também entregavam à mesa outras reivindicações de melhorias de infra-estrutura nos assentamentos, como instalação de rede de água, aceleração na instalação de rede elétrica, construção de escola, melhoria do transporte escolar e instalação de telefone público, assinados pela representante dos assentamentos.

Também no mesmo ano (1999), as mulheres reivindicaram, ao governo do Estado, medicamentos e tratamento odontológico aos assentados. Pediram ajuda ao governo do Estado por meio de uma carta enviada ao governador Mário Covas.

Em 2000, a biblioteca da Escola Fazenda São Bento passou a funcionar com sala própria equipada com aparelho de vídeo.

No mesmo ano, as mulheres conquistaram a representação política elegendo uma mulher vereadora residente no assentamento, Maria Nazaré da Silva. Essa conquista foi apresentada no III Encontro de Mulheres Assentadas do Estado de São Paulo que aconteceu nos dias 5, 6 e 7 de maio de 2000, em Promissão – SP.

O III Encontro Estadual demonstrou que os avanços foram significativos quanto ao crescimento da organização de mulheres, pois contou com a presença de quase trezentas mulheres de diversos assentamentos, representando 100 comunidades de assentamentos,

áreas de remanescentes de quilombo[28] e acampamentos, presença que muito enriqueceu a reunião, visto que, pela primeira vez, estiveram representadas. Contou ainda com a presença de 73 técnicos da Fundação ITESP, autoridades (por exemplo, a prefeita de Lins, Valderez Vegiato Moya), representantes do MST (entre eles, Diolinda Alves de Souza, uma dos líderes dos sem terra do Pontal do Paranapanema e esposa de José Rainha Júnior), além de convidados, citados no relatório do III Encontro. [29]

Foram enviados fax de saudação às mulheres, dentre os quais destacou-se o da Senadora Marina da Silva, que, no texto, faz uma análise da conjuntura política atual na qual exalta o papel social e histórico das mulheres:

> As mulheres fazem valer sua força, sua capacidade de luta e sua dignidade de trabalhadoras que procuram a paz, a cidadania, garantia de direitos para si e suas famílias, especialmente o direito de produzir e viver da terra (ENCONTRO..., 2000, 25)

O evento teve como objetivo continuar a discussão da organização da mulher para a conquista de sua cidadania e no desenvolvimento da agricultura familiar, bem como tratar dos assuntos de maior interesse das assentadas, o papel da mulher na reforma agrária.

Nessa ocasião, Diolinda, representante do MST, usou sua intervenção para demonstrar a indignação do movimento sobre os acontecimentos ocorridos antes do III Encontro Estadual de Mulheres e para expor os detalhes vividos nesses dias, as dificuldades

---

[28] A Assessoria Especial para Quilombos, criada em 1997, tem como missão o cumprimento do artigo 68 do Ato das disposições Constitucionais Transitórias, garantindo o direito de propriedade às comunidades de remanescentes de quilombos, dando a essas comunidades a equivalência de direitos em relação aos assentados.

[29] No dia 30 de outubro de 1995 o juiz de Pirapozinho decretou a prisão preventiva de José Rainha Júnior, de sua esposa Diolinda Alves de Sousa, de Márcio Barreto e de Laércio Barbosa. O decreto foi baseado na denúncia do promotor de Pirapozinho, a pedido do delegado de Sandovalina. As lideranças do MST eram acusadas de "formação de bando ou quadrilha". Além desse decreto havia também o pedido, pelo promotor público de Pirapozinho, das prisões de mais nove lideranças da região. A polícia prendeu Diolinda e Márcio, que foram transferidos para o Presídio do Carandiru, em São Paulo. As prisões repercutiram em todo o país e envolveram vários políticos do PT e do PCdoB, que apoiavam a luta dos trabalhadores. O MST organizou diversas manifestações na cidade de São Paulo e no Pontal do Paranapanema. (FERNANDES,1999: p. 202).

dos ativistas quando entraram em choque com as forças policiais e o sofrimento daqueles que se encontravam presos. Diolinda leu um fax da organização que descrevia cronologicamente todas as manifestações e enfrentamentos vivenciados por eles em todo o país.

Discutiram-se durante o Encontro as políticas de crédito, a autonomia, a participação das mulheres nas definições das leis e portarias para produtos artesanais, a alfabetização de adultos, os cursos para as mulheres (educação continuada, incluindo o apoio ao ensino superior, informática, agroindústria, administração e gerenciamento etc.), a infra-estrutura dos assentamentos, o meio ambiente (a reciclagem de materiais), as associações e as cooperativas, crédito de habilitação para os assentamentos, entre outras questões (ANEXO P).

A opinião das integrantes dos grupos foi unânime ao afirmar que determinadas condições associadas à existência de alguns elementos interferem no cotidiano da vida da mulher assentada, inconformada com o quadro de violência, resultante da pobreza, do uso de bebida alcoólica, do ciúme e da falta de união, como mostra a tabulação dos dados no ANEXO Q desta pesquisa.

Dois mil e um foi um ano marcado pela séria dificuldade do transporte na região do Mirante do Paranapanema: os ônibus interrompiam dois dias de atividades e funcionavam um dia. As crianças dos assentamentos saíam prejudicadas com os estudos porque dependiam de condução para chegar até a escola.

A questão do transporte foi uma discussão apresentada no IV Encontro de Mulheres Assentadas do Estado de São Paulo que aconteceu nos dias 26, 27 e 28 de outubro 2001, em Araraquara – SP.

A nossa participação no IV Encontro das Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo (2001) se deu na condição de convidada e observadora do evento. Tivemos oportunidade de fotografar momentos do evento que julgamos ser um dos mais significativos para este estudo.

Participamos desse Encontro e pudemos constatar que os avanços foram bastante expressivos quanto ao crescimento da organização de mulheres, pois contou com a presença de mulheres de vários assentamentos do Estado, representando as diversas comunidades de assentamentos, áreas remanescentes de quilombos e acampamentos, presença que, novamente, muito enriqueceu a reunião, além dos técnicos da Fundação ITESP, pesquisadores e convidados.

No dia 26.10.2001 conhecemos Adélia, assentada de Promissão, por um funcionário do ITESP, antes de ela subir ao palco para iniciar a abertura do IV Encontro Estadual de Mulheres. Recebeu-nos com muita simpatia e colocou-se a nossa disposição para esclarecer nossas dúvidas a respeito do Encontro, assentamento, educação... Ele fez a apresentação a ela dizendo: *Essa moça é uma amiga que faz mestrado em Educação na UNISO, em Sorocaba, e está aqui para participar do Encontro conosco porque pesquisa o movimento das mulheres dos assentamentos e luta pela educação de seus filhos.*

Figura 7: Ligia, Adélia e Magu, técnico do ITESP.
Foto: Marcos, funcionário do ITESP.

Conversamos um pouco sobre os assentamentos e minha estada em Araraquara enquanto aguardava a abertura do Encontro.

Depois de um certo tempo, Adélia, assentada de Promissão, retirou-se para coordenar o grupo de mulheres e iniciou a abertura do IV Encontro. (figura 8) Cumprimentou as assentadas com muito entusiasmo e leu a pauta dos debates que abordavam os seguintes temas: 'Conjuntura da Política Nacional e Reforma Agrária', 'Agricultura Familiar Sustentável na Reforma Agrária', 'Impacto no Meio Ambiente em Assentamentos Rurais e Áreas Remanescentes de Quilombos' e 'A Organização Estadual de Mulheres Assentadas e Quilombolas: Quem somos, o que queremos?'

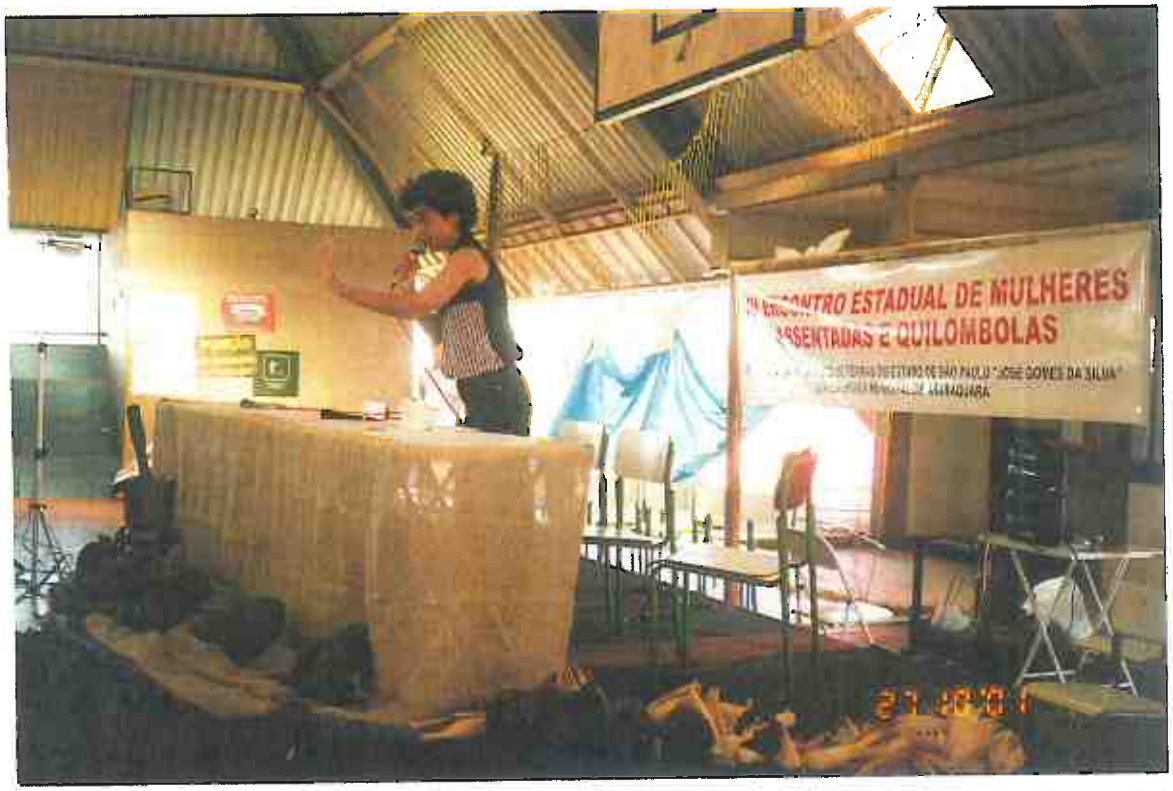


Figura 8. Adélia na abertura do IV Encontro Estadual de Mulheres do Estado de São Paulo. Foto: Ligia dos Santos Freitas

Após a fala das autoridades, Adélia Schmitiz, representante Nacional de Mulheres Rurais, foi apresentada para relatar (figura 9) suas experiências com o intuito de fortalecer a organização de mulheres no Estado de São Paulo. Na condição de mulher agricultora da região Sul, lutou com outras mulheres para fazer valer seus direitos no campo. Expôs os detalhes de sua vida na zona rural e todas as dificuldades que enfrentou em Brasília nas passeatas para conseguir aposentadoria, inclusive à frente das tropas policiais.

Vejamos um trecho de seu pronunciamento:

> As cidades não estavam preparadas para atender todo esse povo que foi do interior para a cidade e deu no que deu. Isso gera violência, gera prostituição e muitos problemas em todas as outras áreas e em todos os sentidos na cidade. Por isso trabalhamos em cima da permanência na roça e são as próprias mulheres que garantem isso. No campo não se tem dinheiro, mas se tem comida. A família que tem o mínimo capricho, o essencial para comer ela tem. Não temos qualificação para competirmos nas grandes cidades.[30]

30 Pronunciamento de Adélia Schmitiz, no IV Encontro Estadual de Mulheres Assentadas e Quilombolas do

Figura 9. Discurso de Adélia Schmitiz na composição da Mesa no IV Encontro Estadual de Mulheres do Estado de São Paulo.
Foto: Ligia dos Santos Freitas

Ouvimos seu pronunciamento e percebemos o quanto sua presença fortaleceu e motivou a luta das mulheres presentes no IV Encontro. Sabe-se que a grande preocupação das mães é manter seus filhos no campo e, para isso, é necessário ter escola que atenda às necessidades deles, evitando assim o êxodo rural. Estudos realizados por Abramovay em 1999 mostram que o campo vem se masculinizando e que as filhas das mulheres assentadas se vêem seduzidas por outras oportunidades na cidade, visto que o campo não oferece atrativos e escolaridade para que no futuro elas não dependam do marido e companheiros dos assentamentos, pois sabem que o lote sai no nome do homem.

Estado de São Paulo, em Araraquara, em outubro de 2001.

As preocupações das mães vêm ao encontro das pesquisas realizadas por Abramovay (1997) quando mostram a desruralização progressiva e acentuada da população brasileira por áreas rurais e urbanas.

Em 1940, 31% da população brasileira residiam nos quadros urbanos. Em 1996, essa proporção atingiu 78%. A maior parte dessa população está concentrada nas 9 áreas metropolitanas. Elas abrigavam 45 milhões de habitantes em 1996 (29% do total da população brasileira). Desde 1970, a população rural vem diminuindo em termos absolutos. Essa redução deve-se, em um primeiro momento, fundamentalmente aos movimentos migratórios, e, mais recentemente, à queda de fecundidade rural. Conseqüentemente, em 1996, viviam no meio rural 22% da população brasileira – proporção inferior verificada em países como EUA, Canadá e França (tabelas 4 e 5).

Tabela 4. Estimativas de saldo líquido migratório rural-urbano e probabilidades de migração no Brasil: 1980—1995.

Período	Saldo			Probabilidade
	Homens	Mulheres	Total	
1980-1990	- 6.344.736	-6.639.457	-12.984.194	-33,7%
1990-1995*	- 1.733.861	- 2.312.388	-4.046.248	-28,4%

Fonte dos dados brutos: IBGE, vários censos demográficos.
***Nota Exclusive a população menor de 5 anos**
Obs.: Estimativas realizadas pelos autores
Disponível em: <www.ipea.gov/br/comovai/comovai/00297pdf>
Acesso em: dezembro de 2003.

Uma característica do processo de evasão rural brasileiro é a crescente predominância do contingente feminino no seu total. Isso tem levado a essa *masculinização, já citada,* crescente do meio rural: a razão de sexos[31] cresceu de 1,04, em

[31] A razão de sexos é a razão entre o número de homens e mulheres numa dada população.

1950, para 1,09, em 1996. Por outro lado, no meio urbano, o que se observa é uma *feminilização*. A razão de sexos foi de 0,91 e 0,94 em 1950 e 1996, respectivamente.

Tabela 5. Estimativas de saldo líquido migratório por regiões e sua distribuição proporcional: 1980—1995.

	1980-1990			1990-1995		
Região	Absolutos	(%)	Probabilidade	Absolutos	(%)	Probabilidade
Norte	*222.140*	*-1,7*	*7,81*	*-299.429*	*7,4*	*-17,3*
Nordeste	*-5.806.871*	*44,0*	*-26,69*	*-2.390.247*	*59,1*	*-38,3*
Sudeste	*-3.324.802*	*25,2*	*-37,4*	*-607.599*	*15,0*	*-19,9*
Sul	*-2.856.519*	*21,6*	*-39,9*	*-519.753*	*12,8*	*-22,,7*
Centro-Oeste	*-1.218.141*	*9,2*	*-50,6*	*-229.194*	*5,2*	*-34,4*
Brasil	*-12.984.194*	*100,0*	*-33,7*	*-4.046.248*	*100,0*	*-28,4*

Fonte dos dados brutos: IBGE, vários censos demográficos.
Disponível em: <www.ipea.gov/br/comovai/comovai/00297pdf>
Acesso em: dezembro de 2002.

A razão de sexos calculada para todo o Brasil cresceu de 1,04 para 1,09 entre 1950 e 1996. Esse crescimento foi muito mais expressivo na faixa etária de 15 a 25 anos.

Circulamos pelo pátio da escola de Araraquara onde estava se realizando o evento e fotografamos uma mesa (figura 10):

Figura 10. Pedido de punição aos assassinos de Eldorado dos Carajás.[32]
Foto: Ligia dos Santos Freitas.

Fotografamos a seguir as crianças, filhas das assentadas no IV Encontro Estadual. A presença de muitas crianças é comum durante a realização dos Encontros Estaduais (figura 11).

[32] As denúncias de assassinatos aparecem freqüentemente nos Encontros de Mulheres com o objetivo de protestar contra a impunidade dos policiais envolvidos no conflito de Eldorado dos Carajás no Estado do Pará. No dia 17 de abril de 1996, naquele Estado, perto da povoação chamada Eldorado dos Carajás, 155 soldados da polícia militarizada em confronto com um grupo de camponeses, assassinaram 19 trabalhadores sem terra. Essas mortes somam-se às outras 1635 vítimas fatais ocorridas entre os anos de 1964 e 1995 nas lutas pela terra no Brasil. Outras denúncias de crimes contra os trabalhadores rurais vêm apontadas em LEME, Maria Cristina Vannucchi; PIETRAFESA, Wânia Mara de Araújo. **Assassinatos no campo**: crime e impunidade 1964-1986: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo: Globo, 1987 que apresenta uma relação de trabalhadores rurais assassinados por conflito de terra, nos anos de 1964 a 1986.

Figura 11. Crianças no IV Encontro Estadual de Mulheres Assentadas e Quilombolas.
Foto: Ligia dos Santos Freitas.

A seguir, em seu discurso, a vereadora Vera Botta tomou a palavra para estimular campanhas de Sindicalização das Mulheres Rurais, bem como lembrou os problemas concretos vividos nos assentamentos e comunidades quilombolas: o desemprego, as formas de luta e estratégias para sensibilizar o poder local. Registramos o momento do seu pronunciamento (figura 12). Observe o trecho de seu discurso:

> A crise do desemprego não está conseguindo ser vencida com nenhuma política pública. Comprovadamente, os assentamentos e o acesso a terra são fatores de trabalho, de fonte de renda. Tem muita terra ociosa por aí. Transformar as reivindicações e inseri-las no Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico, é fator fundamental. E como fazer? Como levar isso adiante? Através da prática do orçamento participativo.[33]

[33] Pronunciamento da vereadora Vera Botta no IV Encontro Estadual de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo, em Araraquara, em outubro de 2001.

Figura 12. No microfone, Vera Botta, vereadora de Araraquara.
Foto: Ligia dos Santos Freitas.

Como pudemos fotografar, durante os Encontros as mulheres fazem exposições para venda de produtos fabricados e comercializados por elas nos assentamentos de diversos pontos do Estado (figuras 13, 14 e15) como: oficinas de costura, artesanato, fábrica de doces, fábricas de sabão, fábricas de queijo, fábricas de rapadura, fábricas de conserva, mini-granjas, entre outros artigos.

Figura 13. Mini-granja do assentamento Timboré.
Foto extraída dos Cadernos do ITESP nº.10, p 84.

Figura 14. Mulheres expondo produtos fabricados em diversos assentamentos.
Foto: Ligia dos Santos Freitas.

Figura 15. Mulheres expondo produtos fabricados em diversos assentamentos.
Foto: Ligia dos Santos Freitas.

As fotos relacionadas com as figuras 16, 17, 18 e 19 registram momentos em que as participantes do IV Encontro Estadual fazem reivindicações, denúncias ou mesmo dão informações sobre os assuntos que estão sendo tratados durante o Encontro.[34]

[34] Percebemos, nas falas das mulheres do IV Encontro Estadual de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo, as discriminações que sofrem como camponesas, trabalhadoras rurais. Moura (1986) trata da questão da discriminação do camponês, afirmando que a história do campesinato brasileiro é uma história de exclusão de homens e mulheres itinerantes e o lugar que sempre ocuparam na sociedade. Esclarece que camponês e campesinato são conceitos recentes de grande vitalidade, de grande força histórica migratória, tanto teórica quanto empiricamente e o mesmo ocorre com o conceito de burguesia. Camponês e latifundiário são conceitos políticos para expressar a unidade das respectivas situações da classe e dar unidade às lutas dos camponeses, ao seu lugar social. Muitas vezes os nomes utilizados pelos camponeses para se autodefinirem (trabalhador rural, homens da terra) indicam aceitação de uma visão depreciativa de seu modo de vida, porém, jamais essa visão torna humilhante sua condição. Por outro lado, a sociedade o vê como pobre, caipira, ignorante, ingênuo, rústico, caboclo, caiçara, referindo-se aos que vivem no campo, fora das povoações, mas também com sentido de tolo, de tonto ou até preguiçoso, mostrando dessa forma a conotação depreciativa, ofensiva, que indica a forma como se inserem e o lugar que ocupam na sociedade. Uma profunda contradição se percebe entre o modo como esses homens livres e pobres se autodefinem e o modo como eram vistos pela aristocracia agrária. Estes valorizam sua coragem e valentia em suas relações cotidianas e aquela os vê como fracos, doentios e passivos – a própria figura do Jeca Tatu representada na literatura de Monteiro Lobato. E para se compreender essa autodefinição do camponês como o pobre o fraco é preciso analisar a idéia de sacrifício e sofrimento que envolve o trabalho

Figura 16. Assentadas de vários assentamentos do Estado no IV Encontro.
Foto: Ligia dos Santos Freitas.

Segundo relatório preliminar do III Encontro, as mulheres quilombolas foram incluídas nas reuniões estaduais de mulheres a partir do III Encontro Estadual. Em 2002 faziam parte também da comissão estadual de mulheres (ANEXO R). O Estado de São Paulo possui 13 comunidades remanescentes de quilombos reconhecidos pelo ITESP, a maioria delas concentrada no Vale do Ribeira.

No IV Encontro, fotografamos o momento do pronunciamento de uma quilombola da região do Vale do Paraíba (figura 17) reivindicando melhoria de sua comunidade, relatando as dificuldades que enfrentam no dia-a-dia do local onde moram como, por exemplo, o registro em cartório das crianças que nascem na sua comunidade e precisam

---

camponês. O campesinato é sempre um pólo oprimido de qualquer sociedade. Em qualquer tempo e lugar a posição do camponês é marcada pela subordinação aos donos da terra e do poder, que dele extraem diferentes tipos de renda: renda do produto, renda em trabalho, renda em dinheiro.

pagar para obter a certidão de nascimento de seus filhos. No momento do relato uma advogada presente na mesa do Encontro se prontificou a orientá-la.

Figura 17. Presença de uma mulher quilombola no IV Encontro.
Foto: Ligia dos Santos Freitas.

Fotografamos uma das mulheres assentadas também (figuras 18 e 19) reivindicando melhorias para sua região e relatando seus problemas nos locais onde moram.

Figura 18. Assentadas de vários locais do Estado fazendo denúncias e/ou pedidos no IV Encontro. Foto: Ligia dos Santos Freitas.

Figura 19. Assentadas de vários locais do Estado fazendo denúncias e/ou pedidos no IV Encontro. Foto: Ligia dos Santos Freitas.

Outras assentadas também reivindicaram melhoria de sua região (figuras 18 e 19) durante o Encontro. Algumas das reivindicações foram: os programas de financiamento da Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano (CDHU) para as áreas de assentamento e comunidades de quilombos, o saneamento básico nos lotes, a implantação do Programa da Saúde da Família em todos os assentamentos, a garantia de transporte (ambulância e outros), a representação dos assentados e quilombolas nos vários conselhos municipais, a previdência, o gênero (eqüidade social entre homem e mulher: no crédito, em investimentos, formação pessoal e política), na formação no Estado de São Paulo de uma Articulação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (assentadas, quilombolas, acampadas, agricultoras, assalariadas rurais, pequenas arrendatárias e meeiras), entre outras questões. Em relação à educação[35], foram estas as reivindicações:

- garantir o acesso das crianças dos Assentamentos e Quilombos em creches, e escolas próximas aos locais de moradia;
- garantir o transporte escolar desde a Pré-escola ao Ensino Superior aos Assentamentos e Quilombolas;
- garantir a participação dos pais nos Conselhos de Escolas e Associações de Pais e Mestres;
- garantir a alfabetização de adultos e cursos supletivos nos Assentamentos e Comunidades de Quilombos;

[35] Do conjunto de materiais produzidos pelo Movimento Sem Terra que tratam da proposta da Educação, detivemo-nos no documento **Princípios da Educação do MST**, de 1996, que faz uma síntese dos princípios filosóficos que trazem as questões essenciais da proposta de educação.

- facilitar o acesso do jovem e da mulher ao ensino superior e cursos profissionalizantes, com garantia de bolsa de estudos para cursos superiores ou facilitação do acesso às Universidades Públicas (vestibular gratuito);
- exigir que o Estado estabeleça convênios com Fundações que ofereçam telecurso nos Assentamentos e demais áreas rurais, para conclusão do Ensino Médio. Ex.: Convênio com a Fundação Roberto Marinho;
- criar formas legais para que todos os funcionários das Escolas Rurais dos Assentamentos e Comunidades de Quilombos (desde a portaria até a direção) sejam prioritariamente Assentamentados/Quilombolas;
- adequar o currículo escolar e a metodologia à realidade das crianças do meio rural sem perda de qualidade em relação às escolas urbanas;
- introduzir nas escolas rurais disciplinas de técnicas agrícolas (teoria e prática) com apoio do ITESP e do INCRA;
- estabelecer que a educação deva estar sempre vinculada à Comunidade, refletindo os seus problemas e buscando soluções junto com a mesma;
- criar um conselho em cada escola dos Assentamentos, garantindo a participação dos pais e educadores;
- utilizar informática nas Escolas Rurais (exemplo: uso da internet para pesquisas e investigações na área agrícola), estabelecendo parcerias para a aquisição de computadores;
- construir escolas e creches nos Assentamentos e Áreas Remanescentes de Quilombos, garantindo o ensino desde a Pré-Escola até o Ensino Médio, além da Educação Especial;

- reformar e manter o prédio das escolas já existentes Assentamentos e Áreas Remanescentes de Quilombos;
- intensificar o apoio das esferas governamentais em manifestações culturais e recreativas dos Assentamentos e Comunidades de Quilombos (exemplo: recuperar os traços da cultura camponesa (catira, folia de reis, dança de São Gonçalo, cantiga de rodas), bem como resgatar a história oral (histórias da vovó) não só como literatura popular, mas como literatura oficial;
- exigir do Estado o estímulo do desenvolvimento empreendedor dos jovens do campo, aplicando o conhecimento científico na vida prática e no seu trabalho agrícola, pois a ciência não está separada da vida e de sua realidade;
- organizar a Ciranda Infantil[36] nos Assentamentos e Comunidades de Quilombos, de acordo com experiências positivas já existentes.
- estimular a criação de projetos que oportunizem a realização de atividades culturais (teatro, música etc) para os filhos de Assentados e de Quilombolas.

Antes do encerramento do Encontro (figura 20), os grupos de mulheres assentadas e quilombolas se reúnem para discutir os seus projetos e objetivos nas escolas, nas suas casas, nas associações, nas cooperativas e para decidir os rumos do movimento.

[36] A Ciranda Infantil é um projeto educacional voltado para crianças de 0 a 6 anos que, além de desenvolver aspectos lúdicos e cognitivos nas crianças, permitem que as mães possam participar de outras atividades.

Figura 20. Adélia reunida com um dos grupos antes das votações finais.
Foto: Ligia dos Santos Freitas.

No encerramento do Encontro (figura 21) ficou evidente, na leitura das conclusões, que todos os grupos apontam a necessidade de haver maior participação e organização de mulheres nos assentamentos.

A grande preocupação das assentadas é manter a união, respeito e solidariedade entre as companheiras, ressaltando o grande compromisso que devem assumir nos Encontros Regionais e Estaduais de melhorar as condições sociais, econômicas e familiares dos assentamentos (educação, saúde, lazer...) e de conscientizar outras mulheres da força do movimento.

Figura 21. Votação das mulheres antes do encerramento do IV Encontro Estadual.
Foto: Ligia dos Santos Freitas.

Em 2002 as mulheres do Mirante continuavam a luta pela melhoria do transporte na região para melhorar a vida de suas crianças para chegarem até a escola.

Vários pedidos foram encaminhados às autoridades para sanar o problema, mas nenhuma solução se apresentava. Dessa forma, tornou-se urgente o V Encontro Estadual de Mulheres que aconteceu em Euclides da Cunha, nos dias 23, 24 e 25 de agosto de 2002.

As assentadas do Mirante do Paranapanema compareceram ao evento para continuar a discussão dos problemas que vinham enfrentando com o transporte nos assentamentos onde moravam e os transtornos que causavam às crianças que estudavam na Escola Fazenda São Bento.

Segundo relatório do V Encontro Estadual, não houve nenhuma mesa de abertura do Encontro, exceto a recepção, por conta das mulheres que chegavam no início da noite. Houve uma reunião com a Diretoria Executiva da OMAQUESP para definir o Regimento interno do V Encontro.

Nessa reunião decidiu-se que: três assentadas ficariam responsáveis pela fiscalização da limpeza durante o evento; duas assentadas seriam responsáveis por cada alojamento; as companheiras do MST se responsabilizariam pelas crianças e organização da Ciranda Infantil.

A comissão organizadora informou que estava garantida uma ambulância, duas enfermeiras e um carro móvel da previdência social e que organizariam durante o Encontro arrecadação em prol dos companheiros presos e foragidos do MST do Pontal do Paranapanema devido às perseguições políticas dos latifundiários.

No dia seguinte, aconteceu a abertura da mesa com as presenças do Diretor do ITESP, Dr. Jonas Villas Boas e do Diretor Adjunto de Formação de Pesquisa e Promoção Institucional, José Augusto de Carvalho, o prefeito de Euclides da Cunha Paulista, José Mendes e sua esposa, Eliana Mendes.

Após a fala das autoridades presentes houve a apresentação de Adélia Schmitiz, membro da ANMTR – Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais[37], de Emma Siliprandi, representando a EMATER–RS - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural e do Frei Davi da Educação e Cidadania de Afrodescendentes (EDUCAFRO).

---

[37] A respeito da participação das Mulheres na luta e na construção do MST, ver PAVAN, Dulcinéia. **As Marias sem-terra**: trajetória e experiências de vida de mulheres assentadas de Promissão de SP – 1985/1996. 1998. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1998.

Observe o trecho do pronunciamento de Emma Siliprandi no momento em que apresentava como tema "A questão da propriedade":

> No que diz respeito à participação da mulher na reforma agrária, somos 51% da população nos assentamentos, porém somente 12% dos títulos de propriedade estão sobre nosso domínio. Em contrapartida 20% das famílias do meio rural são chefiadas por mulheres o que nos alerta sobre a discriminação quanto sermos beneficiárias.[36]

No tocante à educação, Frei David Raimundo Santos abordou, em sua palestra, o tema "Educação – EDUCAFRO – Universidade Pública, Mulheres e Etnias". Lembrou que no Brasil existem mais de dez faculdades públicas com cursos agrícolas, apresentou propostas para a implementação de cursos pré-vestibulares comunitários, alertou sobre a necessidade de serem criadas políticas afirmativas voltadas para educação[37], bem como uma ação mais efetiva para se derrubar preconceitos contra pobres, negros, mulheres, como, por exemplo, a criação de cotas garantindo vagas nas universidades. Lembrou também que, em 1993, 171 mulheres foram eleitas prefeitas e 1.672 mulheres foram eleitas vereadoras no Brasil. Em 1996 mais de 300 mulheres tornaram-se prefeitas e mais de 5.000 foram eleitas vereadoras.

Comentou que o vestibular nas universidades públicas mede o acúmulo do saber acadêmico e não a capacidade do indivíduo: *Os cursinhos ensinam os "macetes" – saber descartável que só é usado para a prova do vestibular.*

---

[36] Pronunciamento de Emma Siliprand, no V Encontro Estadual de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo, em Euclides da Cunha, em agosto de 2002.

[37] Na segunda metade da década de 1980, os sem-terra começaram a construir o Setor da Educação, iniciando uma "pedagogia do Movimento" e ocupando um importante espaço no território da história da educação (CALDART, 1999). Em meados de 1990, o Setor de Educação conseguiu aumentar o número de cursos de alfabetização de jovens e adultos nos assentamentos e acampamentos. A respeito dos processos de desenvolvimento do Setor da Educação do MST e de diversas experiências nas escolas de assentamentos e acampamentos, ver: (CALDART 1997 E 1999; CAMINI, 1998; VENDRAMINI, 1997).

Apresentou propostas de se exigir mudanças no vestibular, provocando encontro com os professores e diretores de escolas dos assentamentos para se discutir a pedagogia aplicada nas escolas rurais.

Uma diretora de escola rural do Assentamento Bela Vista, em Araras, relatou sua experiência como educadora e lembrou a pedagogia de Paulo Freire de igualdade de oportunidades – do ter # ser, eu # nós, para que ocorram mudanças nas escolas rurais. Em seguida, o educador Paulo Freire foi homenageado pelos presentes no V Encontro.

As idéias de Paulo Freire são freqüentemente citadas nos Encontros de Mulheres. Os educadores percebem que o autor compara a educação como uma atividade política, já que, em seus discursos, Paulo Freire anuncia a solidariedade enquanto compromisso histórico de homens e mulheres e como uma das formas de luta capazes de promover e instaurar a "ética universal do ser humano".

3 A ESCOLA ESTADUAL FAZENDA SÃO BENTO: ESCOLA DO PÉ DE GALINHA

A atual Escola Estadual Fazenda São Bento, a qual pretendemos analisar neste trabalho, situa-se na zona rural do município do Mirante do Paranapanema, no bairro Engenheiro Veras, área de assentamento que fica a 27 quilômetros da sede do município, região do Pontal do Paranapanema, extremo oeste do Estado de São Paulo e microrregião Alta Sorocabana de Presidente Prudente. Ela se localiza num entroncamento no centro de 21 projetos de assentamento, em Mirante do Paranapanema, no Pontal.(Figura 22)

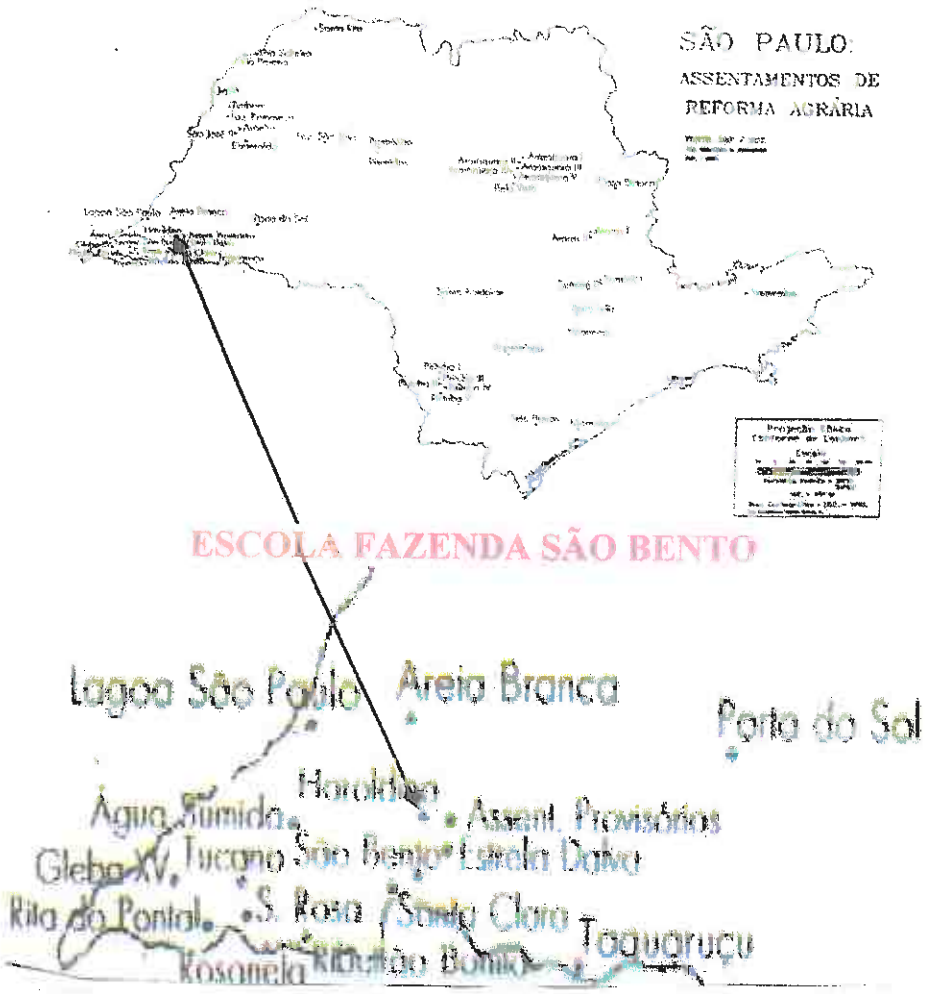


Figura 22. Localização da Escola Fazenda Estadual Fazenda São Bento no assentamento Haroldina. (Apud. FERNANDES, Bernardo Mançano, 1999, p 245).

Segundo histórico da EEPG da Escola Fazenda São Bento, enviado pela Delegacia de Ensino de Mirante do Paranapanema, a escola atende exclusivamente aos filhos dos assentados das seguintes áreas: Estrela D'Alva, Santana, King Meat, Santa Polônia, Canaã, São Bento, Haroldina, Santa Cruz e Alvorada.

O terreno onde se localiza a escola é área de núcleo comum dos assentamentos que ainda está para ser definida pelo ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo - conforme informações do histórico da Delegacia de Ensino local, recebido através de fac-simile, em 27 de abril de 2004 (ANEXO S).

Em 2004, visitamos o assentamento no bairro Engenheiro Veras para participar do I Fórum de Educação, realizado nas dependências do prédio da Escola Fazenda São Bento, em janeiro de 2004. Um dos temas principais também buscava formas de ação para resolver o problema do transporte nos assentamentos da região.

Ao chegarmos à escola, fomos muito bem recebidos pela comunidade local, especialmente pelas mulheres que residem no assentamento. Assinamos a lista de presença logo na entrada do prédio, um corredor que dá acesso ao pátio onde seria realizada a reunião.

A vereadora Nazaré abriu o I Fórum de Educação convidando os membros que iriam compor a mesa para que tomassem seus lugares. Foram chamados: o Prefeito do Mirante, o Delegado do Ensino, três funcionários do ITESP, três mães de alunos, a diretora da escola, eu, três professores da escola e membros da Associação de Pais e Mestres (APM) e Secretário de Transporte da Prefeitura. (Figura 23)

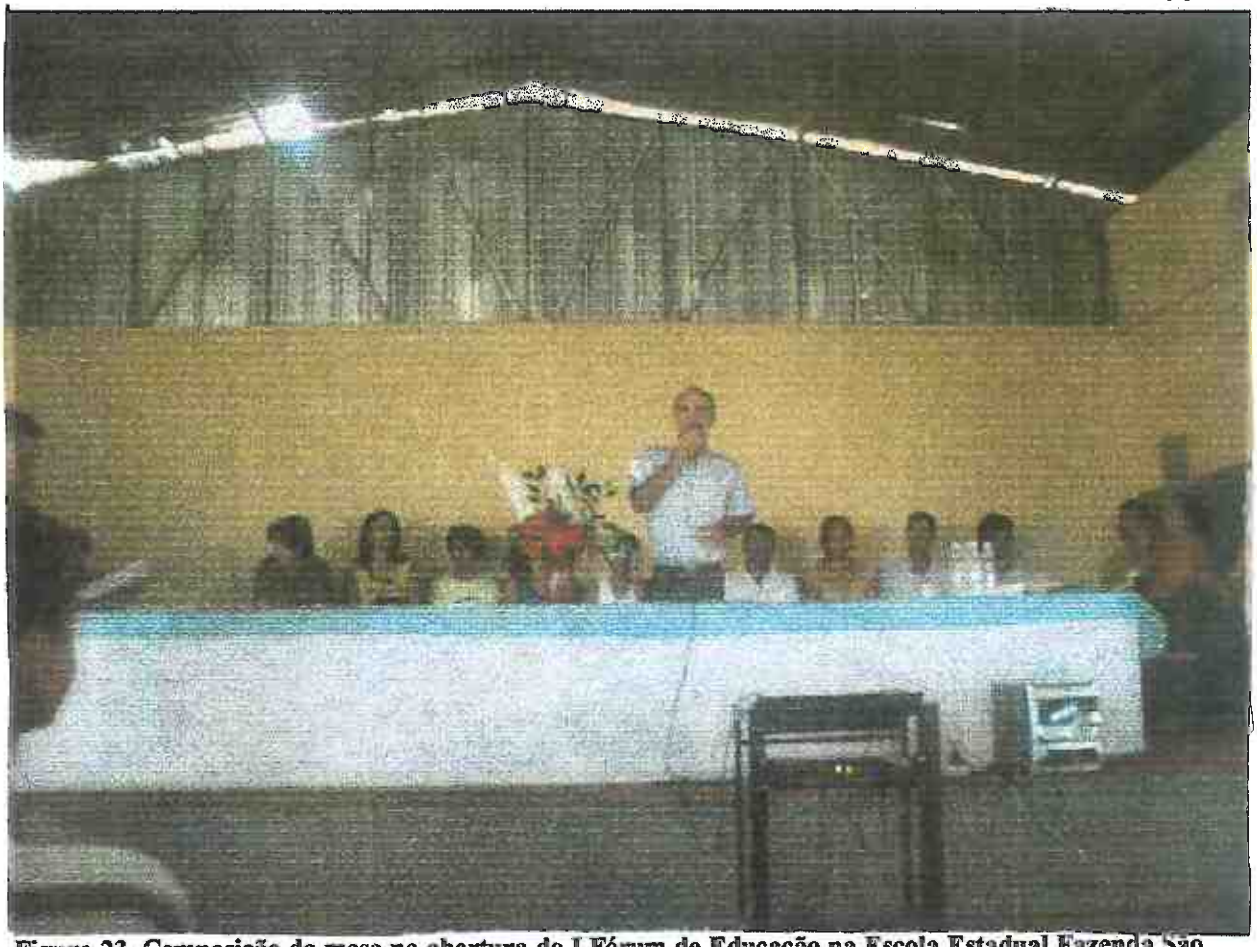


Figura 23. Composição da mesa na abertura do I Fórum de Educação na Escola Estadual Fazenda São Bento.
Foto: Odjalma Beltrame, funcionário do ITESP.

A vereadora Nazaré, coordenadora do evento, apresentou a pauta da reunião, destacando que o principal tópico a ser discutido no Fórum seria a questão do transporte escolar das crianças na região. Relatou que as condições da vida rural são difíceis em vários aspectos, mas o transporte era o problema mais crítico do momento e exigia solução imediata, uma vez que as crianças não podiam ter um bom rendimento escolar se tinham que andar quilômetros para estudarem.

Ela passou a palavra ao Prefeito para que explicasse aos presentes suas dificuldades para atender às reivindicações da comunidade.

O Prefeito (figura 24) tomou a palavra e esclareceu que o Estado não participava com qualquer ajuda financeira nos gastos com o transporte escolar das crianças e jovens nas áreas dos assentamentos e que dependiam do ônibus escolar para chegarem à Escola Fazenda São Bento.

> A verba da Prefeitura não é suficiente para pagar as despesas com o transporte escolar que arca com um gasto mensal de um milhão e cem mil reais. O município é pobre e não pode contratar empresas terceirizadas para atender aos estudantes residentes nos assentamentos. Isto implica gastos ainda maiores para os cofres públicos.[40]

Figura 24: O Prefeito do Mirante do Paranapanema e os integrantes da mesa no I Fórum de Educação. Foto: Odjalma Beltrame, funcionário do ITESP.

Não houve discordância direta da platéia no momento em que o Prefeito expunha as reais condições financeiras da Prefeitura, mas percebemos, pelos "cochichos", que suas explicações não convenciam os presentes. A vereadora Nazaré tomou a palavra afirmando

[40] Pronunciamento do prefeito do município do Mirante do Paranapanema no I Fórum de Educação, em 31.01.2004.

que seriam tomadas medidas para solucionar o problema do transporte escolar e que até o final do Fórum decidiriam estratégias de ação para conseguir do Estado as verbas necessárias para resolver a questão do transporte escolar. O Prefeito pediu desculpas por não poder ficar até o final do Fórum porque tinha um compromisso inadiável naquela mesma manhã.

A vereadora Nazaré pediu silêncio, tomou a palavra, agradecendo a presença do Prefeito e disse aos presentes que encontrariam uma solução para a questão do transporte na região.

Em seguida o grupo de teatro dos alunos da Escola Fazenda São Bento encenou uma breve peça do problema do transporte. (figura 25).

Nos Encontros Nacionais, Estaduais, Municipais ou Regionais, nas escolas, nas cooperativas, nos cursos e nas festas, os trabalhadores expressam o seu cotidiano através da música, da poesia, do teatro ou de outros símbolos (como o facão, a foice, a enxada, o chapéu do camponês e o da mulher camponesa...) No MST, a mística[41] é um ato cultural, é a linguagem do sem-terra, é a forma de eles representarem suas lutas, de reproduzirem suas histórias de vida e anseios, de construírem o futuro, de recapitularem o passado, de arquitetarem conhecimento e conscientizarem crianças, jovens e adultos da luta pela terra. A mística é uma motivação que impele o sem-terra a buscar o que ele só pode obter com muita luta e sofrimento.

[41] A respeito da mística, ver: MST: uma necessidade no trabalho popular organizativo. **Cadernos de Formação**, nº 27. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, 1998a.

Figura 25: Apresentação de teatro dos alunos da Escola do Pé de Galinha.
Foto: Odjalma Beltrame, funcionário do ITESP.

A seguir a diretora da escola cumprimentou os convidados e explicou aos pais dos alunos como a foi a avaliação do SARESP de 2002 (figura 26). Depois de ler algumas informações constantes no resultado a avaliação, levantou o papel dizendo:

> Como vocês todos podem ver, a avaliação feita pelo SARESP apresentou um resultado satisfatório do nível de aprendizagem dos alunos da Escola. Os nossos alunos são bons, sim. Aqui está a prova de que eles são bons.Os nossos alunos foram avaliados e isso mostra a seriedade de nosso trabalho, do trabalho de todos os professores que se dedicam aqui em nossa escola...[42]

Podemos constatar que, no aspecto didático-metodológico do currículo escolar, que deriva na melhoria da aquisição de conhecimentos do alunado, a Escola vem evoluindo, pois seus alunos tiveram resultados positivos no SARESP do ano de 2002 (ANEXO T).

---

[42] Pronunciamento da diretora da EE Fazenda São Bento do Assentamento Haroldina, município do Mirante do Paranapanema no I Fórum de Educação, em 31.01.2004.

Figura 26. Diretora da Escola Estadual Fazenda São Bento lendo o resultado do SARESP 2002. Foto: Odjalma Beltrame, funcionário do ITESP.

Antes do encerramento do evento, os pais dos alunos se reuniram nas salas da escola para discutir as formas de ações pertinentes na resolução dos problemas dos assentados (figura 27).

Figura 27. Grupos reunidos para discussão antes do encerramento do I Fórum de Educação.
Foto: Odjalma Beltrame, funcionário do ITESP.

No encerramento, a vereadora Nazaré leu os trabalhos desenvolvidos nos diversos grupos e as reivindicações dos assentados. Após a leitura, foram decididas as medidas a serem adotadas e os próximos passos, visando à solução do transporte escolar nos assentamentos do Mirante do Paranapanema (figura 28).

Decidiram enviar três ofícios reivindicando ao Governo do Estado a colaboração com os gastos com o transporte escolar nos assentamentos do Mirante do Paranapanema.

O primeiro ofício foi enviado via delegacia de Ensino; o segundo ofício, via Prefeitura e o terceiro, via Câmara Municipal, todos solicitando ajuda nos gastos com o transporte na região. Hoje, existe um convênio do Estado com a Prefeitura de Mirante do Paranapanema nos gastos com o transporte. As palavras da vereadora Maria Nazaré esclareceram que...

Hoje o Governo do Estado arca com 90% dos gastos de transporte escolar nos assentamentos e a Prefeitura do Mirante. 10% por cento.[43]

Figura 28. Diretora da Escola Estadual Fazenda São Bento e vereadora Nazaré no encerramento do I Fórum de Educação.
Foto: Odjalma Beltrame, funcionário do ITESP.

[43] Pronunciamento da vereadora Maria Nazaré, em setembro de 2004 depois da realização do I Fórum de Educação no Mirante da Paranapanema, em 31.01.2004.

Além disso, as mulheres assentadas conseguiram que a Escola Fazenda São Bento fosse uma das escolas beneficiadas por parceria com o Projeto "Programa da Família" patrocinado pela UNESCO[44], Fundação Ayrton Senna e Secretaria da Educação.

O Programa Escola da Família é um projeto de iniciativa do Governo do Estado que une seis mil profissionais da educação, vinte e cinco mil estudantes universitários e milhares de voluntários para criarem uma cultura da paz, despertar potencialidades e desenvolver hábitos saudáveis junto aos mais de sete milhões de jovens que vivem no Estado de São Paulo.

O objetivo do Programa é a abertura, aos finais de semana, de cerca de seis mil escolas da Rede Estadual de Ensino, transformando-as em centro de convivência, com atividades voltadas às áreas esportiva, cultural, de saúde e de qualificação para o trabalho.

A Programação Básica engloba atividades desenvolvidas aos sábados e domingos, das 9h às 17h, obedecendo a uma grade de atividades que incluem esportes (jogos pré-desportivos; jogos populares; brincadeiras; atletismo; esportes coletivos; ginástica e artes marciais, xadrez, futebol de salão, pingue-pongue, skate, judô, boxe, taco, entre outros), cultura (música; teatro; artes plásticas; dança clássica e danças populares/folclóricas; gincanas; feiras; leitura; exibição de vídeos/filmes, capoeira, hip-hop, canto coral, gibiteca, mostras de poesia, rádio comunitária, jornal impresso ou eletrônico...), saúde (formação de multiplicadores para ações preventivas diversas; palestras e encontros sobre temas variados, planejamento familiar, prevenção ao uso indevido de drogas e

[44] A UNESCO é a agência das Nações Unidas especializada em educação. No Brasil, ela trabalha com projetos de Bolsa-Escola e programas de apoio à abertura das escolas nos fins de semana em oito capitais - Recife, Rio de Janeiro, Cuiabá, Goiânia, Natal, Fortaleza, Palmas, Maceió e em São Paulo. O Brasil faz parte do E-9, grupo dos países mais populosos do mundo, onde a UNESCO promove ações prioritárias de desenvolvimento no Setor de Educação.

Doenças Sexualmente Transmissíveis, primeiros socorros, cuidados na gravidez e pericultura, responsabilidade na criação de animais domésticos...), qualificação para o trabalho (idiomas; curso pré-vestibular; cursos básicos de qualificação profissional como noções básicas de Windows, Internet, marcenaria, confeitaria, culinária, cerâmica, pintura, aulas de inglês/espanhol...)

A Fundação Ayrton Senna estabelece alianças com empresas e organizações governamentais e parcerias com escolas, ONGs e universidades. Três jovens assentados do Mirante do Paranapanema se beneficiam com bolsas de estudo, parte delas pagas pela Fundação Ayrton Senna.

Segundo depoimento de uma estudante universitária, moradora do assentamento, que usufrui do benefício e trabalha como voluntária na Escola do Pé de Galinha

> No assentamento existem três universitários – sou um deles - faço curso de Educação Artística e os outros dois de Administração de Empresas em Presidente Prudente. Cada aluno recebe R$ 267,00 (duzentos e sessenta e sete reais) de bolsa de estudos e a faculdade arca com o restante da mensalidade. Os três concluíram seus estudos na Escola Fazenda São Bento. Dois outros jovens universitários são do Assentamento Santa Clara (assentamento vizinho) e também estão cursando a Universidade e ganharam Bolsas de Estudo. Estudam em Presidente Prudente e Rancharia.[45]

Atualmente, vários resultados positivos foram conquistados e difundidos pelo grupo de mulheres do Mirante do Paranapanema.

A escola que visitamos e fotografamos em janeiro de 2004, hoje possui oito salas atendendo 628 alunos nos períodos da manhã, tarde e noite do Ensino Fundamental e Médio.

---

[46] Pronunciamento de uma universitária presente no I Fórum de Educação no Mirante da Paranapanema, em 31.01.2004.

Embora mantendo a base da construção inicial de 323,38 m, de 1997, hoje, o prédio escolar tem 638,38 m2 de área construída e o terreno utilizado vai ser expandido. O cercado de alambrado mede 5.898 m2.

A Escola Fazenda São Bento apresenta uma infra-estrutura com sala de professores, pátio, quadra de esportes e sala de computação. A conquista da Informatização espalhou-se de tal forma nas escolas de assentamentos que foi criado um Comitê da Democratização da Informática visando a criar centros de ensino de informática nos vários municípios do Pontal. Atualmente, os municípios de Mirante, Sandovalina, Teodoro, Rosana e Euclides da Cunha Paulista contam com uma Escola da Democratização da Informática - EIC – para atender aos alunos do Ensino Fundamental ao Médio.

4 CONCLUSÃO

O que foi estudado, nesse processo de luta da mulher assentada, deve ser entendido dentro de uma perspectiva mais ampla do MST, caracterizado como um movimento social em defesa do direito ao acesso à terra e à reforma agrária. O que se vê na prática – reunião de mulheres dentro e fora de suas comunidades Encontro Regionais e Estaduais de Mulheres, Fórum de Educação, documentos oficiais ou não oficiais e relatos das mulheres assentadas vêm contemplado nas *Normas Gerais do MST* (MST, 1989).

Esse documento sintetiza os princípios organizadores do MST, aprovados em três coletivos diferentes (no Primeiro Congresso do MST, em 5 Encontros Nacionais do MST e nas reuniões da Coordenação do MST) e contem importantes decisões da história dos movimentos, em discussões incentivadas pelas mulheres militantes, em relação à *Articulação das Mulheres no MST*.

Cabe salientar que, a partir deste momento, o MST passa a dedicar em suas publicações, uma atenção mais apurada no tocante à posição da mulher no projeto social que vem sendo desenhado pelo movimento. Essas resoluções aparecem descritas no caderno de *Normas Gerais*, em seu oitavo capítulo (MST, 1986).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra defende a participação das mulheres em todos os níveis de atuação em todas as instâncias de poder e de representatividade, como é o caso da vereadora Maria Nazaré da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) em seu segundo mandato, usando sua força representativa para ajudar a eleger novos representantes - José Edgar dos Santos do Partido da Renovação Trabalhista Brasileiro

Frente Liberal (PFL) e morador do Assentamento Santa Apolônia e Givaldo Hermenegildo Almeida (PFL) e morador do Assentamento Santa Isabel. A idéia dos quatro representantes é fortalecer ainda mais a luta de homens, das mulheres, dos jovens e das crianças para conquistar melhorias nos assentamentos no Pontal do Paranapanema.

Em nível nacional uma equipe de mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem como função pensar, propor e planejar políticas específicas para a organização das mulheres sem terra e apresentá-las à direção e coordenação nacional.

Isso vem nitidamente demonstrado no IV Encontro Estadual de Mulheres, em Araraquara, no ano de 2001, no relato de Adélia Schmitiz, a representante Nacional de Mulheres Rurais, com o intuito de fortalecer a organização de mulheres no Estado de São Paulo, trazendo suas experiências de mulher agricultora da região Sul, instruindo outras mulheres a fazer valer seus direitos no campo e enfrentar todas as dificuldades para fazer valer sua cidadania.

Em relação à Educação, compreendemos, na perspectiva de estudo, que o trabalho desenvolvido no MST é de fundamental importância para a população rural.

As práticas educativas vão além da escolarização, estendendo-se à formação de grupos, à própria construção da identidade do Movimento e, ainda, a todas as ações propriamente humanas que envolvem a educação, uma vez que homens e mulheres só se constituem apropriando-se de referenciais culturais construídos historicamente em seus próprios contextos sociais.

As mulheres assentadas lutam para que seus filhos permaneçam no campo, temem a violência, a prostituição e o desemprego nas cidades.

A luta pela educação formal é encarada pelo MST como instrumento de capacitação para o trabalho, e vai se tecendo nessa luta um projeto pedagógico, tendo como base a

realidade vivenciada pelas mulheres assentadas e, desta maneira, o setor vai se materializando através do eixo escolar.

A luta das mulheres dos assentamentos do Pé de Galinha é uma prova de que o processo de construção da Escola Estadual Fazenda São Bento, e que esbarra na questão educacional, é mais ampla, ela está presente no cotidiano dos acampamentos e assentamentos - é o que o MST chama de processo educativo (MST, 1998c) - e começa desde o momento em que as mulheres entram na luta pela terra.

Assim, essas mulheres do Pé de Galinha rompem com a acomodação, a alienação e provam ser possível transformar sua realidade e a realidade de seus filhos com a construção da escola almejada.

Dentro dos parâmetros desta pesquisa, pode-se ter a percepção clara de que a mesma mulher que se preocupa e luta pelo sucesso dos assentamentos, pelas vitórias de seus maridos e pelo respeito que se deve ter aos sem terra, o mesmo atribuído, como o é, a qualquer cidadão brasileiro, se preocupa e luta por uma educação transformadora dos filhos, que na infância e adolescência assistem à luta dos membros, masculino e feminino, dentro dos assentamentos.

Essa preocupação envolve a busca de novos caminhos para que o campo seja também concebido como um espaço de cultura e informação. E isso só pode ser feito por meio da educação.

Tal como essas mulheres (observadas em nossas visitas e durante os encontros) todo indivíduo que está assentado e já foi (ou ainda é) um sem terra, tem nos seus principais objetivos de vida a luta pela posse, não só dos direitos físicos e concretos do espaço, mas também do conhecimento e da aprendizagem.

O que vimos neste trabalho são as mulheres que procuram ter acesso às necessidades de suas sobrevivências – básicas na vida de um indivíduo - para que elas possam sobreviver – para que elas possam viver com dignidade. Elas lutam por 'coisas' e são essas 'coisas básicas' que todos os cidadãos precisam ter.

Elas são as mulheres da história da reforma agrária que lutam para parir a sua liberdade.

Organizando-se em acampamentos, ocupando as margens de rodovias, fazendo manifestações em praças públicas, passeatas em grandes cidades ou longas caminhadas do interior do país até a capital federal, ocupando prédios públicos e áreas rurais públicas ou privadas, a presença feminina marca presença acirrada, fincando pés, enxadas e ideologia em terras desapropriadas, fundando não só assentamentos, mas os atributos que constituam um cidadão, capaz de interferir no andamento da história de forma mais fecunda.

O exercício da militância feminina vai configurando uma mulher nova, com um novo projeto de vida, perpassado pela autonomia e respeito e que deixa marcas no cotidiano, no dia após dia que, transformado, molda um mundo mais justo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; CAMARANO, Ana Amélia. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: tendências recentes. Disponível em: http://www.agricoma.com.br/artigossetorruralbrasil.htm>. Acesso em: 12 março 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. **De camponeses a agricultores:** paradigmas do capitalismo agrário em questão. 1990. Tese (Doutorado)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

ALMEIDA, R.A. **A conquista da terra pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Pontal do Paranapanema:** as ocupações das fazendas São Bento e Santa Clara. Presidente Prudente, 1993. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de São Paulo, Presidente Prudente, SP, 1993.

ANDRADE, Márcia Regina de Oliveira. **A formação da consciência política dos jovens no contexto dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** 1988. Tese (Doutorado)-Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

AZEDO, Lourdes. A questão das lutas sociais no Pontal do Paranapanema. **Justiça e Cidadania**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 35-40, dez. 1996.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BASTOS, Elide Rugai et al. Os conflitos sociais no campo no Estado de São Paulo. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 21, dez. 1991.

BENJAMIN, César. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luiz Antônio Cabello. **O que são assentamentos rurais.** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERTAUX , D. L'imagination méthodologique. **Recherches Sociologiques,** n. 2, 1985.

BEZERRA NETO, Luiz. **Sem-Terra aprende e ensina:** um estudo sobre as práticas educativas e formativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra-MST – 1979. 1998. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

BEZERRA NETO, Luiz. **Avanços e retrocessos na educação rural do Brasil.** 2003. Tese (Doutorado)–Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S.R. **A investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BONIN, Anamaria Aimoré et al. **Movimentos sociais no campo**. Curitiba: Edições Criar, 1987.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Versão preliminar para discussão nacional. Brasília: MEC, 1997.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Proposta do Executivo ao Congresso Nacional. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Ministério Extraordinário de Política Fundiária. **I Censo da reforma agrária do Brasil.** Brasília: MEPF:UnB, 1997.

CALDART, Roseli Salete. Educação popular no meio rural: as experiências pedagógicas nas escolas do MST. In: SIVA, Luíz Herón da Silva; AZEVEDO, José Clóvis de Azevedo (Orgs.). **Reestruturação curricular.** Petrópolis, RJ.: Vozes, 1995.

_____. **Educação em movimento:** formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Escola é mais que escola na pedagogia do Movimento Sem-Terra.** 1999. Tese (Doutorado)-Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Prefácio.** In: STËDILE, João Pedro (Org.). **Educação em movimento:** formação de educadores e educadoras no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

CAMINI, Isabela. **O cotidiano pedagógico de professores e professoras em uma escola de assentamento do MST**: limites e desafios. 1999. 170 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

CARVALHO, João Carlos Monteiro de. **Camponeses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1989.

CASTILHO, José Roberto Fernandes. Fatores de insegurança dominial no Pontal do Paranapanema. **Boletim do Centro de Estudos**, São Paulo, v. 18, n. 5, p. 67-68, maio 1994.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Brasil:** mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COMITÊ BRASILEIRO DE ANISTIA. **Brasil Nunca Mais:** um relato para a história. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

CRUZ, Armando. **Sem escola. Sem Terra.** Pelotas, RS: UFRS, 1996.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra. **Revista do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos da Reforma Agrária (NERA)**, Série Pesquisa, Presidente Prudente, SP, n. 1. No prelo.

DEMARTINI, Zélia B. F.; TENCA, Sueli C., Os alunos e o ensino na República Velha através da memória de velhos professores. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.52, p. 61-71, fev. 1985.

DÓRIA, Carlos Alberto. **O cangaço.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

ENCONTRO ESTADUAL DE MULHERES ASSENTADAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1., 1998, Castilho, SP. **Relatório...** São Paulo: ITESP, 1998.

_____. 2., 1999, Primavera, Rosana, SP. **Relatório...** São Paulo: ITESP, 1999.

_____. 3., 2000, Promissão, SP. **Relatório...** São Paulo: ITESP, 2000.

ENCONTRO ESTADUAL DE MULHERES ASSENTADAS E QUILOMBOLAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 4., 2001, Araraquara, SP. **Relatório...** São Paulo: ITESP, 2001.

_____. 5., 2002, Euclides da Cunha, SP. **Relatório...** São Paulo: ITESP, 2002.

EVERS, Tilman. A face dos novos movimentos sociais. **Novos Estudos CEBRAP,** São Paulo, n. 4, p.123, abr. 1984.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST:** formação e territorialização em São Paulo. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Gênese e desenvolvimento do MST**. São Paulo: MST, 1998.

_____. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis:Vozes, 2000.

_____. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Reforma Agrária**, v. 28, n. 1/3, jan./dez. 1998; v. 29, n.1, jan./ ago. 1999.

FERRI, Cássia. **Classes multisseriadas:** que espaço é esse? 1994. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

FONSECA, Maria Teresa Lousa de. Escolarização das populações rurais da nova LDB. **Educação & Revista,** Belo Horizonte, n. 9, p.18-21, jul.1989.

FONTE dos dados brutos: IBGE, vários censos demográficos.
Disponível em: <www.ipea.gov/br/comovai/comovai/00297pdf>.
Acesso em: 04 dez. 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Educação e mudança**. 21. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GIULIANI, Paola Capellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil.** 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

GOHN, Maria da Glória.**Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo. Loyola, 1997.

_____. **Os sem terras, Ongs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. MST e mídia. **Cadernos do CEAS,** Salvador, n. 179, 1999.

GOMES, Iria Zanoni. **1957:** a revolta dos posseiros. Curitiba: Edições Criar, 1986.

_____. **A recriação da vida como obra de arte**: no assentamento, a desconstrução/reconstrução da subjetividade. 1995. Tese (Doutorado em Sociologia)-Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

GÖRGEN, Sérgio A. **Uma foice longe da terra.** Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. **A resistência dos pequenos gigantes**: a luta e a organização dos pequenos agricultores. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____; STÉDILE, João Pedro (Orgs.). **Assentamentos:** a resposta econômica da reforma agrária. Petrópolis: Vozes, 1991.

GRAZIANO NETO, Francisco. **A verdade da terra:** critica à reforma agrária distributivista. 1989. Tese (Doutorado em Administração)-Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1989.

_____. **Qual reforma agrária? Terra, pobreza e cidadania.** São Paulo: Geração Editorial, 1996.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.** Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes; FASE, 1990.

GUEIROS, Optato. **Lampeão.** 4. ed. Salvador: Livraria Progresso, 1956.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; FAORO Raymundo. **Raízes do Brasil.** 6. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

IANNI, Octavio. **Ditadura e agricultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

IBGE. **Brasil:** uma visão geográfica dos anos 80. Rio de Janeiro: IBGE, 1988.

_____. **Geografia da Brasil:** região norte. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. v.3.

_____. **Censo agropecuário 1975**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

_____. **Censo agropecuário 1980.** Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

_____. **Censo agropecuário 1985**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. **Censo agropecuário 1995-1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

_____. **Censo populacional 1996:** conceituação das características divulgadas na contagem da população de 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

UNIVERSIDADE DE BRASÏLIA. **Relatório final do I Censo da Reforma Agrária do Brasil**. Brasília: UnB, 1996.

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Retrato da Terra:** perfil socioeconômico dos assentamentos do Estado de São Paulo – 96/97, n.1. São Paulo: ITESP, 1998. (Cadernos ITESP; 1).

_____. **Sítios e situantes:** planejamento territorial e cálculo de módulo para assentamentos rurais. São Paulo: ITESP, 1998. (Cadernos ITESP; 8).

_____. **Retrato da Terra 97/98:** perfil sócio-econômico e balanço da produção agropecuária dos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. São Paulo: ITESP, 1998. (Cadernos ITESP; 9).

_____. **Construindo o futuro:** políticas de investimentos em assentamentos rurais, seus custos e resultados. 2 ed. São Paulo: ITESP, 1998. (Cadernos ITESP; 10).

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema.** São Paulo: Hucitec, 1998.

LEITE, Sérgio. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: UFRS, 1999.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

LEME, Maria Cristina Vannucchi; PIETRAFESA, Wânia Mara de Araújo. **Assassinatos no campo**: crime e impunidade 1964-1986: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2. ed. São Paulo: Globo, 1987.

LUCAS, Rosa E. A. **Escola, sociedade, a questão agrária e a educação**: um estudo de caso em escolas que atendem crianças de assentamentos. 1999. 223 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, RS, 1999.

MAGNOLI, Demétrio; ARAÚJO, Regina. **A nova geografia:** estudos de geografia do Brasil. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

MAPA dos municípios que compõem o Pontal do Paranapanema. Disponível em: <http://www.funcate.org.br/geo/projetos/itesp/html/regiao_projeto_piloto.htm> Acesso em: 13 out. 2004

MAPA da região do Paranapanema. Disponível em: **<http://www.funcate.org.br/geo/projetos/itesp/html/regiao_projeto_piloto.htm>** Acesso em: 13 out. 2004

MST no Pontal do Paranapanema. Disponível em: <http://www.mst.org.br/mstsp/ponthist.html>. Acesso em: 16 out. 2004.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Petrópolis:Vozes, 1995.

_____. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **O cativeiro da terra**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **O massacre dos inocentes:** a criança sem família no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Expropriação e violência.** São Paulo:Hucitec, 1980.

_____. **A reforma agrária e os limites da democracia na Nova República**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso:** ensaios de sociologia da história lenta. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Os movimentos camponeses e as lutas camponesas no Brasil.** São Paulo: MST, [2000]. (Caderno de Formação; 31).

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MIRAD/CCA. **Conflitos de terra**. Brasília: Mirad, 1986.

MOLINA, Mônica Castagna. **A reforma agrária e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**: a reinvenção do futuro. 1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Instituto de filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

MONBEING, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1984.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FAUSTO, Bóris (Org.). **História geral da civilização brasileira:** o Brasil Republicano. São Paulo: Difel, 1977. t.3.

MOURA. Margarida Maria. **Camponeses.** São Paulo: Ática, 1986.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder**: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (Brasil). **Construindo o caminho**. São Paulo: MST, 1986a.

_____. **A luta continua:** como se organizam os assentados. São Paulo: MST, 1986b. (Caderno de Formação; 10).

_____. **A questão da mulher no MST**. Coletivo Nacional de Mulheres do MST. São Paulo: MST, 1986c.

_____. **Normas gerais do MST**. São Paulo: MST, 1989. (Caderno de Formação).

_____. **Laboratório organizacional de campo**. Cooperativa Padre Josimo Tavares. 1992. (mimeo).

_____. **Programa de reforma agrária**. São Paulo: MST, 1995. (Caderno de Formação; 23).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (Brasil).. **Preparação dos encontros estaduais e 9° Encontro Nacional do MST.** São Paulo: MST, 1997. (Caderno de Formação; 25).

_____. **Manifesto dos Educadores e das Educadoras da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro.** São Paulo: MST, 1997.

_____. **Compreender e construir novas relações de gênero**. Coletivo Nacional de Mulheres do MST. São Paulo: MST, 1998.

_____. **Agenda comemorativa:** 15 anos de lutas. São Paulo: MST, 1999.

_____. **MST:** 15 anos de lutas e conquistas. São Paulo: MST, 1999.

_____. **Canções da terra.** São Paulo: MST, [1999].

_____. **Construindo o caminho.** São Paulo: MST, 1986d.

_____. **Assassinatos no campo:** crime e impunidade: 1964-1985. São Paulo: MST, 1986e.

_____. **Plano Nacional do MST:** 1989-1993. São Paulo: MST, 1989. (Caderno de Formação; 17).

_____. **O que queremos com as escolas dos assentamentos**. São Paulo: MST, 1991. (Caderno de Formação; 18).

_____. **Como fazer a escola que queremos**. São Paulo: MST, 1992. (Caderno de Formação; 1).

_____. **A cooperação agrícola nos assentamentos**. São Paulo: MST, 1993b. (Caderno de Formação; 20).

_____. **Vamos organizar a nossa base**. São Paulo: MST, 1995a. (Caderno de Formação).

_____. **Programa de reforma agrária.** São Paulo: MST,1995b. (Caderno de Formação; 23).

_____. **Mística:** uma necessidade no trabalho popular e organizativo. São Paulo: MST, 1998a. (Caderno de Formação; 27).

_____. **Escola itinerante em acampamentos do MST**. São Paulo: MST, 1998b. (Coleção Fazendo Escola).

_____. **Campanha de construção da Escola Nacional do MST**. São Paulo: MST, 1998c. (Caderno de Formação; 29).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (Brasil). **Crianças em movimento:** as mobilizações infantis no MST. Porto Alegre: MST, 1999. (Coleção Fazendo Escola).

_____. **Educação em Movimento**: formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis:Vozes, 1997.

NAVARRO, Zander. **Assentamentos rurais, formatos organizacionais e desempenho produtivo:** o caso do assentamento Nova Ramada. Porto Alegre: [s.n.], 1994. Mimeo.

_____ (Org.). **Política, protesto e cidadania no campo.** Porto Alegre: UFRS, 1996.

_____. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo, o MST e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis:Vozes, 1997.

NORDER, Luiz Antonio Cabello. **Assentamentos rurais:** casa, comida e trabalho. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.

PAVAN, Dulcinéia. **As Marias sem-terra**: trajetória e experiências de vida de mulheres assentadas de Promissão – SP – 1985/1996. 1998. Dissertação (Mestrado em História Social)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

POLI, Odilon. **Leituras em movimentos sociais**. Chapecó, SC: Grifos, 1999.

REGIÕES do Pontal do Paranapanema e o Vale do Ribeira art. 36 do ADCT Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.dekuhl.adv.br/legislacao/constituicao/ADCT.asp>. Acesso em: 13 out. 2004.

SANTOS, Boaventura Souza de. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS FILHO, J. dos R.; PORTO, M. Y. A geografia da violência e algumas presenças em conflitos pela posse da terra. **Reforma Agrária,** Campinas, v.1, n.14, 1984.

SÃO PAULO. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. **Ações de regularização Fundiária** – DRF. São Paulo: A Secretaria, 1995a.

_____. **Histórico da situação fundiária no Pontal do Paranapanema** – DRF. São Paulo: A Secretaria, 1995b.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Primeiros Passos; 18).

SILVA, José Gomes. **A reforma agrária no Brasil:** frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento? Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Reforma agrária já. In: LEAL, L. (Org). **Reforma agrária na Nova República, contradições e alternativas.** São Paulo: Educ: Cortez, 1986.

SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndio:** o efeito da Lei da Terra de 1850. São Paulo: Unicamp, 1996.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. As forças armadas e a reforma agrária. **Cadernos do Terceiro Mundo,** Rio de Janeiro, .n. 221, p. 20, jun./jul. 2000.

_____. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Atual, 1997.

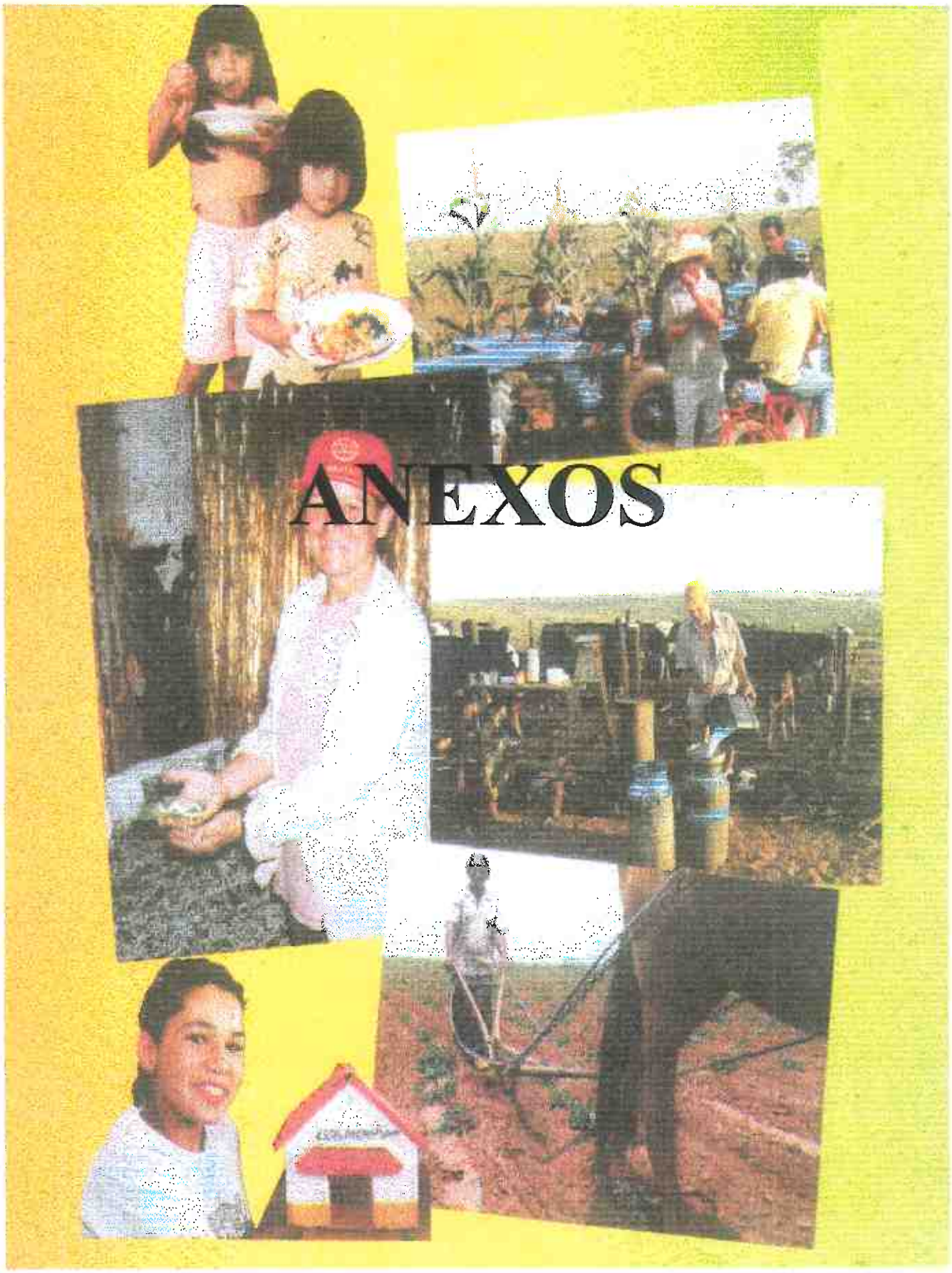
_____ (Org.). **O modelo de desenvolvimento das elites, as conseqüências para a agricultura.** São Paulo: MST, 1997. (Caderno de Formação; 25)

STÉDILE, João Pedro; GORGEN, Sérgio A. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1993.

_____; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Consciência de classe e experiências sócio-educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** 1997. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1997.

VILA, Marcos Antônio. **Canudos:** o povo da terra. São Paulo: Ática, 1995.



ANEXOS

ANEXO A: Decreto nº 42.839, de 4 de fevereiro de 1998.

Regulamenta o artigo 3º da Lei nº 9.757, de 15 de setembro de 1997, que dispõe sobre a legitimação de posse de terras públicas estaduais aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos, em atendimento ao artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

MÁRIO COVAS, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e à vista do disposto no artigo 3º da Lei nº 9.757, de 15 de setembro de 1997,

Decreta:

Artigo 1º - Compete à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, através do Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP, identificar as áreas ocupadas pelos Remanescentes de Comunidades de Quilombos e demarcá-las para fins de legitimação de posse, obedecidos os critérios de precisão exigidos pela Procuradoria Geral do Estado.

Parágrafo único - O procedimento para identificação e demarcação das áreas ocupadas pelos Remanescentes de Comunidades de Quilombos deverá ser iniciado de ofício pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP ou mediante requerimento das associações de Remanescentes de Comunidades de Quilombos.

Artigo 2º - Os Remanescentes das comunidades de Quilombos, assim definidos, conforme conceituação antropológica, obedecido o disposto no artigo 15 do Decreto nº 41.774, de 13 de maio de 1997, serão identificados a partir de critérios de auto-identificação e dados históricos-sociais, escritos e/ou orais, por meio de Relatório Técnico-Científico, elaborado no âmbito do Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP.

Artigo 3º - Dos mesmos Relatórios Técnico-Científicos constarão os limites totais das áreas ocupadas, conforme territorialidade indicada pelos Remanescentes de Comunidades de Quilombos, que levarão em consideração os espaços de moradia, exploração econômica, social, cultural e os destinados aos cultos religiosos e ao lazer, garantindo-se as terras necessárias à sua reprodução física e sócio-cultural.

Parágrafo único - A partir da elaboração dos Relatórios Técnico-Científicos, realizar-se-ão, por técnicos do Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP, as propostas de memoriais descritivos das áreas a serem objeto de legitimação de posse, bem como das áreas de domínio particular para fins de encaminhamento nos termos do artigo 14 do Decreto nº 41.774, de 13 de maio de 1997, e as áreas de domínio indefinido.

Artigo 4º - As associações dos Remanescentes das Comunidades de Quilombos terão, em todas as fases, participação nos processos de identificação e demarcação de suas respectivas áreas.

Parágrafo único - Ouvidas as associações dos Remanescentes das Comunidades de Quilombos sobre as propostas finais dos memoriais descritivos, terão início os planos gerais de legitimação de posse.

Artigo 5º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 1º de agosto de 1997.

MARIO COVAS

Belisário dos Santos Júnior

Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania

Walter Feldmann

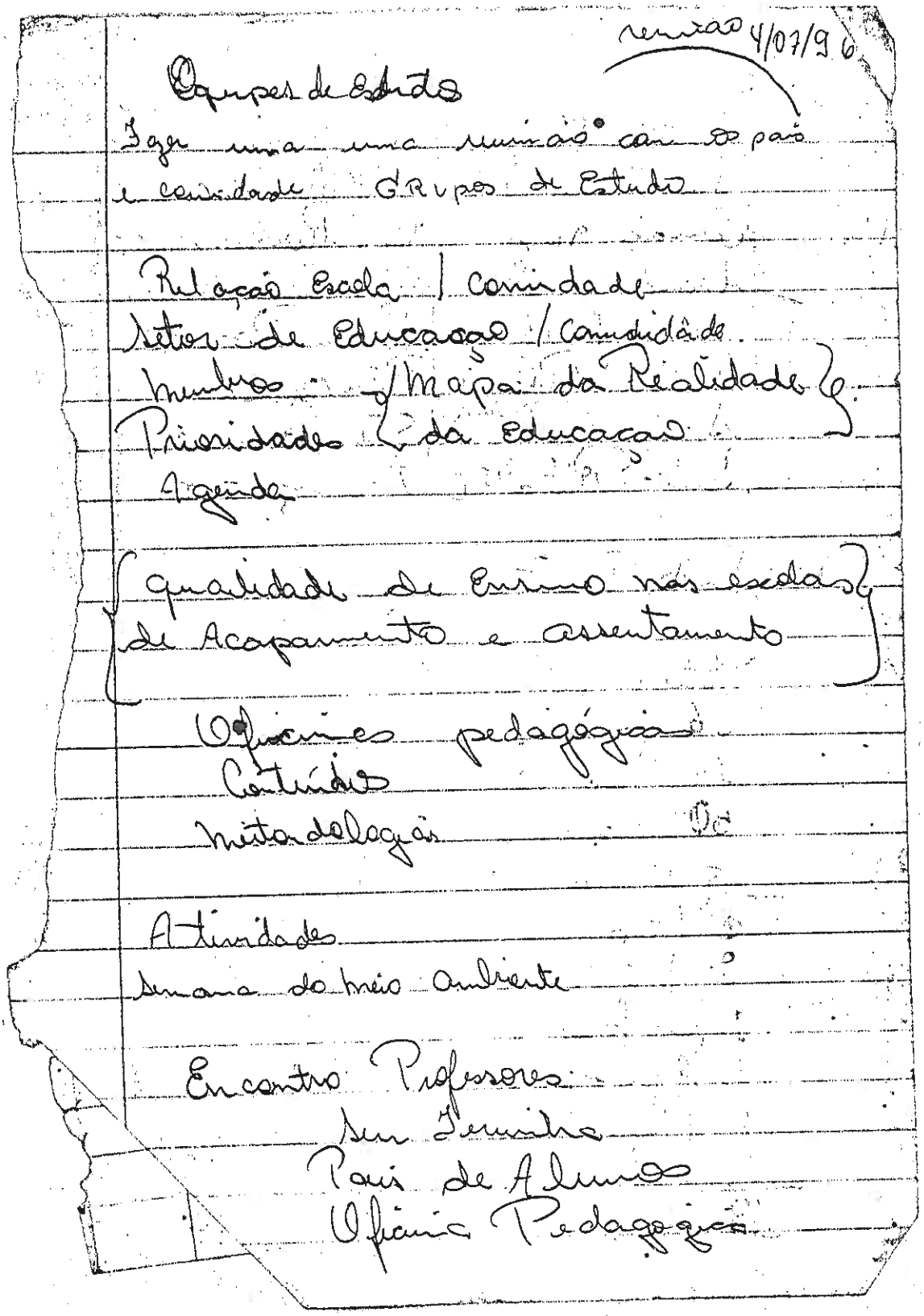
Secretário-Chefe da Casa Civil

Antonio Angarita

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos 4 de fevereiro de 1998.

ANEXO B: Equipes de Estudo



reunião 4/07/96

Equipes de Estudo

Fazer uma uma reunião com os pais e comunidade Grupos de Estudo

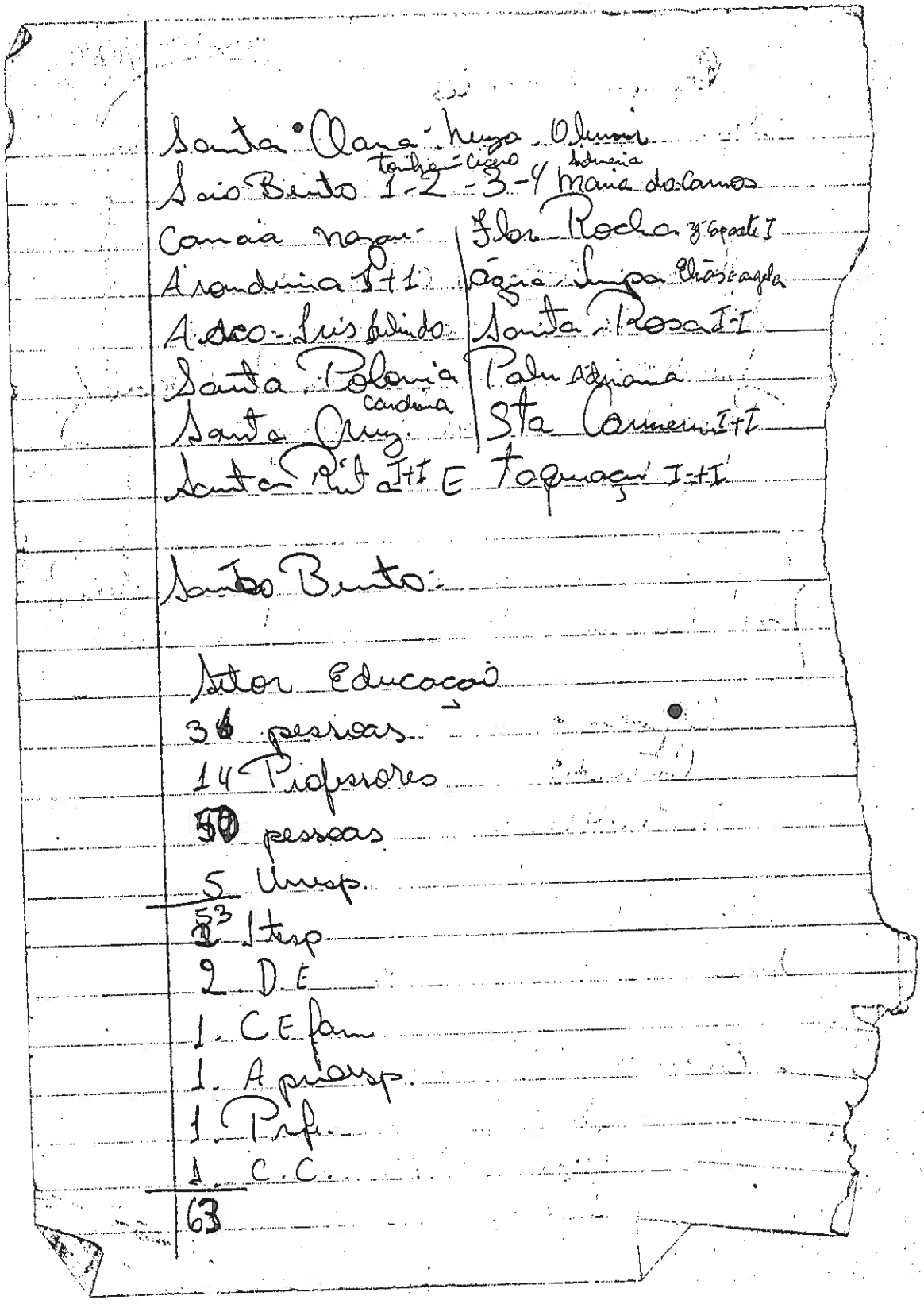
Relação Escola / comunidade
Setor de Educação / comunidade
Membros
Prioridades
Agenda
{Mapa da Realidade da Educação}

{qualidade de Ensino nas escolas de Acaparamento e assentamento}

Oficinas pedagógicas
Conteúdos
Metodologias

Atividades
Semana do meio ambiente

Encontro Professores
Seu Terminha
Pais de Alunos
Oficina Pedagógica

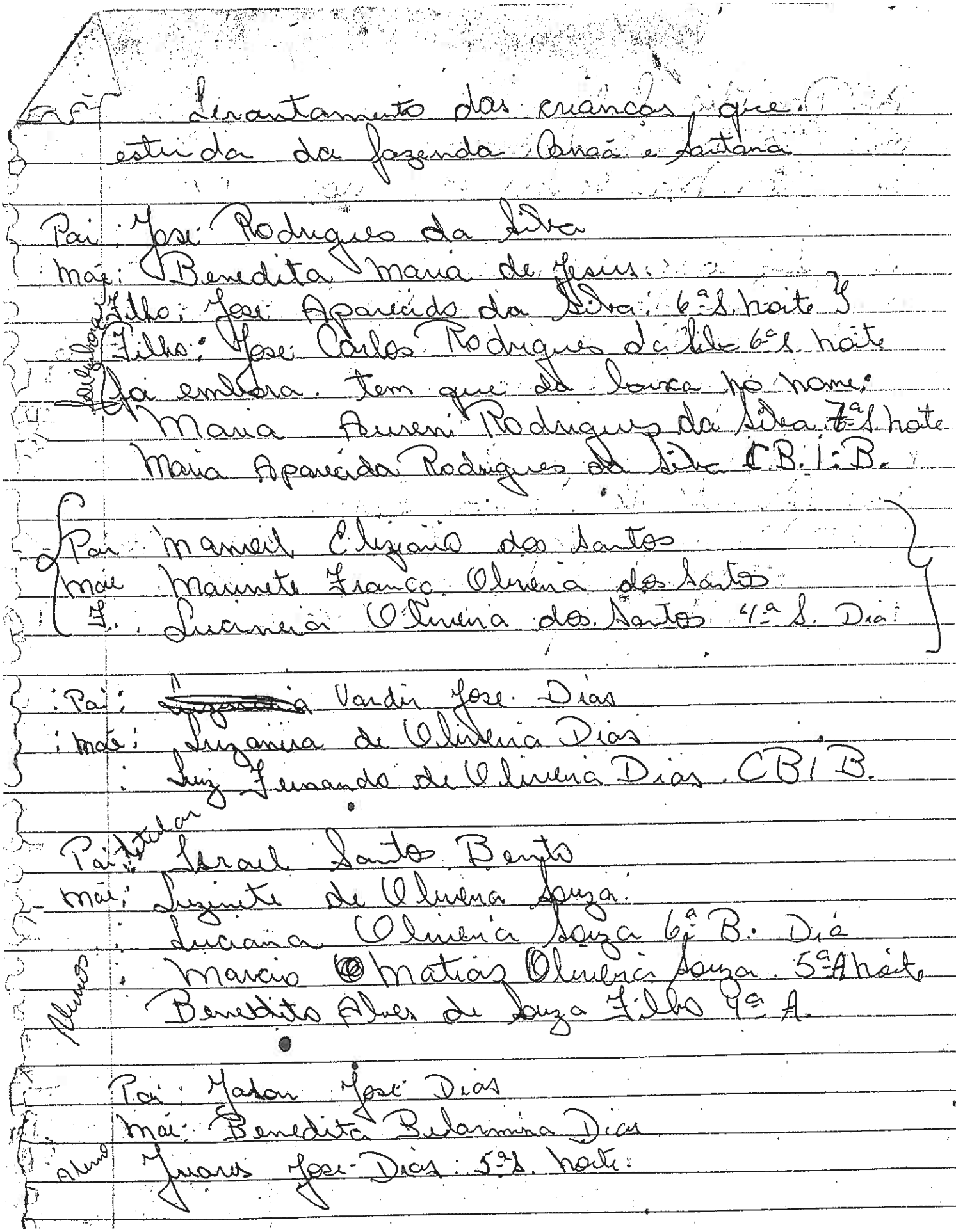


Santa Clara - Neuza Olimar
Saio Bento 1-2-3-4 Maria dos Carmos (Tonhão - Cicero - Adriana)
Camaia Nazaré | Flor Rocha y Capoate I
Arandina I+I | Água Limpa Elias e Angela
Asco - Luis Lindo | Santa Rosa I-I
Santa Polonia | Palu Adriana
Santa Cruz (Cardina) | Sta Carmem I+I
Santa Rita I+I E Taquaçu I+I

Santo Bento:

Setor Educação
36 pessoas
14 Professores
50 pessoas
5 Unesp.
53 Itesp
2 D.E
1 CEfam
1 Aprovesp.
1 Prf.
1 C.C.
63

ANEXO C: Levantamento das crianças que estudam nos Assentamentos Canaã e Santana



Levantamento das crianças que estuda da fazenda Canaã e Santana

Pai: José Rodrigues da Silva
Mãe: Benedita Maria de Jesus:
Filho: José Aparecido da Silva. 6ª S. noite
Filho: José Carlos Rodrigues da Silva 6ª S. noite
Já embora. tem que dá baixa no nome:
Maria Aureni Rodrigues da Silva. 7ª S. noite
Maria Aparecida Rodrigues da Silva C.B.I.B.

Pai Manoel Cleziano dos Santos
Mãe Marinete Franco Oliveira dos Santos
Filha: Luciana Oliveira dos Santos 4ª S. Dia

Pai: [illegible] Vardir José Dias
Mãe: Suzania de Oliveira Dias
Luiz Fernando de Oliveira Dias. CB/B.

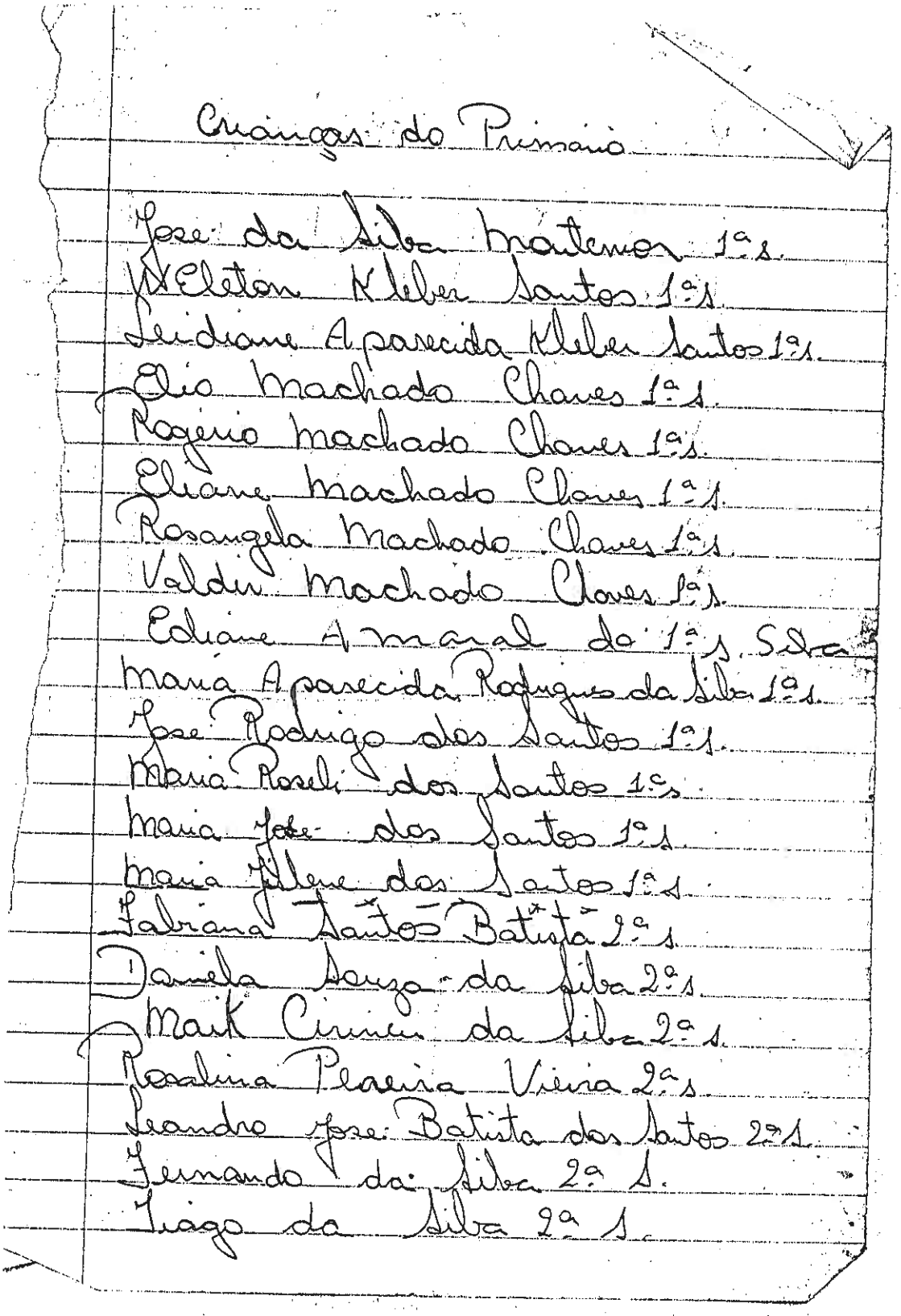
Pai Israel Santos Bento
Mãe: Luzinete de Oliveira Souza.
Luciana Oliveira Souza 6ª B. Dia
Marcio Matias Oliveira Souza. 5ª A noite
Benedito Alves de Souza Filho 4ª A.

Pai: Natan José Dias
Mãe: Benedita Balbina Dias
Aluno Juarez José Dias. 5ª S. noite.

Pai: Domitilio Leal
mãe: Elza Mainto Leal.
Filho: Elton Mainto Leal. 6ª A. noite.

Pai: Luiz Carlos Lomazzi
mãe: Maria Aparecida do Nascimento Lomazzi
Filho: Carlos Eduardo Lomazzi. 5ª A noite
Raquel Lomazzi. 6ª A noite

Pai: Givaldo Lopes Ferreira
mãe: Nanete Rosa Silva Ferreira
F: Marcelo Lopes Ferreira 6ª A noite
F: ~~Hitara~~ Miliam Lopes Ferreira 5ª A noite
F: Cristiane Lopes Ferreira 4ª A.



Crianças do Primário

José da Silva Bratemor 1ºs.
Weleton Kleber Santos 1ºs
Leidiane Aparecida Kleber Santos 1ºs.
Elio Machado Chaves 1ºs.
Rogerio Machado Chaves 1ºs.
Eliane Machado Chaves 1ºs.
Rosangela Machado Chaves 1ºs.
Valdir Machado Chaves 1ºs.
Ediane Amaral do 1ºs. Sra
Maria Aparecida Rodrigues da Silva 1ºs.
José Rodrigo dos Santos 1ºs.
Maria Roseli dos Santos 1ºs.
Maria José dos Santos 1ºs.
Maria Helene dos Santos 1ºs.
Fabiana Santos Batista 2ºs.
Daniela Souza da Silva 2ºs.
Mark Cirineu da Silva 2ºs.
Rosalina Pereira Vieira 2ºs.
Leandro José Batista dos Santos 2ºs.
Fernando da Silva 2º S.
Tiago da Silva 2º S.

mora só o pai

Benedito Alves de Souza Filho
nasc: 27/04/1986
Pai: Benedito Alves de Souza
Mãe: Luzinete de Vilveira Souza
mora só o pai

andorinha

Mara Cristina da Silva
nasc: 17/10/1984
Mercia Aparecida da Silva
Pai: Manoel da Silva
Mãe: Regina Maria da Mota

andorinha

Aline Donato
nasc: 24/04/1989
Rafael Donato
nasc: 08/01/1986
Pai: José Donato
Mãe: Célia Ferreira Donato

João Pereira da Silva
nasc: 29/10/85

Transportes { Conservação estrada, Horário, Lotação, Portos, etc.

infur. Estrutura { Manutenção, serviços, Benefícios etc

Capacitação { Treinamento de professores - Projeto { assos, sumamente, cofiança, treinamento de Pessoal

Papel de participação { Prefeitura, Delegacia, Cefam, Vesp. } { Comunidade, I tesp, A pedep.

Política específica de educação para o meio rural

Escolas { Pré-Escola, 1ª a 4ª, 5ª a 8ª } Supletivo

Alfabetização - Projeto

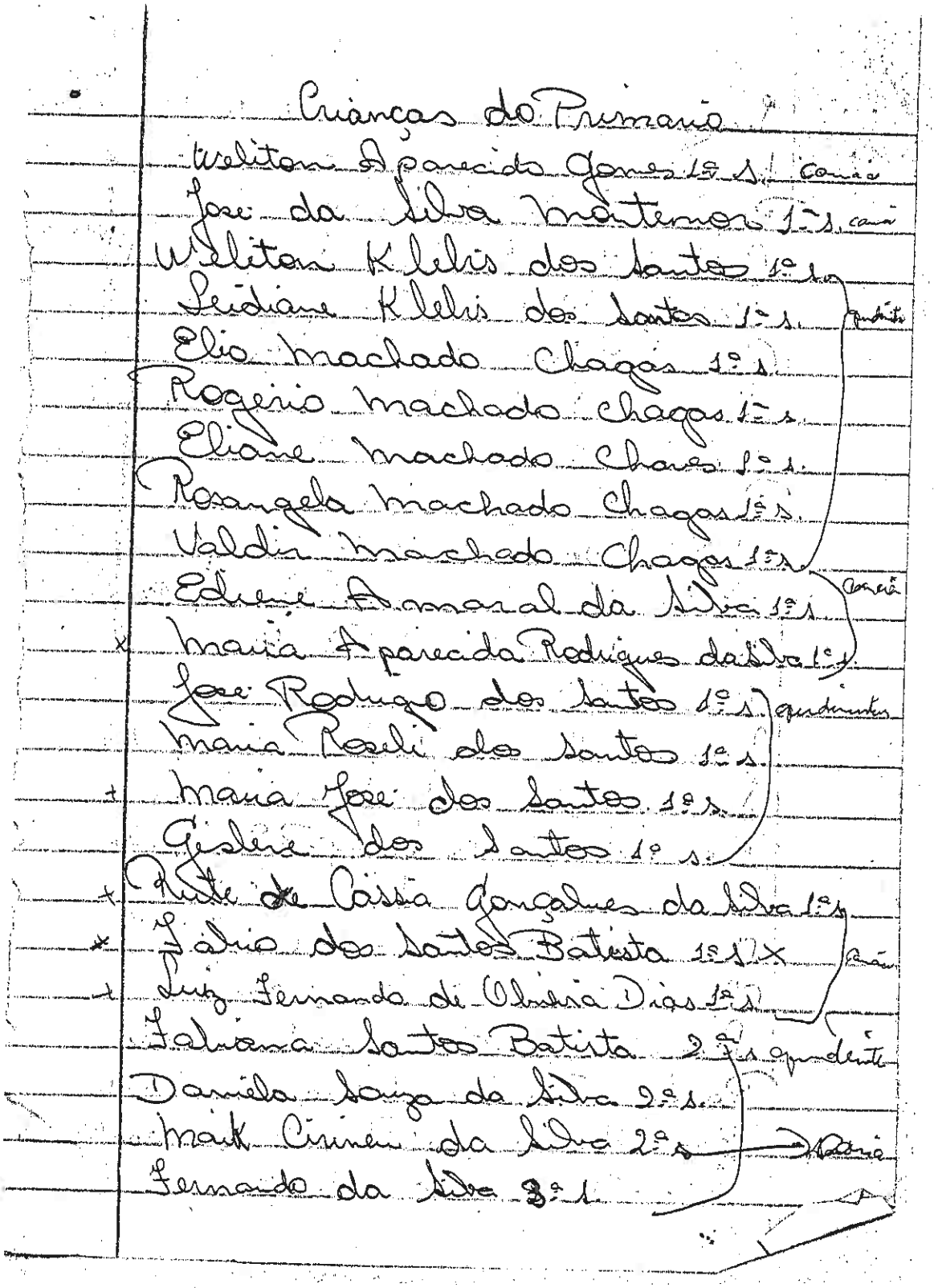
60ª folha
95% Educação
10,0
12%

cada tecnica Dia 04 de ~~abril~~ maio Com as 9 horas.

entregar os nomes dos agentes da saúde
Para entregar os nomes quanto mais rápido possível

Encontro de mulheres

Tiago da Silva 2ª s. (quindinhi)
Kireeti Fernandes dos Santos 2ª s. (Camaná
Regiane Cordeiro Reis 2ª s.
Carla Cristina Rodrigues Soares 2ª s. } Camaná
Wilian Rodrigues Campanha 3ª s.
Adam Ribeiro Bonfim 3ª s.
Leandro Santos Batista 3ª s. } quindinhi
Odair José Santos Batista 3ª.
Rogério dos Santos Oliveira 3ª s.
Fabio da Silva Cordeiro 3ª s.
Paulo Vitor Cordeiro dos Reis 3ª s. Camaná
Fernanda Cordeiro dos Reis 4ª s.
Osmar Batista 4ª s.
Adriano Fernando Lima 4ª s. } quindinhi
Suelen Vieira Santos 4ª s. } Camaná
Benedito Alves Souza 3ª s.
Ariane da Costa Lima 4ª s. } quindinhi
Claudia Costa Lima 2ª s.
Claudinei da Costa Lima 3ª s.
Lucineia de Oliveira dos Santos 4ª s.
Rosalina Pereira Vieira 2ª s. } quindinhi
João Eduardo dos Reis 3ª s. } Camaná
Leticia Borges da Silva 2ª s.



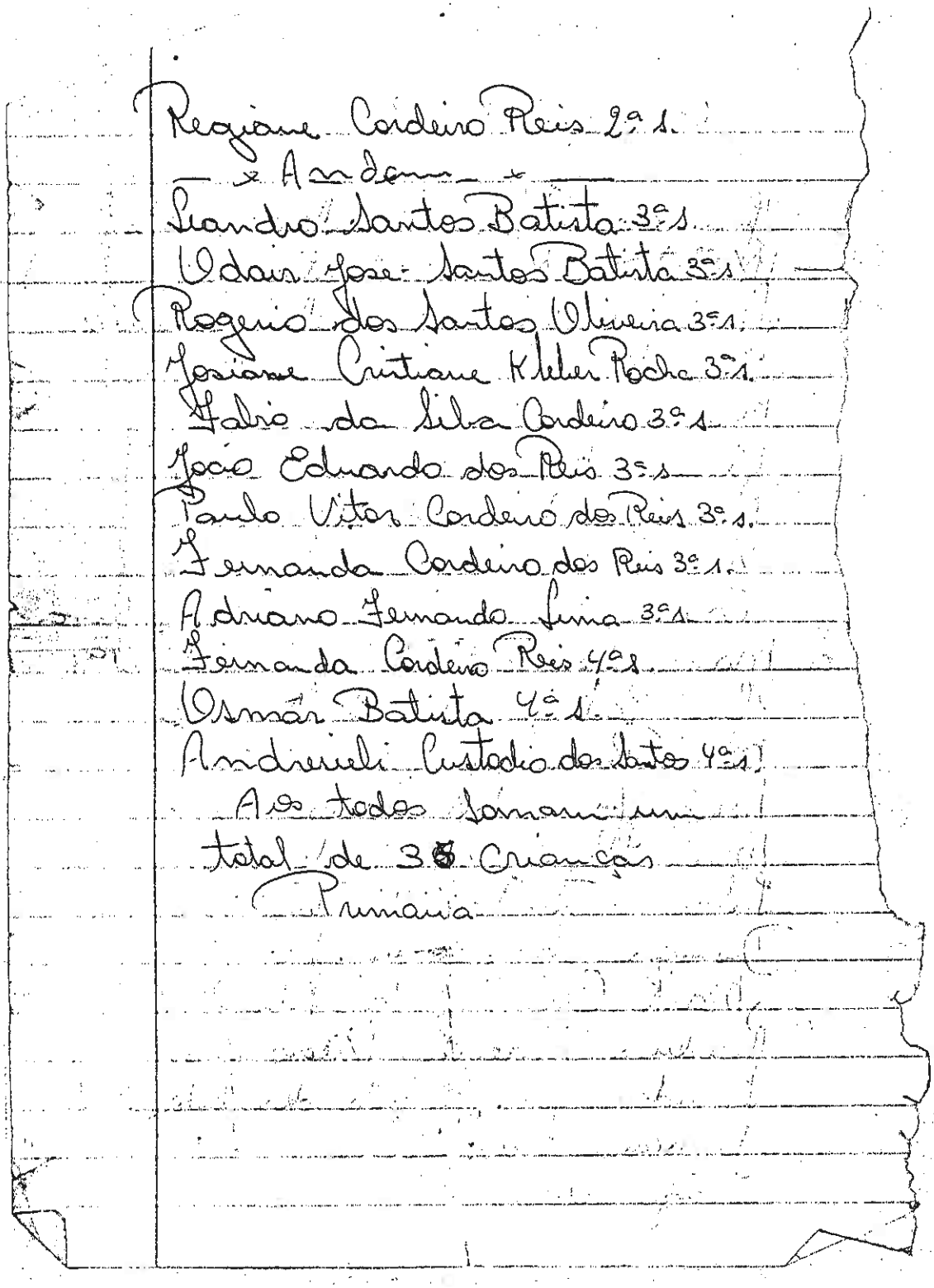
Crianças do Primario

Weliton Aparecido Gomes 1ª s. Canaã
José da Silva Montemor 1ª s. Canaã
Weliton Klebis dos Santos 1ª s.
Leidiane Klebis dos Santos 1ª s. Quedinhos
Elio Machado Chagas 1ª s.
Rogerio Machado Chagas 1ª s.
Eliane Machado Chaves 1ª s.
Rosangela Machado Chagas 1ª s.
Valdir Machado Chagas 1ª s.
Edienne Amaral da Silva 1ª s. Canaã
x Maria Aparecida Rodrigues da Silva 1ª s.
José Rodrigo dos Santos 1ª s. Quedinhos
Maria Roseli dos Santos 1ª s.
+ Maria José dos Santos 1ª s.
Gislene dos Santos 1ª s.
+ Rute de Cassia Gonçalves da Silva 1ª s.
* Fabio dos Santos Batista 1ª s. x Canaã
+ Luiz Fernando de Oliveira Dias 1ª s.
Fabiana Santos Batista 2ª s. Quedinhos
Daniela Souza da Silva 2ª s.
Maik Cirineu da Silva 2ª s. Canaã
Fernando da Silva 3ª s.

[illegible] do primario

José da Silva Matemor 1ª s.
Weleton Kleber Santos 1ª s.
Lidiane Aparecida Kleber Santos 1ª s.
Elio Machado Chaves 1ª s.
Rogerio Machado Chaves 1ª s.
Eliane Machado Chaves 1ª s.
Rosangela Machado Chaves 1ª s.
Valdir Machado Chaves 1ª s.
Ediane 1ª s.
maria Aparecida Rodrigues da Silva 1ª s.
José Rodrigo dos Santos 1ª s.
maria Roseli dos Santos 1ª s.
maria José dos Santos 1ª s.
maria Jislene dos Santos 1ª s.
Sabiana Santos Batista 2ª s.
Daniela Souza da Silva 2ª s.
Marik [illegible] da Silva
Rosalina Pereira Vieira 2ª s.
[illegible]andro José Batista dos Santos 2ª s.
[illegible]nando da Silva 2ª s.
[illegible]go da Silva 2ª s.

Regiane Cordeiro Reis 2ª s.
Leandro Santos Batista 3ª s.
Odair José Santos Batista 3ª s.
~~[illegible]~~
Rogerio dos Santos Oliveira 3ª s.
Josiane Cristiane Kleber Rocha 3ª s.
Fabio da Silva 3ª s.
João Eduardo Cordeiro dos Reis 3ª s.
Paulo Vitor Cordeiro dos Reis 3ª s
Fernanda Alves Oliveira 3ª s.
Adriano Fernando Lima 3ª s.
Fernanda Cordeiro Reis 4ª s.
Osma Batista 4ª s.
Andreieli Custodio dos Santos 4ª s.



Regiane Cordeiro Reis 2ª s.
— x Andam — x —
Leandro Santos Batista 3ª s.
Odair José Santos Batista 3ª s.
Rogerio dos Santos Oliveira 3ª s.
Josiane Cristiane Kleber Rocha 3ª s.
Fabio da Silva Cordeiro 3ª s.
João Eduardo dos Reis 3ª s.
Paulo Vitor Cordeiro dos Reis 3ª s.
Fernanda Cordeiro dos Reis 3ª s.
Adriano Fernando Lima 3ª s.
Fernanda Cordeiro Reis 4ª s.
Osmar Batista 4ª s.
Andreveli Custodio dos Santos 4ª s.
Aos todos somam um
total de 36 Crianças
Primaria

Resalone Luiza de Deus 6ª s.
Maria Aparecida de Deus 6ª s.
Claudineia Agostinha Souza 5ª s
Ricardo Cordeiro dos Reis 6ª s
José Cordeiro dos Reis 7ª s.
Santeia KUELI 5ª s.
Adriana Meneses 8ª s
Juliana Alves Oliveira 5ª s.
Angelica Aparecida Araujo 7ª s.
Devanir Aparecido Araujo 6ª s.
Anderson Fernando Lima 5ª s.
Anderson Custodio dos Santos 8ª s.
Marcos Antonio Santos 6ª s.
Adriana andreia Santos Batista 5ª s.
Angelo Bega 6ª s.
José Aparecido Rodrigues da Silva 8ª s.
Maria Olenir Rodrigues da Silva 8ª s

José Carlos Rodrigues da Silva 8

O Leite Fornecer para as Crianças da Escola.

São Bento Pelanca:
Aceita levar as Crianças
Para são Bento.

José Teito de Moura
Leite para as Crianças
Já mora no assentamento
camaia

Valdeu Marcio da Silva 4ªs.

Jovens do Ginásio

Roselaine Luiza de Deus 6ªs.
Maria Aparecida de Deus 6ªs.
Ricardo Cordeiro dos Reis 6ªs.
Devanir Aparecido Araujo 6ªs.
Marcos Antonio Santos 6ªs.
Angelo Bega 6ªs.
Claudineia Agostinha Souza 6ªs.
Sabrina [illegible] 3ª Menezes 5ªs.
Juliana Alves Oliveira 5ªs.
Adriana Andreia Santos Batista 5ªs.
José Cordeiro dos Reis 7ªs.
Angelica Aparecida Araujo 7ªs.
Luciana de Oliveira Souza 6ªs.
Marcio Matias Oliveira Souza 5ªs.
José Aparecido Rodrigues da Silva 6ªs.
Maria Aureni Rodrigues da Silva 7ªs.
José Carlos Rodrigues da Silva 6ªs.

Elton Mauro Leal 1º s.
Francinaldo Borges da Silva 5º s
Reginaldo Borges da Silva 5º s.
Anderson Custódio dos Santos 5º s.
Joras Apolinário da Silva 5º s
Nunes Dias 5º s.
Ricardo Santos Lima 5º sgt

Suplente Anderson

Santa

Setor Santa Clara

Roselane Souza de Deus. 6ª Série C. O

Maria Nazaré da Silva

Maria Aparecida de Deus 6ª Série C. O

Claudinha Agostinha Souza 5ª F O

Francis Adam

Francis Adam Ribeiro Bonfim 2ª Santa C

Luciana dos Santos Primário

Fernando Oliveira Dias 1ª série primário

Rodrigo da S. Mendes 1ª série primário

Keiti Fernandes dos Santos 2ª série primário

Pai

Nilson Marcio Pais de 3 crianças

Prim

ANEXO D: Ficha cadastral do aluno.

E.E.P.G. "FAZENDA SÃO BENTO"

FICHA CADASTRAL DO ALUNO (A)

NOME DO PAI: Pedro Cicero Vilela
NOME DA MÃE: Jose Barbosa Gomes
NOME DO ALUNO: Gonatan Vilela
LOCAL DO NASC. Paranatí ESTADO: Paraná
DATA DE NASC. 23/11/87 Nº DO REG.
Nº DA CARTEIRA DE IDENTIDADE: EST.
CLASSE OU SERIE: 20S PERIODO: a Tarde
RESIDENCIA: ASSENTO CANAÃ
NOME DO COORDENADOR: Raimunda da Conceição

E.E.P.G. "FAZENDA SÃO BENTO"

FICHA CADASTRAL DO ALUNO (A)

NOME DO PAI: Pedro Cicero Vilela
NOME DA MÃE: Jose Barbosa Gomes
NOME DO ALUNO: Weliton Aparecido José
LOCAL DE NASCIMENTO: Paranatí EST. Paraná
DATA DE NASCIMENTO: 05/03/90 Nº DO RG.
Nº DA CART. DE IDENTIDADE: ~~EST.~~ Atarde
CLASSE OU SÉRIE: 1ºS.
RESIDENCIA: ASSENTO CANAÃ
NOME DO COORDENADOR: Raimunda da Conceição de Oliveira

E.E.P.G. "FAZENDA SÃO BENTO"

FICHA CADASTRAL DO ALUNO(A)

NOME DO PAI: Luiz Carlos Santana

NOME DA MÃE: Maria Aparecida Rodrigues Santana

NOME DO ALUNO: Dará Rodrigues Santana

LOCAL DO NASC. Santo Inácio ESTADO: P.R.

DATA DE NASC. 01/02/91 Nº DO REG.

Nº DA CARTEIRA DE IDENTIDADE: EST.

CLASSE OU SERIE: Observação PERIODO:

RESIDENCIA: ASSEMENTO CANÃA

NOME DO COORDENADOR: Raimunda da Conceição de Vieira

E.E.P.G. "FAZENDA SÃO BENTO"

FICHA CADASTRAL DO ALUNO(A)

NOME DO PAI: Antônio Costa Batista

NOME DA MÃE: Josefa Tereza Santos Batista

NOME DO ALUNO: Adriana Andréia da Costa

LOCAL DE NASCIMENTO: Presidente Prudente EST. S.P.

DATA DE NASCIMENTO: 21/11/82 Nº DO RG. —

Nº DA CART. DE IDENTIDADE: — EST.

CLASSE OU SÉRIE: 5º S.

RESIDENCIA: ASSEMENTO CANÃA

NOME DO COORDENADOR: Raimunda da Conceição

E.E.P.G. "FAZENDA SÃO BENTO"

FICHA CADASTRAL DO ALUNO (A)

NOME DO PAI: Antônio Costa Batista
NOME DA MÃE: Josefa Terreza Batista
NOME DO ALUNO: Fabiana Costa Batista
LOCAL DO NASC. Santo Inácio ESTADO: P. R.
DATA DE NASC. 13/03/89 Nº DO REG.
Nº DA CARTEIRA DE IDENTIDADE: EST.
CLASSE OU SERIE: 2º Série PERIODO: à Tarde
RESIDENCIA: Assentamento Canoa
NOME DO COORDENADOR: Raimunda da Conceição de Oliveira

E.E.P.G. "FAZENDA SÃO BENTO"

FICHA CADASTRAL DO ALUNO (A)

NOME DO PAI: Antônio Costa Batista
NOME DA MÃE: Josefa Terreza Batista
NOME DO ALUNO: Fabio Costa Batista
LOCAL DE NASCIMENTO: Presidente Prudente EST. S.P.
DATA DE NASCIMENTO: 06/05/90 Nº DO RG.
Nº DA CART. DE IDENTIDADE: EST.
CLASSE OU SÉRIE: 1º Série
RESIDENCIA: Assentamento
NOME DO COORDENADOR: Raimunda da Conceição de Oliveira

NOME DO PAI: José Rodrigues da Silva

NOME DA MÃE: Benedita Maria de Jesus

NOME DO ALUNO: Maria Aparecida Silva

LOCAL DE NASC: Santo Inácio ESTADO: P. R.

DATA DE NASC: 29/12-89 Nº DO RG.: —

Nº DA CART. DE IDENTIDADE: — EST.: —

CLASSE OU SÉRIE: 1º S. PERÍODO: 4ª série

RESIDÊNCIA: Assentamento Canaã

NOME DO COORDENADOR: Raimunda da Conceição de Oliveira

E.E.P.G. "FAZENDA SÃO BENTO"

FICHA CADASTRAL DO ALUNO (A)

NOME DO PAI: Derivaldo Alves Menezes

NOME DA MÃE: Marina Menezes

NOME DO ALUNO: Sabrina Kweli Menezes

LOCAL DE NASCIMENTO: Colmeia EST.: Paraná

DATA DE NASCIMENTO: 24/12-87 Nº DO RG.: —

Nº DA CART. DE IDENTIDADE: — EST.: —

CLASSE OU SÉRIE: 5ª Série

RESIDÊNCIA: Assentamento Canaã

NOME DO COORDENADOR: Raimunda da Conceição de Oliveira

1ª a [illegible]

E.E.P.G. "FAZENDA SÃO BENTO"

FICHA CADASTRAL DO ALUNO (A)

NOME DO PAI: José [illegible] dos Santos

NOME DA MÃE: [illegible] da [illegible] Santos

NOME DO ALUNO: [illegible]

LOCAL DO NASC. Santo Inácio ESTADO: Paraná

DATA DE NASC. 23/ [illegible] / [illegible] ,Nº DO REG.

Nº DA CARTEIRA DE IDENTIDADE: [illegible] EST.

CLASSE OU SERIE: [illegible] PERÍODO: noturno

RESIDENCIA: ASSEMENTO CANAA

NOME DO COORDENADOR: Raimunda da Conceição de Oliveira

E.E.P.G. "FAZENDA SÃO BENTO"

FICHA CADASTRAL DO ALUNO (A)

NOME DO PAI: Valdir José Dias

NOME DA MÃE: Lugenira Oliveira Dias

NOME DO ALUNO: Fernanda A.P. Oliveira Dias

LOCAL DE NASCIMENTO: Santo Inácio EST. P.R.

DATA DE NASCIMENTO: / / Nº DO RG.

Nº DA CART. DE IDENTIDADE: EST.

CLASSE OU SÉRIE: Pré 2 São Luís

RESIDENCIA: ASSEMENTO CANAA Sítio Nº 31

NOME DO COORDENADOR: RAIMUNDA DA CONCEIÇÃO [illegible]

E.E.P.C. "FAZENDA SÃO BENTO"

FICHA CADASTRAL DO ALUNO (A)

NOME DO PAI: Cecilio Batista de Lima

NOME DA MÃE: Terezinha dos Santos Lima

NOME DO ALUNO: Ricardo Bastita Lima

LOCAL DO NASC. Santo Inácio ESTADO: P.R.

DATA DE NASC. 07/03/84 Nº DO REG.

Nº DA CARTEIRA DE IDENTIDADE: EST.

CLASSE OU SERIE: 60S PERIODO: Atarde

RESIDENCIA: ASSEMENTO CANÃA

NOME DO COORDENADOR: Raimunda da Conceição de Oliveira

E.E.P.C. "FAZENDA SÃO BENTO"

FICHA CADASTRAL DO ALUNO (A)

NOME DO PAI: Valdir José Dias

NOME DA MÃE: Luzenira Oliveira Dias

NOME DO ALUNO Luiz Fernando Oliveira Dias

LOCAL DE NASCIMENTO: Santo Inácio EST. P.R.

DATA DE NASCIMENTO: 11/03/89 Nº DO RG.

Nº DA CART. DE IDENTIDADE: EST.

CLASSE OU SÉRIE: 1ºS

RESIDENCIA: ASSEMENTO CANÃA

NOME DO COORDENADOR: Raimunda da Conceição de Oliveira

E.E.P.G. [illegible]

FICHA CADASTRAL DO ALUNO (A)

NOME DO PAI: Givaldo Lopes Ferreira

NOME DA MÃE: Ironete Borada Silva F.

NOME DO ALUNO: Marcelo Lopes Ferreira

LOCAL DO NASC. São Paulo Capi ESTADO: S. P.

DATA DE NASC. 15/02-/82 Nº DO REG.

Nº DA CARTEIRA DE IDENTIDADE: EST.

CLASSE OU SERIE: 7º S. PERÍODO:

RESIDENCIA: Sítio Albiratan

NOME DO COORDENADOR: a Raimunda da C. O. F.

E.E.P.G. "FAZENDA SÃO BENTO"

FICHA CADASTRAL DO ALUNO (A)

NOME DO PAI:

NOME DA MÃE:

NOME DO ALUNO:

LOCAL DE NASCIMENTO: EST.

DATA DE NASCIMENTO: / / Nº DO RG.

Nº DA CART. DE IDENTIDADE: EST.

CLASSE OU SÉRIE:

RESIDENCIA:

NOME DO COORDENADOR:

FICHA CADASTRAL DO ALUNO

NOME DO PAI: Benedito Alves de Souza
NOME DA MÃE: Lusinete de Oliveira Souza
NOME DO ALUNO: Benedito Alves de Souza
LOCAL DO NASC: Itaguajé ESTADO: P.R
DATA DE NASC. 27/04/86 Nº DO REG.
Nº DA CARTEIRA DE IDENTIDADE: EST.
CLASSE OU SÉRIE: 4OS PERÍODO:
RESIDENCIA: Assentamento Canaã
NOME DO COORDENADOR: Raimunda da Conceição de Oli

E.E.P.G. "FAZENDA SÃO BENTO"

FICHA CADASTRAL DO ALUNO (A)

NOME DO PAI: Benedito Alves de Souza
NOME DA MÃE: Lusinete de Oliveira de Souza
NOME DO ALUNO: Marcio Inatias de Oliveira S.
LOCAL DE NASCIMENTO: Itaguaje EST. P. R.
DATA DE NASCIMENTO: 15/10/82 Nº DO RG.
Nº DA CART. DE IDENTIDADE: EST.
CLASSE OU SÉRIE: 5OS
RESIDENCIA: ASSENTAMENTO CANAA
NOME DO COORDENADOR: Raimunda da Conceição de O.

[illegible] Maria Correa de [illegible]

[illegible] Rosirene dos Santos [illegible]

[illegible] Renan [illegible]

[illegible]

DATA DE [illegible] 30/06/87 [illegible]

[illegible]

[illegible]

PRESIDENCIA: Assentamento [illegible]

[illegible] COORDENADOR: Raimundo [illegible]

E.E.P.G. "FAZENDA SÃO BENTO"

FICHA CADASTRAL DO ALUNO(A)

NOME DO PAI: [illegible] Fernandes de Lima

NOME DA MÃE: [illegible] Francisca de Lima

NOME DO ALUNO: Adriano [illegible] de Lima

LOCAL DE NASCIMENTO: [illegible] EST. [illegible]

DATA DE NASCIMENTO: 20/11/85 Nº DO RG. [illegible]

Nº DA CART. DE IDENTIDADE: [illegible] EST. [illegible]

CLASSE / SÉRIE: 4ºS

PRESIDENCIA: Assentamento Carrão

NOME DO COORDENADOR: Raimunda da Conceição [illegible]

[illegible]

[illegible] Francisco Borges da Silva

[illegible] Josefa Francisca da Silva

[illegible] Eliticia Borges da Silva

LOCAL DO NASC. _____ ESTADO _____

DATA DE NASC. _____ Nº DO REG. _____

Nº DA CARTEIRA DE IDENTIDADE: _____ EST. _____

CLASSE OU SERIE: 2ºS _____ PERIODO: _____

RESIDENCIA: [illegible]

NOME DO COORDENADOR: Raimunda da Conceição de [illegible]

E.E.P.G. "FAZENDA SÃO BENTO"

FICHA CADASTRAL DO ALUNO (A)

NOME DO PAI: Manoel Erivaldo de Souza

NOME DA MÃE: Maria Aldeni Silva de Souza

NOME DO ALUNO: Daiane Silva de Souza

LOCAL DE NASCIMENTO: Santo Inácio EST. P.R.

DATA DE NASCIMENTO: 26/03/85 Nº DO RG _____

Nº DA CART. DE IDENTIDADE: _____ EST. _____

CLASSE OU SÉRIE: 7ºS

RESIDENCIA: ASSEMENTO CANÃA

NOME DO COORDENADOR: Raimunda da Conceição de [illegible]

[illegible]

[illegible]

NOME DO PAI: Manoel da Silva
NOME DA MÃE: Regina Maria da Mota
NOME DO ALUNO: Mara Cristina da Silva
LOCAL DO NASC. Jardim Clinda ESTADO: Paraná
DATA DE NASC. 17/10/84 Nº DO REG.
Nº DA CARTEIRA DE IDENTIDADE: EST.
CLASSE OU SERIE: 6ºS PERÍODO:
RESIDENCIA: ASSEMENTO CANÃO
NOME DO COORDENADOR: Raimunda da Conceição de Oliveira

E.E.P.G. "FAZENDA SÃO BENTO"

FICHA CADASTRAL DO ALUNO (A)

NOME DO PAI: Manoel da Silva
NOME DA MÃE: Regina Maria da Mota
NOME DO ALUNO: Mercia Aparecida Silva
LOCAL DE NASCIMENTO: [illegible] EST. P.R.
DATA DE NASCIMENTO: 28/04/85 Nº DO RG.
Nº DA CART. DE IDENTIDADE: EST. Paraná
CLASSE OU SÉRIE: 3ºS
RESIDENCIA: ASSEMENTO CANÃO
NOME DO COORDENADOR: Raimunda da Conceição de Oliveira

E.E.P.G. "FAZENDA SÃO BENTO"

FICHA CADASTRAL DO ALUNO (A)

NOME DO PAI: José Donato
NOME DA MÃE: Célia Ferreira Donato
NOME DO ALUNO: Célia Donato
LOCAL DO NASC. _____ ESTADO: _____
DATA DE NASC 24/04/82 Nº DO REG. _____
Nº DA CARTEIRA DE IDENTIDADE: _____ ESQ. _____
CLASSE OU SERIE: 1ºS PERIODO: _____
RESIDENCIA: ASSENTO CANAÃ
NOME DO COORDENADOR: Raimunda da Conceição de Oliveira

E.E.P.G. "FAZENDA SÃO BENTO"

FICHA CADASTRAL DO ALUNO (A)

NOME DO PAI: José Donato
NOME DA MÃE: Célia Ferreira
NOME DO ALUNO: Rafael Donato
LOCAL DE NASCIMENTO: _____ EST. _____
DATA DE NASCIMENTO: 08/01/86 Nº DO RG. _____
Nº DA CART. DE IDENTIDADE: _____ EST. _____
CLASSE OU SÉRIE: 3ºS
RESIDENCIA: ASSENTO CANÃA
NOME DO COORDENADOR: Raimunda da Conceição de Oliveira

[illegible]

[illegible]

NOME DO PAI: Francisco Borges da Silva
NOME DA MÃE: Josefa Francisca da Silva
NOME DO ALUNO: Francivaldo Borges da Silva
LOCAL DO NASC. _____ ESTADO: _____
DATA DE NASC. __/__/__ Nº DO REG. _____
Nº DA CARTEIRA DE IDENTIDADE: _____ EST. _____
CLASSE OU SERIE: 5º S PERIODO: _____
RESIDENCIA: ASSEMENTO CANÃA
NOME DO COORDENADOR: Raimunda da Conceição de Oliveira

Raimundo Poema
Marina

E.E.P.G. "FAZENDA SÃO BENTO"

FICHA CADASTRAL DO ALUNO(A)

NOME DO PAI: Francisco Borges da Silva
NOME DA MÃE: Josefa Francisca da Silva
NOME DO ALUNO: Reginaldo Borges da Silva
LOCAL DE NASCIMENTO: _____ EST. _____
DATA DE NASCIMENTO: __/__/__ Nº DO RG. _____
Nº DA CART. DE IDENTIDADE: _____ EST. _____
CLASSE OU SÉRIE: 5º S.
RESIDENCIA: ASSEMENTO CANÃA
NOME DO COORDENADOR: Raimunda da Conceição de Oliveira

ALUNOS QUE VÃO NECESSITAR O SUPLETIVO E O COLEGIAL O ANO QUE VEM(86).

DELEGACIA DE ENSINO DE MIRANTE DO PMA
E.E.P.G. "FAZENDA SÃO BENTO"

ALUNOS DO SUPLETIVO:

NOME: Anderson Fernandes de Lima TERMO:

DATA DE NASCIMENTO: 27/03/82, LOCAL DE NASCIMENTO:
Colorado, MUNICIPIO: Colorado
ESTADO: P. R., ESTÁ ESTUDANDO? SIM ☒ NÃO ☐
Raimunda Conceição de Oliveira Faria

NOME: Claudinéia Agostinha di Jaime TERMO:

DATA DE NASCIMENTO: 06/12/81, LOCAL DE NASCIMENTO:
Itaguajé, MUNICIPIO: Itaguajé
ESTADO: do Paraná, ESTÁ ESTUDANDO? SIM ☐ NÃO ☒

ALUNOS QUE ESTUDAM (ou pretende estudar) COLEGIAL:

NOME: Sivaldir da Silva Santos SÉRIE: 1º ano do 2º grau

DATA DE NASCIMENTO: 19/02/81, LOCAL DE NASCIMENTO:
Santo Inacio, MUNICIPIO: Santo Inácio
ESTADO: do Paraná ESTÁ ESTUDANDO? SIM ☐ NÃO ☒

NOME: Inês Gomes de Melo SÉRIE: 2º ano 2º grau

DATA DE NASCIMENTO: 25/12/66, LOCAL DE NASCIMENTO:
Itaguajé MUNICIPIO: Itaguajé
ESTADO: Paraná, ESTÁ ESTUDANDO?: SIM ☐ NÃO ☒
Raimunda Conceição de Oliveira Faria

S Sent. Paraná

NOME DO PAI: José Rodrigues da Silva

NOME DA MÃE: Francisca Maria de Jesus

NOME DO ALUNO: Maria Cecília da Silva

LOCAL DO NASC.: Icó ESTADO: Ceará

DATA DE NASC.: 16 / 09 / 78 Nº DO REG.

Nº DA CARTEIRA DE IDENTIDADE: Nº 13 EST.

CLASSE OU SERIE: 7ª Série PERÍODO: noturno

RESIDENCIA: ASSENTO CANÃO

NOME DO COORDENADOR: Raimunda da Conceição de Oliveira

E.E.P.G. "FAZENDA SÃO BENTO"

FICHA CADASTRAL DO ALUNO (a)

NOME DO PAI: José Rodrigues [illegible]

NOME DA MÃE: Francisca Maria de Jesus

NOME DO ALUNO: José Cleonildo Rodrigues

LOCAL DE NASCIMENTO: Santa Gracia EST. Paraíba

DATA DE NASCIMENTO: 20 / 10 / 79 Nº DO RG.

Nº DA CART. DE IDENTIDADE: Nº 15 EST.

CLASSE OU SÉRIE: 6ª Série

RESIDENCIA: ASSENTO CANÃO

NOME DO COORDENADOR: Raimunda da Conceição de Oliveira

E.E.P.G. "FAZENDA SÃO BENTO"

FICHA CADASTRAL DO ALUNO (A)

NOME DO PAI: Domício Leal
NOME DA MÃE: Elza Marinho Leal
NOME DO ALUNO: Elton Marinho Leal
LOCAL DO NASC. Santa Inácio ESTADO: Paraná
DATA DE NASC. 07/12/82 Nº DO REG.
Nº DA CARTEIRA DE IDENTIDADE: EST.
CLASSE OU SERIE: 6ºS PERIODO: A noite
RESIDENCIA: Assentamento Canaã
NOME DO COORDENADOR: Raimunda da Conceição de Oliveira

E.E.P.G. "FAZENDA SÃO BENTO"

FICHA CADASTRAL DO ALUNO (A)

NOME DO PAI: Manoel Elizário dos Santos
NOME DA MÃE: Marinete França de Oliveira
NOME DO ALUNO: Lucineia de Oliveira dos Santos
LOCAL DE NASCIMENTO: Santa Inácia EST. P.R.
DATA DE NASCIMENTO: 21/10/81 Nº DO RG.
Nº DA CART. DE IDENTIDADE: EST.
CLASSE OU SÉRIE: 4ºS.
RESIDENCIA: ASSENTAMENTO CANÃA
NOME DO COORDENADOR: Raimunda C. de Oliveira

E.E.P.G. "FAZENDA SÃO BENTO"

FICHA CADASTRAL DO ALUNO (A)

NOME DO PAI: Benedito Alves de Souza
NOME DA MÃE: Luzinete de Oliveira Souza
NOME DO ALUNO: Luciana de Oliveira Souza
LOCAL DO NASC. Santo Inácio ESTADO: P.R.
DATA DE NASC. 27/10/80 Nº DO REG.
Nº DA CARTEIRA DE IDENTIDADE: EST.
CLASSE OU SERIE: 60S. PERIODO: a Tarde
RESIDENCIA: ASSEMENTO CANAA
NOME DO COORDENADOR: Raimunda da Conceição de Oliveira

E.E.P.G. "FAZENDA SÃO BENTO"

FICHA CADASTRAL DO ALUNO (A)

NOME DO PAI: Jozen José Dias
NOME DA MÃE: Benedita Berlomina Dias
NOME DO ALUNO Juarez Dias
LOCAL DE NASCIMENTO: Santo Inacio EST. Paraná
DATA DE NASCIMENTO: 13/12/67 Nº DO RG.
Nº DA CART. DE IDENTIDADE: nº 17 EST.
CLASSE OU SÉRIE: 50S
RESIDENCIA: ASSEMENTO CANAA
NOME DO COORDENADOR: Raimunda da Conceição de Oliveira

E.E.P.G. "FAZENDA SÃO BENTO"

FICHA CADASTRAL DO ALUNO (A)

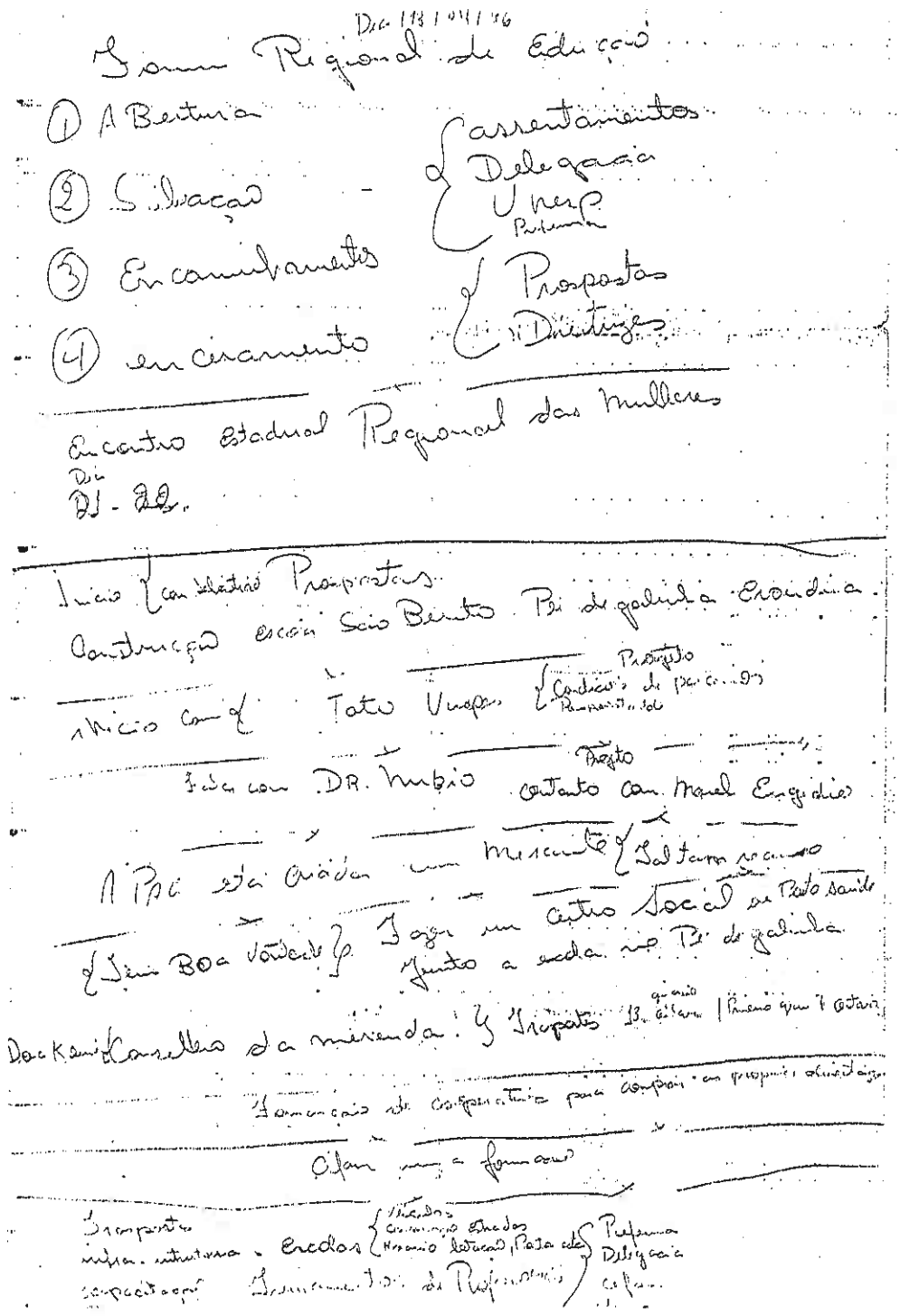
NOME DO PAI: Givaldo Lopes Ferreira
NOME DA MÃE: Ironete Rosa da Silva Ferreira
NOME DO ALUNO: Cristiane Lopes Ferreira
LOCAL DO NASC. São Paulo ESTADO: S. P.
DATA DE NASC. 04/04/87 Nº DO REG. 40-079370-2
Nº DA CARTEIRA DE IDENTIDADE: EST.
CLASSE OU SERIE: 5º S. PERÍODO:
RESIDENCIA: Sítio Abiratan
NOME DO COORDENADOR: a Raimunda C. O. F.

E.E.P.G. "FAZENDA SÃO BENTO"

FICHA CADASTRAL DO ALUNO (A)

NOME DO PAI: Givaldo Lopes Ferreira
NOME DA MÃE: Ironete Rosa da Silva Ferreira
NOME DO ALUNO: Wilian Lopes Ferreira
LOCAL DE NASCIMENTO: São Paulo EST. S. P.
DATA DE NASCIMENTO: 19/11/83 Nº DO RG. 45.095.461-4
Nº DA CART. DE IDENTIDADE: EST.
CLASSE OU SÉRIE: 6º S.
RESIDENCIA: Sítio Abiratan
NOME DO COORDENADOR: a Raimunda C. O. F.

ANEXO E: Fórum Regional de Educação



71ª lugar de antes com, não o programa
os representantes ão:
2ª reunião em todos assentamentos
3ª precisa que a imprensa tome conhec.
4ª envolver prefeitura todos orgãos
5ª Barão Assinado
6ª Assembleia geral estado

Segunda Canaã
Seiça 10:30 horas.
Pagamento canaã
2:30 horas. Sexta

ANEXO F: Convite de participação do Fórum de Educação em Mirante do Paranapanema

"JOSÉ GOMES DA SILVA"
DEPARTAMENTO DE ASSENTAMENTO FUNDIARIO - DAF
COORDENADORIA REGIONAL AREA VIII

N.º 002/97 Mirante do Paranapanema, 22 de abril de 1997.

Presado Senhor:

Vimos através deste, convidar Vossa Senhoria, para participar do Fórum da Educação, do ano de 1997, a realizar-se no dia vinte e seis de abril de 1.997, no Rotary Club desta cidade, com inicio as 09:00 hs., conforme pauta em anexo.

Contamos com a presença de Vossa Senhoria.

Atenciosamente,

Assistente Social Lurdes Acedo
ITESP/DAF/CR.VIII
Mirante do Pma

ANEXO G: Abaixo-assinado das famílias assentadas reivindicando melhorias e ampliação do prédio escolar da Escola Estadual de Primeiro Grau Fazenda São Bento

ABAIXO ASSINADO:

FAMÍLIAS ASSENTADAS REIVINDICANDO MELHORIAS E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE PRIMEIRO GRAU "FAZENDA SÃO BENTO", MUNICÍPIO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA.

NOME

Luiz Gomes de melo Oliveira
Alice Sebastião de Oliveira
Evaneto Rosa da Silva Ferreira.
[illegible]
Maria apª do N. Thomazin
Luiz Carlos [illegible]
José [illegible]
[illegible]
Luzinete de Oliveira Souza
Israel do Santo Bento
Creuza Vieira da Silva Santos
[illegible] Santos
[illegible] dos Santos
Maria Vieira da Silva dos Santos
Benedita Belarmina Dias
Marinete Franca de Oliveira dos Santos
[illegible] Santos
Luiz Ricardo dos Santos
Lucinéia de Oliveira dos Santos
Genaldi de Oliveira
Luzenira de Oliveira Dias
Valdis José Dias
Julio [illegible] Soares
Raimunda da C. [illegible] Faria

ANEXO H: Assunto: Ampliação ou construção do prédio escolar da EEPSG. Fazenda São Bento

Mirante do Paranapanema, 20 de março de 1 998.

OFÍCIO ESPECIAL

ASSUNTO: AMPLIAÇÃO OU CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO ESCOLAR DA EEPSG. FAZENDA SÃO BENTO.

Senhor Secretário:

Representando os Coordenadores de Educação dos Assentamentos: King Meat, Canaã, São Bento, Santana, Santo Antonio, Haroldina, Arco Iris, Santa Apolônia, Marco Dois, Santa Cruz e Alvorada, venho pelo presente solicitar a Vossa Excelência que interceda junto a Sra. Secretária da Educação, Professora Rose Neubauer, afim de que se efetue obras de melhoria na EEPSG. Fazenda São Bento, com a maior urgência possível.

Como Coordenadora de Educação de Assentamento e membro do Conselho de Escola, requeri junto à Direção da Escola informações sobre as obras de melhoria do prédio, a mesma nos informou que havia efetuado no ano letivo anterior, via Delegacia de Ensino, todas as solicitações de melhorias necessárias, sendo que até o referido momento não havia recebido qualquer informação referente às solicitações.

A nossa escola, que no ano passado atendeu 370 (trezentos e setenta alunos), com a mudança dos assentados para os seus lotes definitivos, está atendendo neste ano cerca de 540 (quinhentos e quarenta) alunos, inclusive alunos de ensino médio (1° Colegial); como o prédio escolar não tem estrutura adequada para suportar esta demanda, nossos filhos para prosseguir seus estudos vem passando por situações inaceitáveis como: não ter lugar par se alimentar (a escola não possui pátio), utilizar banheiros imundos (os banheiros não suportam a demanda, pois são apenas 4 vasos sanitários,2 por sexo, para os 540 alunos).

Para demonstrar bem a situação de calamidade que a escola apresenta, estamos enviando uma fita de vídeo em anexo. Acreditamos que a Senhora Secretária da Educação não tenha conhecimento desta situação de descalabro, motivos pelos quais estamos solicitando este favor, afim de que estas informações possam chegar até a mesma.

Visando uma melhor orientação, estou resumindo abaixo o quadro de alunos da escola, as deficiências do prédio, as construções e as aquisições de equipamentos necessários para que a mesma se torne uma escola pública comum:

Manhã : (ensino fundamental) = 157 alunos
Tarde: (ensino fundamental) = 210 alunos
Noite: (ens. Fundamental e médio) = 174 alunos
Total = 541 alunos

PROFESSORES;
09 professores de 1ª `a 4ª séries
14 professores de 5ª à 8ª séries e 1° colegial

DEFICIÊNCIA DO PRÉDIO ESCOLAR:

- Só possui 4 (quatro) salas de alvenaria(existe outra três de madeira, construídas emergencialmente e inadequadas, onde atende-se o 1° Colegial);
- Falta de pátio para a alimentação dos alunos;
- Cozinha inadequada pela demanda (pequena);
- Não possui depósito para a guarda da merenda;
- Não possui almoxarifado;
- Os banheiros dos alunos são indadequados(só 2 vasos por sexo);
- Banheiro dos professores inadequado(só um e sem chuveiro);
- Falta de sala do Coordenador ;
- Sala dos Professores idadequada(pequena);
- Sala da Diretoria inadequada(pequena);
- Sala da Secretaria inadequada(pequena);
- Falta de salas para: Laboratório, Biblioteca e Vídeo;
- Falta de quadra de esportes.

CONSTRUÇÕES NECESSÁRIAS:

- Ampliação das dependências existentes(com exceção das salas de aula);
- Construção de: pátio coberto, cantina, depósito para a merenda, cozinha mais ampla, depósito para material de limpeza, sala de Educacão Física, 4 salas de aula, sala para biblioteca, sala para laboratório, sala para vídeo, quadra de esportes, banheiros para os alunos com vestiário, banheiro para os Professores(masculino e feminino).

EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS:

- Kit tecnológico (antena e televisão);
- Kit para laboratório;
- Acervo para a biblioteca;
- Microcomputadores;

Estamos encaminhando ainda, croqui do prédio construído(escola atual em vermelho) e as ampliações solicitadas e necessárias. Encaminhamos também croqui de construção de uma nova escola (o que seria mais viável), para atendimento dos alunos do ciclo II do ensino fundamental e os alunos do ciclo médio, não necessitando neste caso de ampliação das dependências do prédio atual, pois passaria a atender sómente os alunos de 1ª 4ª séries.

Conforme o exposto, estamos enviando todas as sugestões possíveis, para que se faça as melhorias necessárias com urgência, propiciando um atendimento normal aos nossos filhos (da forma como está os pais não aceitam mais).

Estamos solicitando este favor ao Senhor, como último meio para que a Senhora Secretária da Educação nos atenda na forma legal; passados 30(trinta) dias e caso não tenhamos uma resposta da Secretaria da Educação a esta solicitação, é intenção de todos os pais entregar a cópia deste documento à liderança nacional do MST, para que se faça uma divulgação na imprensa (rádio e televisão) à nível nacional, da situação intolerável que os nossos filhos estão passando para poder estudar.

Certos de que Vossa Excelência nos prestará este grande favor, visando uma melhor atendimento educacional para os nossos filhos, antecipadamente agradecemos.

Atenciosamente,

Mª Nazaré da Silva

Maria Nazaré da Silva
RG-18.134.200
Representante dos Coord. de Educação dos Assentamentos atendidos pela "EEPSG Fazenda São Bento"

Excelentíssimo Senhor
Dr. Belisário dos Santos Júnior
DD. Secretário da Justiça e da Cidadania
São Paulo - Capital

ANEXO I: Resumo do I Encontro Estadual de Mulheres Assentadas do Estado de São Paulo

CONDIÇÃO E DIREITOS DAS MULHERES

- Maior participação feminina nas reuniões dos assentamentos.
- Assistência jurídica em questões trabalhistas, agressões físicas, opressão moral, maternidade etc.
- Formação política para conhecer as competências e atribuições dos Órgãos Públicos.
- Aposentadoria aos 50 anos para as trabalhadoras rurais.

CIDADANIA, SAÚDE, EDUCACÃO E LAZER - REIVINDICACÕES

Educação

- Construção, ampliação e reforma nas escolas
- Melhoria na qualidade de ensino das escolas rurais
- Transporte para os estudantes
- Merenda escolar Segurança
- Alfabetização de adultos
- Cursos supletivos
- Prioridade para erradicação do analfabetismo

Saúde

- Postos de saúde equipados
- Ambulatórios nas escolas com primeiros-socorros
- Tratamento dentário
- Exames médicos preventivos
- Ambulância
- Campanha com palestras e orientação sobre doenças contagiosas e o perigo das drogas
- Preparação na área da saúde de uma coordenadora assentada por projeto
- Telefone público
- Lazer - Salões comunitários (festas/eventos culturais)
- Quadras poli-esportivas
- Parques infantis

AGRICULTURA FAMILIAR

- Participação das mulheres na produção.
- Importância da diversificação na produção e do autoconsumo.
- Condições (infra-estrutura e recursos) para produzir fora de época.
- Resolver o problema do endividamento.

- Direito de assinar projetos e documentos relacionados ao lote (co-titularidade).
- Realização periódica de oficinas técnicas entre as equipes de campo do DAF e a família assentada para discutir as perspectivas de exploração do lote.

PROJETOS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

- Interesse em trabalhar com o beneficiamento e processsamento dos produtos agrícolas.
- Eliminar intermediários.
- Apoio do Governo para garantia de preços na comercialização.
- Orientação dos técnicos para o direcionamento da produção no mercado
- Obtenção de 10% dos recursos orçamentários do DAF, INCRA e entidades afins
- Estes financiamentos devem ser subsidiados.
- A análise sobre a viabilidade técnica e econômica dos projetos deveria ser discutida com as famílias de forma participativa.

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E AÇÃO

- Durante o Encontro, várias maneiras foram apontadas para buscar a maior participação das mulheres no desenvolvimento integral dos assentamentos:
- Reuniões mensais entre as mulheres no assentamento
- Encontros Regionais e Estadual.
- Organização através de Comissões, Associações c Cooperativas.
- Fortalecer a conscientização das assentadas para serem mais participativas.
- Utilizar espaços dos Centros Comunitários para reunião e lazer (convivência).
- Elaborar propostas e projetos em conjunto para melhorar as condições sociais e aumento da renda familiar.
- Formar a Coordenação Estadual das Mulheres Assentadas.

ANEXO J: Pauta da reunião do dia 17.11.98

Pauta da Reunião
dia 17/11/98

Tratar do assunto da ~~associação~~ associação colocar no papel.

Todos os problemas que se existir nas, ais o frente ao grupo de mulheres, tem que fazer reunião para as outras companheiras, para analizar os problemas e tentar ajudar.

Se existir problemas sobre saúde e educação fazer uma reunião antes com o grupo pra ver se vai ajudar ou vai complicar as situação, ter opinião de todas juntas para que não haja pinguinhagem. depois a que for se associar no papel, ~~não pode~~ tem que saber que isso é sério não pode ter desistindo de qualquer maneira como antes de estar no papel. Porque quando se faz no papel a responsabilidade é maior

Vai existir as eleições cada 1 a dois anos.

Para registrar a associação vai ficar
nus 36.000 reais para ser dividido
para todas.

Na questão de cooperativa estive
conversando com à Maju sobe o
nosso resfriador no assentamento ela ficou
e ver e essa semana estaria
dando a resposta para mim.
E tambem temos de conversar
com o Klebis para arrumar
uma sala de uma dessas
sede para nós da associação
esta se reunindo

ANEXO L: Protocolo nº69566/3102/98 ap 74374/3102/98ª74373/3102/98

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE ENSINO DO INTERIOR

PROTOCOLO: *69566/3102/98Ap743774/3102/98ª74373/3102/98*
INTERESSADO: *Mirante do Paranapanema /EEPSG Fazenda São Bento/DE de Mirante do Paranapanema*
INFORMAÇÃO: *1451//98*
ASSUNTO: *Solicitações Diversas*

Tratam os expedientes de solicitações dos Coordenadores de Educação dos Assentamentos Rurais ,Pais de Alunos e Membros do Fórum da Educação de Mirante de Paranapanema dirigidos ao .Sr Governador do Estado de São Paulo solicitando melhorias para a EEPSG Fazenda São Bento que atende os alunos de todos os Assentamentos Rurais da Região. Solicitam: construção de salas de aula , de pátio para a alimentação ,cozinha inadequada, almoxarifado, banheiros, quadra esportiva, e demais dependências administrativas; equipamentos para a escola e transporte para os alunos.

Sobre o assunto esta Coordenadoria de Ensino informa que já estão sendo construídas pela Associação de Pais e Mestres/FDE.quatro salas de aula,colocação de piso, adequação de local para servir a merenda, troca de forro das áreas administrativas.

Com referência às demais solicitações a Secretaria de Estado da Educação repassa recursos financeiros para a aquisição do material necessário ao atendimento da proposta pedagógica da U.E.

Quanto ao transporte dos alunos à escola, o município e a prefeitura local procuram atender da melhor maneira possível.

Diante do exposto somos pelo encaminhamento dos autos ao Gabinete da Senhora Secretária da Educação para as providências pertinentes.

À consideração superior.

São Paulo, 07 de dezembro de 1998.

Maria Luísa de Sousa Drague
RG.: 3.826.595

De acordo.
Encaminhe-se ao Gab.SE conforme o proposto

Midori Sano
RG 3.287.128-4
Coordenadora de Ensino do Interior

69566np74374 74373 MLSD mlsd

ANEXO M: Ref.: Protocolo nº 74374

GABINETE DO GOVERNADOR
DO
ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo, 11 de Janeiro de 1999

OGG EH 0081/99

Ref.: Protocolo n.º 74374

Prezados Senhores,

Referimo-nos ao abaixo assinado endereçado ao Senhor Governador, Mário Covas, pela qual V.Sas. solicitam a ampliação/construção do prédio da EEPG. "Fazenda São Bento".

Antes de abordarmos o assunto em pauta cumpre-nos ressaltar que a demora desta resposta deveu-se a impedimentos de ordem operacional.

Encaminhamos o seu pedido à Secretaria da Educação que lhes dedicou especial atenção e manifestou-se através do expediente n.º 145/98, datado de 07/12/98, cuja cópia anexamos a título de resposta.

Aproveitamos a oportunidade para enviar-lhes os nossos cumprimentos.

Atenciosamente,

ELIZABETH HERMANO

Aos
PAIS DE ALUNOS DA EEPG. "FAZENDA SÃO BENTO" e assentados nas áreas denominadas Projetos de Assentamento
MIRANTE DO PARANAPANEMA –SP.
CFV/cfv

RESULTADOS DA ESCOLA

CICLO II DO ENSINO FUNDAMENTAL - LEITURA E ESCRITA - Tarde

Escola: 922559 FAZENDA SAO BENTO
Diretoria de Ensino: 20909 MIRANTE DO PARANAPANEMA Coordenadoria: CEI

PARTICIPAÇÃO NA AVALIAÇÃO E DESEMPENHO GERAL DA ESCOLA

ABRANGÊNCIA

Aluno		
Previsão	Participação	% Participação
17	16	94,1

DESEMPENHO

Índices Estatísticos		
Média	% de Acerto	Desvio Padrão
20,0	66,7	5,6

RESULTADOS DA ESCOLA POR HABILIDADE - % de Acerto e Classificação por Item

TIPO DE TEXTO	HABILIDADE	ITEM	Nº de Alunos	% de Acerto	Classificação do Item
Instrucional (Manual)	Localizar informação solicitada no texto.	01	15	93,8	MF
	Inferir informação a partir de elementos presentes no texto.	02	9	56,3	M
	Analisar recurso lingüístico recorrente – o emprego de expressões adverbiais para orientar aspectos da execução dos procedimentos.	03	9	56,3	M
	Analisar recurso lingüístico recorrente – o emprego das formas verbais para orientar a seqüência dos procedimentos.	04	14	87,5	MF
Epistolar (Requerimento)	Localizar índices que permitam reconhecer o tratamento dado ao destinatário do texto.	05	14	87,5	MF
	Identificar a finalidade do texto.	06	10	62,5	M
	Reconhecer os argumentos apresentados para fundamentar ou justificar a solicitação feita.	07	7	43,8	M
	Identificar marcas que caractenzam o registro formal da língua.	08	9	56,3	M
Imprensa (Notícia)	Reconhecer o assunto principal do texto.	09	4	25,0	D
	Inferir, a partir de elementos presentes no próprio texto, situações de ambigüidade ou ironia.	10	12	75,0	F
	Reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação.	11	9	56,3	M
	Reconhecer os argumentos apresentados para fundamentar a posição assumida pelo autor.	12	12	75,0	F
	Reconhecer o efeito de sentido decorrente de determinada escolha lexical.	13	11	68,8	F
Publicitário (Propaganda)	Identificar índices que permitam reconhecer o público-alvo do texto.	14	15	93,8	MF
	Inferir informação a partir de elementos presentes no próprio texto.	15	13	81,3	F
	Estabelecer relação de sentido entre o texto e o uso de recursos gráfico-visuais.	16	13	81,3	F
	Reconhecer os argumentos apresentados para convencer o leitor a consumir determinado produto.	17	10	62,5	M
Divulgação científica (Verbete de enciclopédia)	Reconhecer o tema do texto.	18	15	93,8	MF
	Estabelecer relação entre informações presentes no texto.	19	12	75,0	F
	Interpretar passagens do texto, utilizando informações constantes em tabelas, figuras.	20	12	75,0	F
	Analisar recurso lingüístico recorrente – emprego de processo de adjetivação através de subordinadas adjetivas.	21	4	25,0	D
	Analisar recurso lingüístico recorrente – uso de formas passivas do verbo.	22	7	43,8	M
Literário	Reconhecer o gênero selecionado a partir de suas características estruturais.	23	11	68,8	F
	Inferir informação a partir de elementos presentes no próprio texto.	24	12	75,0	F
	Associar um termo ou expressão a seu referente no texto.	25	9	56,3	M
	Relacionar o ponto de vista do narrador com o desenvolvimento do enredo.	26	9	56,3 ↓	M
	Reconhecer o conflito narrativo.	27	15	93,8 ↑	MF
	Estabelecer relação de causalidade entre os episódios narrados.	28	11	68,8 ↓	F
	Identificar marcas que caracterizam o registro formal da língua.	29	9	56,3	M
	Analisar o efeito de sentido decorrente da utilização de recurso ortográfico.	30	8	50,0 ↓	M

DISTRIBUIÇÃO DOS ITENS DA PROVA - GRAU DE DIFICULDADE

CLASSIFICAÇÃO DOS ITENS		
% de Acerto	Classificação	% da Escola
86 a 100	MF – muito fácil	20,0
66 a 85	F – fácil	33,3
36 a 65	M – mediano	40,0
16 a 35	D – difícil	6,7
0 a 15	MD – muito difícil	0,0

↓ acima da média da Diretoria

ANEXO N: Avaliação temática do II Encontro Estadual de Mulheres Assentadas no Estado de São Paulo

Resumo das discussões em grupo

No Teatro

As assentadas se identificaram no teatro, pois todas lembram da luta inicial pela terra e do sofrimento pelo qual as famílias acampadas passaram.

A manipulação e a falta de compromisso dos políticos com suas promessas, conforme apresentou o teatro, foram destacadas pelas assentadas, pois retratam a realidade.

Por outro lodo, ponderaram que a história de cada assentamento é diferente e há ainda situações piores de conflito e violência do que as apresentadas pelo teatro.

Lembraram também da falta de infra-estrutura em vários assentamentos (energia elétrica, estrada, posto de saúde, lazer, etc). Nestes casos, ressaltaram a necessidade de pressionar o Estado, embora sem esperar que os políticos resolvam todas as questões, pois a comunidade, antes de tudo, precisa estar organizada.

A coragem para enfrentar as dificuldades e a união foram apontadas como os principais requisitos para mudar a situação.

Pela qualidade de vida

As assentadas manifestaram interesse nesta questão, lembrando que organização e limpeza geram bem estar, saúde e disposição para o trabalho.

As palestras e apresentações sobre o tema despertaram idéias de como buscar melhores condições de vida nos assentamentos, embora haja diferenças na realidade de cada local, que devem ser respeitadas. A principal mensagem foi a de que a união da comunidade é fundamental para o êxito de qualquer iniciativa.

Quanto ao meio ambiente, citaram a importância de preservação da mata ciliar, do plantio de árvores, de projetos de embelezamento da paisagem, projeto de coleta seletiva de lixo e programa de medicina alternativa com plantio de ervas medicinais.

Discutiu-se também a necessidade do apoio das Prefeituras, Secretaria da Promoção Social e outras entidades como a CESP e o IPÊ para viabilizar estes projetos. Apontaram

principalmente a importância da conscientização das famílias através de divulgações, reuniões e do exemplo de cada um em sua própria casa, respeitando a forma que a família possui de organizar seu espaço.

A família

A família para as mulheres assentadas deve ser bastante unida, representar amor, carinho, paz e fé em Deus.

Lembraram que o início da formação de uma pessoa ocorre na família e que, se as relações familiares estão com problemas, estes se refletirão na comunidade.

O diálogo e o respeito foram bastante citados como sendo de fundamental importância na relação pais/filhos. Consideram necessário conversar em família, dar atenção e ouvir as opiniões de todos para decidirem em conjunto.

A crise econômica foi apontada como o fator de desestruturação da família, que perde sua dignidade diante dos problemas econômicos. Lembraram que a renda familiar deve ser suficiente para garantir a educação dos filhos e que, de forma geral, a família também precisa ter acesso a saúde, educação, crédito e todos os outros benefícios sociais.

A comunidade

A comunidade, na opinião das assentadas, precisa ser mais participativa e unida. A consciência sobre os direitos e deveres, o respeito mútuo, a responsabilidade, a força de vontade, a confiança e a solidariedade foram citadas como importantes para a vida em comunidade.

A sociedade capitalista foi criticada pela falta de igualdade entre as classes sociais, gerando fome, desemprego e individualismo.

Para melhorar a convivência da comunidade nos assentamentos, apontaram a importância de organizar reuniões, discussões com os técnicos do ITESP,
festas e outras formas de lazer.

As assentadas consideram que mudar a comunidade é contribuir para uma vida melhor para os filhos, com mais educação e solidariedade.

Os órgãos públicos

Os órgãos públicos, segundo as assentadas, deveriam atuar com mais justiça e cumprir seu papel na garantia dos direitos dos cidadãos. As autoridades deveriam tratar os assentados com mais respeito e não agir como se precisassem de esmolas.

Em relação à Reforma Agrária, citaram que o Governo Estadual deve adquirir mais fazendas para assentar um maior número de famílias que sofrem com o desemprego, e apoiar o ITESP para trabalhar mais e melhor nos assentamentos.

Também lembraram que muitas vezes os recursos conquistados para os assentamentos perdem-se no caminho por causa da burocracia e, ao invés de contribuir, alguns órgãos acabam por atrapalhar o processo da Reforma Agrária.

Por outro lado, a comunidade deve lutar pelos seus objetivos com força de vontade e jamais esperar que os órgãos públicos iniciem os projetos, pois estes devem ser procurados somente quando a comunidade já estiver organizada.

As assentadas avaliam que os órgãos públicos deveriam conhecer melhor a realidade do campo, entender a luta pela terra, melhorar a Política Agrícola e trabalhar por uma Reforma Agrária sem violência.

Outras sugestões e reivindicações para projetos de ação:

- Conversar com grupos e espalhar cartazes nas agrovilas visando a melhoria da qualidade de vida e da organização.
- Envolver os filhos adolescentes no dia-a-dia das questões do lote.
- Lutar junto às instâncias públicas para criação de projetos de geração de empregos e cursos profissionalizantes para os jovens.
- Obter terra para os filhos de assentados.
- Projeto de encontro de jovens para tratar sobre a luta da produção.
- Procurar parcerias para a população assentada.
- Criação de projeto paisagístico para os assentamentos pela CESP e IPÊ .
- Incentivar as práticas de mutirões diversos.
- Estimular a troca de informações entre as mulheres.
- Atendimento de assistência social nos lotes.

ANEXO O: Roteiro de questões para discussão

ROTEIRO DE QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1) O que você viu no teatro hoje tem a ver com a realidade de sua comunidade? Qual é sua opinião sobre estas situações?

2) Das experiências relatadas pelo grupo "Qualidade de Vida", o que mais chamou a sua atenção? Como fazer isto acontecer na sua comunidade?

3) Como vocês gostariam que fossem as relações humanas entre:

- Família
- Comunidade
- Órgãos Públicos Municipais, Estaduais e Federais

4) Elaborar um símbolo p/ o próximo encontro.

ANEXO P: Resoluções do 3º Encontro Estadual de Mulheres Assentadas e Remanescentes de Quilombos.

1. QUANTO A POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS ASSENTAMENTOS E AS MULHERES

Saúde

- Garantia de atendimento, pronto socorro, médico ginecologista e vacinação – implantação do Programa de Saúde da Família.

- Atendimento itinerante para doenças sexualmente transmissíveis, drogas e outras medidas preventivas.

Educação

- Alfabetização de adultos, cursos para mulheres (secundário e superior)

- Esporte, cultura e lazer

Participação das mulheres nos conselhos tutelares dos adolescentes, da saúde, da educação, da assistência social e da agricultura.

2. QUANTO A INFRA-ESTRUTURA

- a habilitação – crédito de habitação para todos os assentados

- Água, energia, estradas, transportes, telefonia, destoca, calcário para todos os assentados.

3. QUANTO À CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO

- Educação continuada das mulheres, incluindo o apoio ao estudo de nível superior.

- Cursos nas áreas de interesse e necessidade das mulheres (informática, agroindústria, administração e gerenciamento etc.)

4. QUANTO AO MEIO AMBIENTE

- Realizar parcerias com as prefeituras e outros órgãos para trabalhar com reciclagem de materiais.

- Incentivar ações de preservação da mata ciliar, áreas de reserva, rios e lagos.

5. QUANTO A POLÍTICAS DE CRÉDITO

- Participação dos assentados nos conselhos do Pronaf, Banco do Povo e Feap.

- Garantia de uma porcentagem dos recursos de crédito para as mulheres.

- Imediata criação do fundo de aval do Pronaf.

- Participação prioritária para as mulheres nos programas do Itesp.

6. QUANTO AOS RECURSOS DO ORÇAMENTO DO ESTADO

- Garantir a participação das mulheres na elaboração do Orçamento Participativo.

- Imediata suplementação dos recursos do ITESP para atender não só as demandas prioritárias, mas atender a todos os Projetos de Assentamento.

7. QUANTO A ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS

- Apoio efetivo e contínuo a associações e cooperativas

- Realizar parcerias com prefeituras para criar centro de integração e comercialização dos produtos dos assentados.

- Instalação de telefones públicos para agilizar a comercialização dos produtos.

8. PARTICIPAÇÃO NAS DEFINIÇÕES DAS LEIS E PORTARIAS PARA PRODUTOS ARTESANAIS.

9. Assinatura urgente dos convênios INCRA/ITESP (arrecadação de terras e assistência técnica).

10. QUANTO A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES

- AUTONOMIA – independência política do Estado.

Fica criada a organização das mulheres do Estado de São Paulo, contemplando todas as tendências políticas existentes nos assentamentos e que se organizará em comissões regionais e comissão estadual.

Serão realizados encontros regionais em um prazo de seis meses s será realizado o encontro estadual no prazo de um ano.

O local do próximo encontro estadual será em Araraquara.

Promissão, 07 de maio de 2000

ANEXO Q: Tabulação de dados do 3º Encontro de Mulheres Assentadas do Estado de São Paulo

DIAS 5, 6 E 7 DE MAIO DE 2000 - PROMISSÃO – SP

Com a finalidade de organizar atividades de capacitação, solicitadas por senhoras assentadas e por grupos de produção, com a intenção de melhorar a qualidade de vida e do trabalho, solicitamos que responda as questões abaixo:

01 – Questionários respondidos: 159 assentamentos – 8 quilombos

02 – Na sua comunidade existem violência, brigas ou outros problemas sociais?

(160) SIM 95,8% (07) NÃO 4,19%

Se existem, quais são?

(57) Consumo de drogas - 34,13%
(137) Consumo de álcool - 82%
(80) Brigas entre crianças e adolescentes na escola ou no transporte escolar – 47,90%
(60) Brigas entre adultos - 35,90%
(67) Jovens que engravidam cedo - 40,10%
(22) Violência sexual - 13,20%
(65) Violência contra mulher - 38,90%
(95) Roubo/Furto - 56,90%
(70) Falta de cuidados com telefone comunitário, escola, barracão, etc. – 41,90%
(141) Falta união, colaboração, companheirismo - 84,43%
(18) Outros: 10,80%

Dos problemas citados, quais você gostaria de resolver em:

1° lugar: Falta união, colaboração, companheirismo 59,90%

2° lugar: Consumo de álcool - 54,59%

3° lugar: Roubo/Furto 26,30%

03 - Na sua comunidade existem grupos organizados?

(120) SIM – 71,90% (47) NÃO - 28,10%

ANEXO R. Comissão provisória democraticamente eleita no 3° Encontro de Mulheres Assentadas do Estado de São Paulo

Regional	Nomes
Andradina	Dalva Passos dos Santos
	Débora
Promissão	Adélia Oliveira Farias
	Luzia
Presidente Bernardes	Aparecida Adriana J. Gomes
	Maria Constância B. de Miranda
Porto Feliz	Suzi Alves
	Maria do Carmo P. Geraldo
Eldorado/Quilombos	**Maria Gonçalves da Fonseca**
	Gelsa Pedrosa de M. Pinto
Presidente Venceslau	Dora
	Isabel Janjacomo
Mogiana	Rosa Maria Montelatto
	Cecília Rosa Prado
Araraquara	Maria Aparecida de Oliveira
	Wanderléia Diniz Nenow
Teodoro Sampaio	Marta Fernandes de Souza
	Maria José da Silva Lacerda
Tremembé	Vera Lúcia Souza Silva
	Maria Delza Dias
Mirante do Paranapanema	Maria Nazaré da Silva
	Maria Elza da Silva
Itapeva	Maria Helena R. da Silva
	Ivanilde Batista da Silva
Primavera (XV de Novembro)	Eleonice
	Marinalva Meireles

ANEXO S: Fac-símile

APR-27-04 09:30 FM ALMOXARIFADO 2811777

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE ENSINO DO INTERIOR
DELEGACIA DE ENSINO DE MIRANTE PARANAPANEMA
E.E. FAZENDA SÃO BENTO
BAIRRO ENGENHEIRO VERAS – MIRANTE DO PARANAPANEMA

HISTÓRICO DA FEPG. FAZENDA SÃO BENTO

A atual EEPG. Fazenda São Bento, criada conf. Dec. 40.824 de 10/05/96 (Do. De 11/05/96) e instalada conf. Res. SE-75 de 11/06/97 (DO. De 12/06/97), localiza-se no Bairro Engenheiro Veras, zona rural do município de Mirante do Paranapanema que fica a 27 quilômetros da sede do município.

A escola localiza-se em área de assentamentos rurais e atende exclusivamente filhos de assentados, das seguintes áreas: King Meat, Canaã, São Bento, Haroldina, Arco-Iris, Santa Polônia, Estrela Dálva, Santana, Santa Cruz e Alvorada.

No ano letivo de 97, frequentaram esta U.E. 375 alunos de 1ª à 8ª séries; no ano letivo de 98, a escola passou a atender também alunos do grau médio com formação de 1 classe de 1ª série e frequência de 437 alunos.

A Escola mantém toda a base da construção inicial de 322,38m2 , com 4 (quatro) salas de aulas; no ano de 98, devido a demanda crescente, houve a construção de mais 4 (quatro) salas de aulas. Atualmente a escola possui 8 (oito) salas de aulas, atendendo alunos do ciclo I e II do ensino fundamental e o 2º ano do ensino médio tendo neste ano uma demanda de 628 alunos nos períodos da manhã, tarde e noite; tendo o prédio escolar uma área construída de 638,38m2.

O terreno onde localiza-se a Escola é área de núcleo central dos assentamentos e ainda está para ser definida pelo ITESP. O terreno utilizado provisoriamente (vai ser expandido) e cercado de alambrado medo 5.898m2.

Há necessidade de se adequar algumas dependências (sala dos professores, secretaria e diretoria) que tem espaço restrito. A cozinha e o pátio estão funcionando de forma provisória, aguardando-se a construção de um pátio com as dependências adequadas (cozinha, depósito para merenda, almoxarifado, espaço para servir a merenda, cantina, etc).

Com relação as atividades esportivas, aguarda-se também a construção de uma quadra de esportes, destinadas às aulas de educação física e outras atividades.

ANEXO T: Resultado do SARESP da Escola Fazenda São Bento (2002)

Saresp 2002

RESULTADOS GERAIS - DIRETORIA DE ENSINO/COORDENADORIA/ESTADO
CICLO II DO ENSINO FUNDAMENTAL - LEITURA E ESCRITA - Tarde

Diretoria de Ensino: 20909 MIRANTE DO PARANAPANEMA — Coordenadoria: CEI

PARTICIPAÇÃO NA AVALIAÇÃO E DESEMPENHO GERAL

ABRANGÊNCIA / DESEMPENHO

	Aluno			Índices Estatísticos		
Instâncias	Previsão	Participação	% Participação	Média	% de Acerto	Desvio Padrão
Diretoria de Ensino	130	121	93,1	17,6	58,7	5,0
Coordenadoria	30.879	30.502	98,8	19,9	66,5	4,8
Estado	56.036	55.618	99,3	19,7	65,7	4,8

RESULTADOS POR HABILIDADE - % de Acerto

TIPO DE TEXTO	HABILIDADE	ITEM	% DE ACERTO		
			Diretoria de Ensino	Coordenadoria	Estado
Instrucional (Manual)	Localizar informação solicitada no texto.	01	66,9	75,1	72,9
	Inferir informação a partir de elementos presentes no texto.	02	57,9	70,6	69,2
	Analisar recurso lingüístico recorrente – o emprego de expressões adverbiais para orientar aspectos da execução dos procedimentos.	03	43,0	62,3	60,0
	Analisar recurso lingüístico recorrente – o emprego das formas verbais para orientar a seqüência dos procedimentos.	04	81,8	89,0	88,4
Epistolar (Requerimento)	Localizar índices que permitam reconhecer o tratamento dado ao destinatário do texto.	05	84,3	84,8	83,7
	Identificar a finalidade do texto.	06	51,2	56,0	55,3
	Reconhecer os argumentos apresentados para fundamentar ou justificar a solicitação feita.	07	60,3	66,0	65,0
	Identificar marcas que caracterizam o registro formal da língua.	08	57,9	61,6	62,1
Imprensa (Notícia)	Reconhecer o assunto principal do texto.	09	41,3	51,6	52,4
	Inferir, a partir de elementos presentes no próprio texto, situações de ambigüidade ou ironia.	10	54,5	59,4	59,0
	Reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação.	11	33,9	44,9	44,2
	Reconhecer os argumentos apresentados para fundamentar a posição assumida pelo autor.	12	56,2	64,3	63,2
	Reconhecer o efeito de sentido decorrente da determinada escolha lexical.	13	47,1	56,4	57,0
Publicitário (Propaganda)	Identificar índices que permitam reconhecer o público-alvo do texto.	14	88,4	90,0	90,1
	Inferir informação a partir de elementos presentes no próprio texto.	15	57,9	66,8	66,6
	Estabelecer relação de sentido entre o texto e o uso de recursos gráfico-visuais.	16	76,9	78,2	77,0
	Reconhecer os argumentos apresentados para convencer o leitor a consumir determinado produto	17	62,0	61,7	62,0
Divulgação científica (Verbete de enciclopédia)	Reconhecer o tema do texto.	18	75,2	83,9	83,7
	Estabelecer relação entre informações presentes no texto.	19	83,5	85,3	84,0
	Interpretar passagens do texto, utilizando informações constantes em tabelas, figuras.	20	54,5	71,6	70,0
	Analisar recurso lingüístico recorrente – emprego de processo de adjetivação através de subordinadas adjetivas.	21	20,7	20,0	19,5
	Analisar recurso lingüístico recorrente – uso de formas passivas do verbo.	22	44,6	54,9	52,6
Literário	Reconhecer o gênero selecionado a partir de suas características estruturais.	23	52,9	72,7	71,7
	Inferir informação a partir de elementos presentes no próprio texto.	24	50,4	55,4	54,3
	Associar um termo ou expressão a seu referente no texto.	25	51,2	68,5	66,6
	Relacionar o ponto de vista do narrador com o desenvolvimento do enredo.	26	43,0	57,1	56,1
	Reconhecer o conflito narrativo.	27	81,8	89,9	89,0
	Estabelecer relação de causalidade entre os episódios narrados.	28	65,3	65,7	65,5
	Identificar marcas que caracterizam o registro formal da língua.	29	71,9	74,5	74,3
	Analisar o efeito de sentido decorrente da utilização de recurso ortográfico.	30	43,0	55,9	54,2

DISTRIBUIÇÃO DOS ITENS DA PROVA – GRAU DE DIFICULDADE

CLASSIFICAÇÃO DOS ITENS				
% de Acerto	Classificação	% Diretoria de Ensino	% Coordenadoria	% do Estado
86 a 100	MF – muito fácil	3,3	10,0	10,0
66 a 85	F – fácil	26,7	43,3	40,0
36 a 65	M – mediano	63,3	43,3	46,7
16 a 35	D – difícil	6,7	3,3	3,3
0 a 15	MD – muito difícil	0,0	0,0	0,0

4.824 vunesp

RESULTADOS GERAIS - DIRETORIA DE ENSINO/COORDENADORIA/ESTADO
CICLO II DO ENSINO FUNDAMENTAL - LEITURA E ESCRITA - Tarde

Diretoria de Ensino: 20909 MIRANTE DO PARANAPANEMA **Coordenadoria: CEI**

PARTICIPAÇÃO NA AVALIAÇÃO E DESEMPENHO GERAL

	ABRANGÊNCIA			DESEMPENHO		
	Aluno			Índices Estatísticos		
Instância	Previsão	Participação	% Participação	Média	% de Acerto	Desvio Padrão
Diretoria de Ensino	130	121	93,1	17,6	58,7	5,0
Coordenadoria	30.879	30.502	98,8	19,9	66,5	4,8
Estado	56.036	55.618	99,3	19,7	65,7	4,8

RESULTADOS POR HABILIDADE - % de Acerto

TIPO DE TEXTO	HABILIDADE	ITEM	% DE ACERTO		
			Diretoria de Ensino	Coordenadoria	Estado
Instrucional (Manual)	Localizar informação solicitada no texto.	01	66,9	75,1	72,9
	Inferir informação a partir de elementos presentes no texto.	02	57,9	70,6	69,2
	Analisar recurso lingüístico recorrente – o emprego de expressões adverbiais para orientar aspectos da execução dos procedimentos.	03	43,0	62,3	60,0
	Analisar recurso lingüístico recorrente – o emprego das formas verbais para orientar a seqüência dos procedimentos.	04	81,8	89,0	88,4
Epistolar (Requerimento)	Localizar índices que permitam reconhecer o tratamento dado ao destinatário do texto.	05	84,3	84,8	83,7
	Identificar a finalidade do texto.	06	51,2	56,0	55,3
	Reconhecer os argumentos apresentados para fundamentar ou justificar a solicitação feita.	07	60,3	66,0	65,9
	Identificar marcas que caracterizam o registro formal da língua.	08	57,9	61,6	62,1
Imprensa (Notícia)	Reconhecer o assunto principal do texto.	09	41,3	51,8	52,4
	Inferir, a partir de elementos presentes no próprio texto, situações de ambigüidade ou ironia.	10	54,5	59,4	59,0
	Reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação.	11	33,9	44,9	44,2
	Reconhecer os argumentos apresentados para fundamentar a posição assumida pelo autor.	12	56,2	64,3	63,2
	Reconhecer o efeito de sentido decorrente de determinada escolha lexical.	13	47,1	56,4	57,0
Publicitário (Propaganda)	Identificar índices que permitam reconhecer o público-alvo do texto.	14	88,4	90,0	90,1
	Inferir informação a partir de elementos presentes no próprio texto.	15	57,9	66,8	65,6
	Estabelecer relação de sentido entre o texto e o uso de recursos gráfico-visuais.	16	76,9	78,2	77,0
	Reconhecer os argumentos apresentados para convencer o leitor a consumir determinado produto.	17	62,0	61,7	62,0
Divulgação científica (Verbete de enciclopédia)	Reconhecer o tema do texto.	18	75,2	83,9	83,7
	Estabelecer relação entre informações presentes no texto.	19	83,5	85,3	84,8
	Interpretar passagens do texto, utilizando informações constantes em tabelas, figuras.	20	54,5	71,6	70,0
	Analisar recurso lingüístico recorrente – emprego de processo de adjetivação através de subordinadas adjetivas.	21	20,7	20,0	19,5
	Analisar recurso lingüístico recorrente – uso de formas passivas do verbo.	22	44,6	54,9	52,6
Literário	Reconhecer o gênero selecionado a partir de suas características estruturais.	23	52,9	72,7	71,7
	Inferir informação a partir de elementos presentes no próprio texto.	24	50,4	55,4	54,3
	Associar um termo ou expressão a seu referente no texto.	25	51,2	68,5	66,8
	Relacionar o ponto de vista do narrador com o desenvolvimento do enredo.	26	43,0	57,1	56,1
	Reconhecer o conflito narrativo.	27	81,8	89,9	89,0
	Estabelecer relação de causalidade entre os episódios narrados.	28	65,3	65,7	65,5
	Identificar marcas que caracterizam o registro formal da língua.	29	71,9	74,5	74,3
	Analisar o efeito de sentido decorrente da utilização de recurso ortográfico.	30	43,0	55,9	54,2

DISTRIBUIÇÃO DOS ITENS DA PROVA – GRAU DE DIFICULDADE

CLASSIFICAÇÃO DOS ITENS				
% de Acerto	Classificação	% Diretoria de Ensino	% Coordenadoria	% do Estado
86 a 100	MF – muito fácil	3,3	10,0	10,0
66 a 85	F – fácil	26,7	43,3	40,0
36 a 65	M – mediano	63,3	43,3	46,7
16 a 35	D – difícil	6,7	3,3	3,3
0 a 15	MD – muito difícil	0,0	0,0	0,0

RESULTADOS DA ESCOLA

CICLO II DO ENSINO FUNDAMENTAL - LEITURA E ESCRITA - Tarde

Escola: 922559 FAZENDA SAO BENTO
Diretoria de Ensino: 20909 MIRANTE DO PARANAPANEMA **Coordenadoria: CEI**

PARTICIPAÇÃO NA AVALIAÇÃO E DESEMPENHO GERAL DA ESCOLA

ABRANGÊNCIA

Aluno		
Previsão	Participação	% Participação
17	16	94,1

DESEMPENHO

Índices Estatísticos		
Média	% de Acerto	Desvio Padrão
20,0	66,7	5,6

RESULTADOS DA ESCOLA POR HABILIDADE - % de Acerto e Classificação por Item

TIPO DE TEXTO	HABILIDADE	ITEM	Nº de Alunos	% de Acerto	Classificação do Item
Instrucional (Manual)	Localizar informação solicitada no texto.	01	15	93,8	MF
	Inferir informação a partir de elementos presentes no texto.	02	9	56,3	M
	Analisar recurso lingüístico recorrente – o emprego de expressões adverbiais para orientar aspectos da execução dos procedimentos.	03	9	56,3	M
	Analisar recurso lingüístico recorrente – o emprego das formas verbais para orientar a seqüência dos procedimentos.	04	14	87,5	MF
Epistolar (Requerimento)	Localizar índices que permitam reconhecer o tratamento dado ao destinatário do texto.	05	14	87,5	MF
	Identificar a finalidade do texto.	06	10	62,5	M
	Reconhecer os argumentos apresentados para fundamentar ou justificar a solicitação feita.	07	7	43,8	M
	Identificar marcas que caracterizam o registro formal da língua.	08	9	56,3	M
Imprensa (Notícia)	Reconhecer o assunto principal do texto.	09	4	25,0	D
	Inferir, a partir de elementos presentes no próprio texto, situações de ambigüidade ou ironia.	10	12	75,0	F
	Reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação.	11	9	56,3	M
	Reconhecer os argumentos apresentados para fundamentar a posição assumida pelo autor.	12	12	75,0	F
	Reconhecer o efeito de sentido decorrente de determinada escolha lexical.	13	11	68,8	F
Publicitário (Propaganda)	Identificar índices que permitam reconhecer o público-alvo do texto.	14	15	93,8	MF
	Inferir informação a partir de elementos presentes no próprio texto.	15	13	81,3	F
	Estabelecer relação de sentido entre o texto e o uso de recursos gráfico-visuais.	16	13	81,3	F
	Reconhecer os argumentos apresentados para convencer o leitor a consumir determinado produto.	17	10	62,5	M
Divulgação científica (Verbete de enciclopédia)	Reconhecer o tema do texto.	18	15	93,8	MF
	Estabelecer relação entre informações presentes no texto.	19	12	75,0	F
	Interpretar passagens do texto, utilizando informações constantes em tabelas, figuras.	20	12	75,0	F
	Analisar recurso lingüístico recorrente – emprego de processo de adjetivação através de subordinadas adjetivas.	21	4	25,0	D
	Analisar recurso lingüístico recorrente – uso de formas passivas do verbo.	22	7	43,8	M
Literário	Reconhecer o gênero selecionado a partir de suas características estruturais.	23	11	68,8	F
	Inferir informação a partir de elementos presentes no próprio texto.	24	12	75,0	F
	Associar um termo ou expressão a seu referente no texto.	25	9	56,3	M
	Relacionar o ponto de vista do narrador com o desenvolvimento do enredo.	26	9	56,3	M
	Reconhecer o conflito narrativo.	27	15	93,8	MF
	Estabelecer relação de causalidade entre os episódios narrados.	28	11	68,8	F
	Identificar marcas que caracterizam o registro formal da língua.	29	9	56,3	M
	Analisar o efeito de sentido decorrente da utilização de recurso ortográfico.	30	8	50,0	M

DISTRIBUIÇÃO DOS ITENS DA PROVA - GRAU DE DIFICULDADE

CLASSIFICAÇÃO DOS ITENS		
% de Acerto	Classificação	% da Escola
86 a 100	MF – muito fácil	20,0
66 a 85	F – fácil	33,3
36 a 65	M – mediano	40,0
16 a 35	D – difícil	6,7
0 a 15	MD – muito difícil	0,0

↑ acima da média da Diretoria

RESULTADOS GERAIS - DIRETORIA DE ENSINO/COORDENADORIA/ESTADO
CICLO II DO ENSINO FUNDAMENTAL - LEITURA E ESCRITA - Tarde

Diretoria de Ensino: 20909 MIRANTE DO PARANAPANEMA **Coordenadoria: CEI**

PARTICIPAÇÃO NA AVALIAÇÃO E DESEMPENHO GERAL

ABRANGÊNCIA DESEMPENHO

	Aluno			Índices Estatísticos		
Instância	Previsão	Participação	% Participação	Média	% de Acerto	Desvio Padrão
Diretoria de Ensino	130	121	93,1	17,6	58,7	5,0
Coordenadoria	30.879	30.502	98,8	19,9	66,5	4,8
Estado	56.036	55.618	99,3	19,7	65,7	4,8

RESULTADOS POR HABILIDADE - % de Acerto

TIPO DE TEXTO	HABILIDADE	ITEM	% DE ACERTO		
			Diretoria de Ensino	Coordenadoria	Estado
Instrucional (Manual)	Localizar informação solicitada no texto.	01	66,9	75,1	72,9
	Inferir informação a partir de elementos presentes no texto.	02	57,9	70,6	69,2
	Analisar recurso lingüístico recorrente – o emprego de expressões adverbiais para orientar aspectos da execução dos procedimentos.	03	43,0	62,3	60,0
	Analisar recurso lingüístico recorrente – o emprego das formas verbais para orientar a seqüência dos procedimentos.	04	81,8	89,0	88,4
Epistolar (Requerimento)	Localizar índices que permitam reconhecer o tratamento dado ao destinatário do texto.	05	84,3	84,8	83,7
	Identificar a finalidade do texto.	06	51,2	56,0	55,3
	Reconhecer os argumentos apresentados para fundamentar ou justificar a solicitação feita.	07	60,3	66,0	65,9
	Identificar marcas que caracterizam o registro formal da língua.	08	57,9	61,6	62,1
Imprensa (Notícia)	Reconhecer o assunto principal do texto.	09	41,3	51,8	52,4
	Inferir, a partir de elementos presentes no próprio texto, situações de ambigüidade ou ironia.	10	54,5	59,4	59,0
	Reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação.	11	33,9	44,9	44,2
	Reconhecer os argumentos apresentados para fundamentar a posição assumida pelo autor.	12	56,2	64,3	63,2
	Reconhecer o efeito de sentido decorrente de determinada escolha lexical.	13	47,1	56,4	57,0
Publicitário (Propaganda)	Identificar índices que permitam reconhecer o público-alvo do texto.	14	88,4	90,0	90,1
	Inferir informação a partir de elementos presentes no próprio texto.	15	57,9	66,8	65,6
	Estabelecer relação de sentido entre o texto e o uso de recursos gráfico-visuais.	16	76,9	78,2	77,0
	Reconhecer os argumentos apresentados para convencer o leitor a consumir determinado produto.	17	62,0	61,7	62,0
Divulgação científica (Verbete de enciclopédia)	Reconhecer o tema do texto.	18	75,2	83,9	83,7
	Estabelecer relação entre informações presentes no texto.	19	83,5	85,3	84,8
	Interpretar passagens do texto, utilizando informações constantes em tabelas, figuras.	20	54,5	71,6	70,0
	Analisar recurso lingüístico recorrente – emprego de processo de adjetivação através de subordinadas adjetivas.	21	20,7	20,0	19,5
	Analisar recurso lingüístico recorrente – uso de formas passivas do verbo.	22	44,6	54,9	52,6
Literário	Reconhecer o gênero selecionado a partir de suas características estruturais.	23	52,9	72,7	71,7
	Inferir informação a partir de elementos presentes no próprio texto.	24	50,4	55,4	54,3
	Associar um termo ou expressão a seu referente no texto.	25	51,2	68,5	66,8
	Relacionar o ponto de vista do narrador com o desenvolvimento do enredo.	26	43,0	57,1	56,1
	Reconhecer o conflito narrativo.	27	81,8	89,9	89,0
	Estabelecer relação de causalidade entre os episódios narrados.	28	65,3	65,7	65,5
	Identificar marcas que caracterizam o registro formal da língua.	29	71,9	74,5	74,3
	Analisar o efeito de sentido decorrente da utilização de recurso ortográfico.	30	43,0	55,9	54,2

DISTRIBUIÇÃO DOS ITENS DA PROVA – GRAU DE DIFICULDADE

CLASSIFICAÇÃO DOS ITENS				
% de Acerto	Classificação	% Diretoria de Ensino	% Coordenadoria	% do Estado
86 a 100	MF – muito fácil	3,3	10,0	10,0
66 a 85	F – fácil	26,7	43,3	40,0
36 a 65	M – mediano	63,3	43,3	46,7
16 a 35	D – difícil	6,7	3,3	3,3
0 a 15	MD – muito difícil	0,0	0,0	0,0